

Manaus, Santarém, Rio-Branco, Altamira
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 900,00

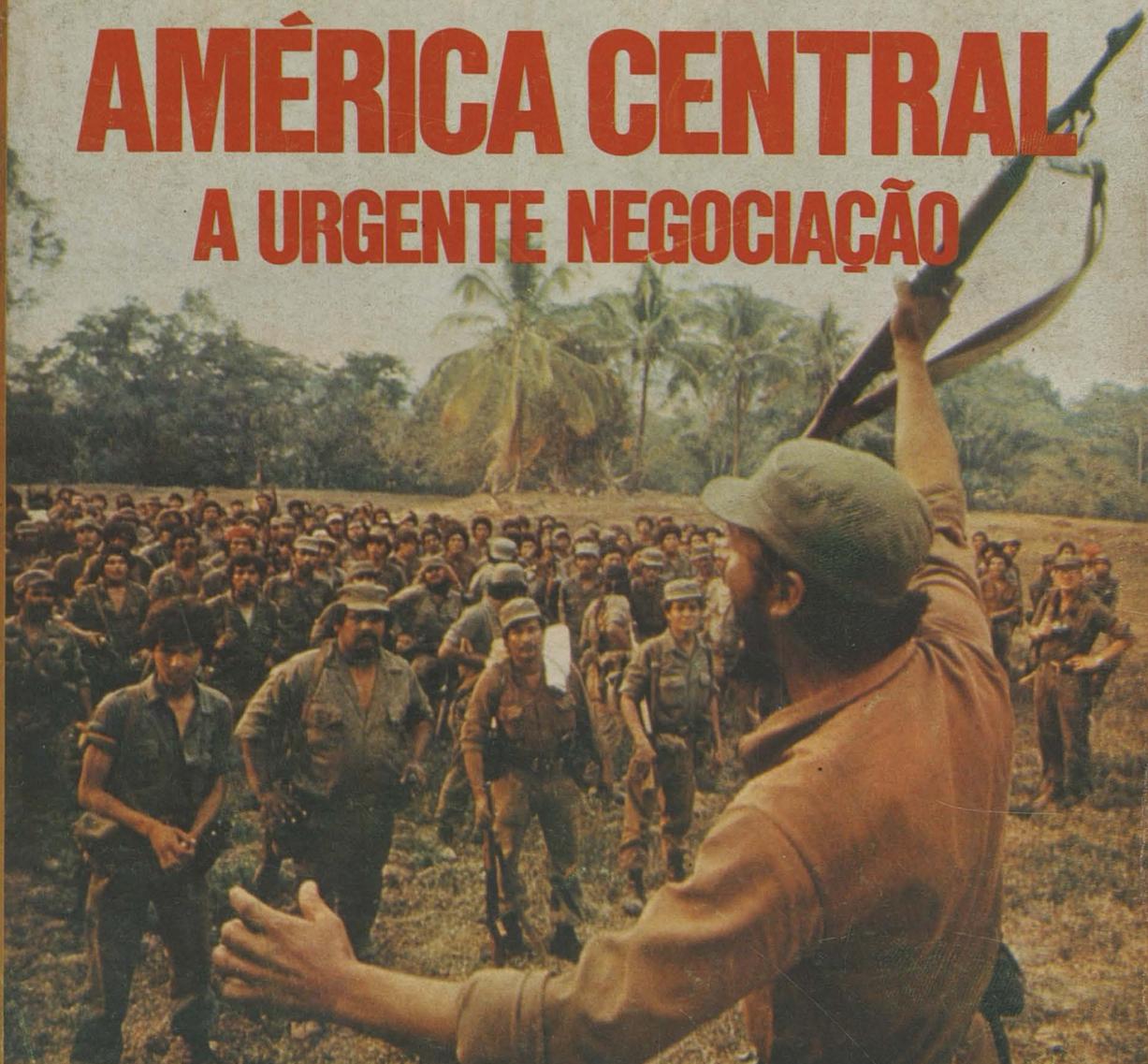
cadernos do

terceiro mundo

Setembro - 1983 - Cr\$ 700,00 - Ano VI - Nº 58

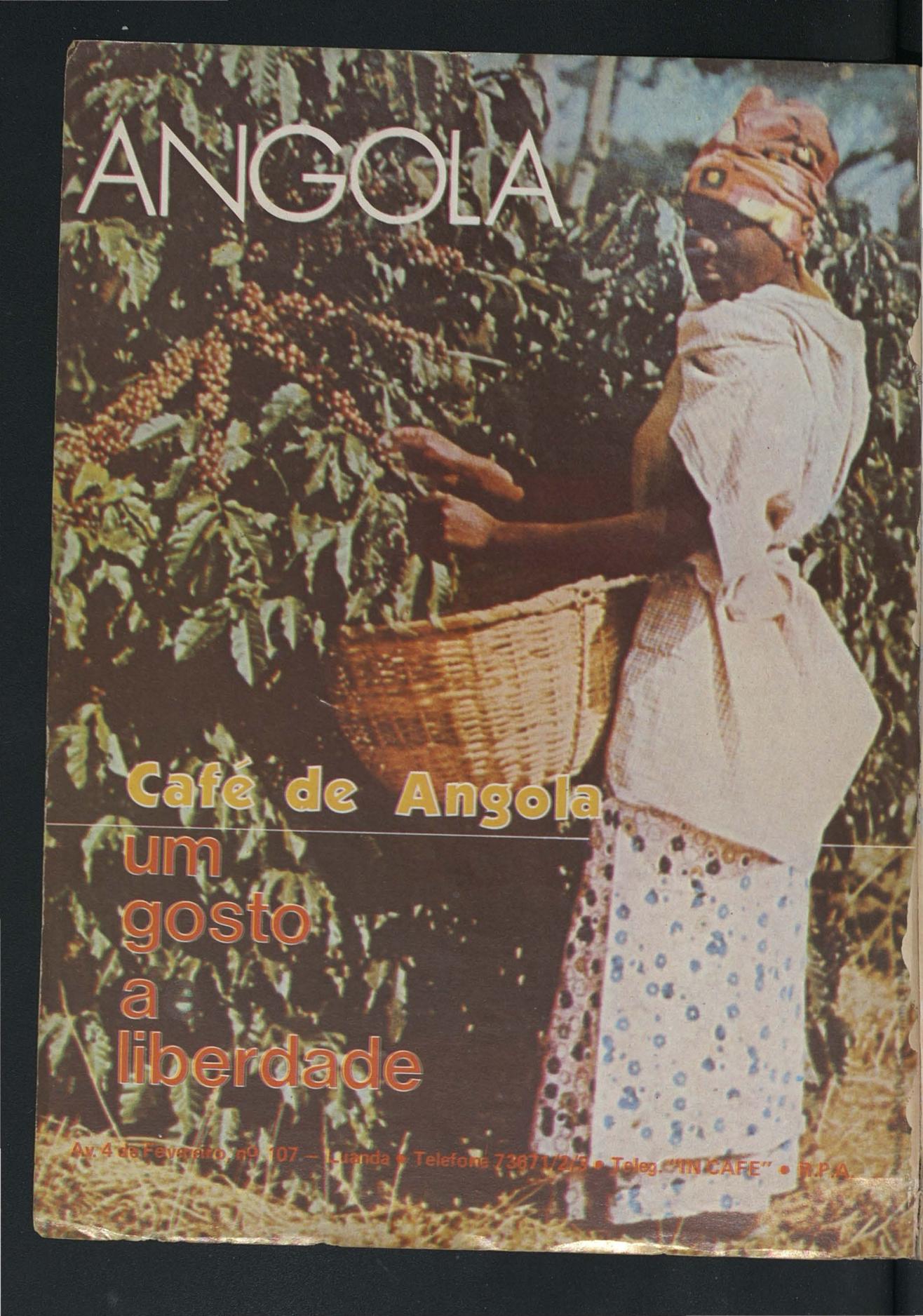
EXCLUSIVO:
As relações
Brasil - África do Sul

AMÉRICA CENTRAL A URGENTE NEGOCIAÇÃO



Por que lutam os armênios?

ANGOLA

A woman wearing a white headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee plants with ripe red beans.

Café de Angola
um
gosto
a
liberdade

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INCAFE" • R.P.A.



TAAG

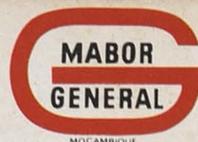
LINHAS AÉREAS DE ANGOLA



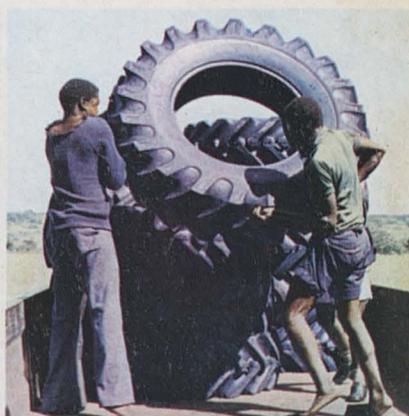
ANGOLA AIRLINES

MABOR DE MOÇAMBIQUE

tipos de pneus para exportação:	145 SR 10 Jet SPóRT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY
	135 SR 12 " "	10.00 - 20 " "
175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	155 SR 12 " "	11.00 - 20 " "
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	145 SR 13 " "	11.00 - 20 GT 100
7.50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 13 " "	11.00 - 20 Jet TRAC
6.00 - 16 " "	165 SR 13 " "	12.00 - 20 " "
6.50 - 16 " "	175 SR 13 " "	6.00 - 16 Tractor Frente
7.50 - 16 " "	165 SR 14 " "	7.50 - 16 " "
9.00 - 16 " "	175 SR 14 " "	16.9/14 - 30 SPECIAL FARMER
7.50 - 18 " "	145 SR 15 " "	7.50 - 20 Traction Rib.
8.25 - 20 " "	165 SR 15 " "	



Estrada Nacional Nº1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
telegr. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de importação e exportação de produtos pesqueiros, e e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrama: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

DNPE

república popular de moçambique

Da América Central à África do Sul, passando pelos armênios

Nesta edição, três grandes tópicos são o destaque: a América Central — onde tem que haver a negociação para evitar os perigos de uma conflagração generalizada —, a luta dos armênios pela reconquista da pátria perdida e as relações entre o Brasil e a África do Sul, o regime do *apartheid*, condenado pela ONU. No primeiro caso, além de matérias dos nossos colaboradores na área centro-americana, incluímos a palavra dos dirigentes daqueles países diretamente envolvidos na crise: Nicarágua, El Salvador e Panamá — que como impulsionador do Grupo de Contadora tem desempenhado um papel chave na negociação em torno de uma saída pacífica para o conflito na região. E ainda mais: depois de uma longa viagem pelos Estados Unidos, o dirigente dominicano Peña Gómez revela as impressões colhidas nas mais de 35 entrevistas que manteve com altas personalidades do governo e da oposição em relação ao problema da América Central.

A matéria dos armênios fala por si mesma: é impossível o esquecimento para esse povo espalhado pelo mundo, e que durante meio século pareceu ter-se desmembrado irreversivelmente. E o *Especial* das relações Brasil—África do Sul chama a classe política brasileira e todos os cidadãos conscientes para uma reflexão sobre essa aliança *de fato* entre capitalistas e empresários de cá e de lá, que alcança um nível que compromete até mesmo a política externa do país. Finalmente, uma comunicação aos nossos leitores: a partir desta edição, a nossa revista já está com o preço aumentado. Lamentavelmente não podemos enviar as faturas dos aumentos sucessivos que sofremos (papel, gráfica etc.) ao sr. Delfim Neto nem ao FMI... Não temos, pois, outra saída senão a de repassar aos nossos leitores (sofridos leitores) parte desses aumentos consideráveis dos custos, que pesam seriamente sobre publicações independentes e modestas como a nossa.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal nº 58
Setembro - 1983
Preço de Capa: Cr\$ 700,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Antônio Neiva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas/Miguel F.

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street ap. 3E
Nova York - NY 10003
Tels.: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ébano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels.: 250-2505/232-0123

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 21 33054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE**

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano

Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

• **Edições em espanhol**
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQVADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Telefone: 724-712

• **Edições em inglês**
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQVADOR:** Edicionesociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendig Pax 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Cais Jota, Calle Arca 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2695 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidade Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Passi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vocadores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Metropolitan de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 libros en todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, A. P., nº 2705, Managua, Nicaragua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S. A., Ave España 18, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGUAL:** Dijornal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Mañín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th Inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Ave Bofaréz 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÁNHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ e PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Lechoso a Pta. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro de Silva, 907 - Rio de Janeiro.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFPA (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

*LEITOR: Você é indispensável
na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS
aos amigos e participe desta promoção.*

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ● um livro da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou va le postal no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 6.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 58

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 6.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 58

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 6.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 58

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 19.800,00 em **cheque nominal** ou **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () dois livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos () e () .

Nome:
Profissão: Idade:
Endereço: Bairro:
CEP: Estado: Cidade:

estante do **terceiro mundo**

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Estante do Terceiro Mundo

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data / /

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 20% para "assinantes" na compra de até 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito aodesconto especial de assinante (até 25%) desta seção.

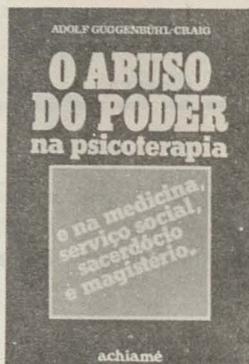


AS RESERVAS MINERAIS E O FUTURO DA HUMANIDADE

de Francisco Fonseca

O processo de esgotamento do petróleo é apenas o início de uma crise muito mais profunda. Aqui se mostra, com dados colhidos na experiência, que os recursos minerais vão se esgotando por toda a Terra. Sobre os descendentes de nossa orgulhosa civilização pesa a ameaça real de regresso a um tipo de vida primitiva, num planeta exausto.

Código E-16 Cr\$ 1.600,00



O ABUSO DO PODER NA PSICOTERAPIA E NA MEDICINA, SERVIÇO SOCIAL, SACERDÓCIO E MAGISTÉRIO.

de Adolf Guggenühl-Craig

O autor é um renomado psiquiatra junguiano e estudou originalmente teologia e medicina, tendo recebido formação freudiana. O livro apresenta uma reflexão franca e direta sobre o exercício de algumas profissões e o risco de se abusar do poder no relacionamento com pacientes ou fiéis.

Código E-17 Cr\$ 1.400,00



ANARQUISMO OU MARXISMO: UMA OPÇÃO POLÍTICA

de Gilbert Green

A revolta e a agitação juvenis, com a radicalização inerente à rebelião em massa da juventude, são estudadas dentro de uma perspectiva histórica. O autor vai fundo em suas colocações, levantando pontos cruciais como: liberdade/sociedade, a revolução "psicodélica", o problema da autoridade e a crise do liberalismo, a lição da Comuna de Paris, os anarquistas e a guerra civil espanhola.

Código E-18 Cr\$ 1.900,00



6 Cartas

7 Panorama Tricontinental

11 Editorial – O fantasma do Vietnã

Matéria de Capa – América Central

- 15 A urgente negociação, Mesa Redonda com dirigentes centro-americanos, *Neiva Moreira/Paulo Cannabrava Filho*
27 El Salvador: Governo popular em Chalatenango, *Sara Alatorre*
30 Honduras: Os fuzis apontam para El Salvador, *Roberto Bardini*
34 Nicarágua: A gula do "Tio Sam"
37 Guatemala: Um novo general para um velho papel

América Latina

- 41 Chile: O povo perdeu o medo, *Fernando Reyes Matta*
47 Argentina: Os militares e o processo democrático, *Horacio Verbitsky*

África

- 53 África Austral: SADCC, consolidação e fortalecimento, *Etevaldo Hipólito*
58 Quênia: Eleições para adiar a crise, *Carlos Castilho*
62 Cabo Verde: 2º Congresso do PAICV – Reforçar a democracia

Ásia

- 64 Armênia: Uma organização para uma pátria perdida, *Agustín Castaño*
66 Armênia, essa desconhecida, *Alberto B. Mariantoni*
69 "O araratismo é aberto a todos os armênios", entrevista com James Karnusian
71 Sri Lanka: Uma ilha em chamas, *Narinder Koshla*
73 Timor Leste: "Lutar até o fim", entrevista com monsenhor Martinho Lopes, *Baptista da Silva/Carlos P. Santos*
77 A batalha diplomática, *Alberto C. Alves*

Norte/Sul

- 79 Opep: A tempestade passou, *Pablo Piacentini*

Cultura

- 82 Notas

Especial/Documento

- 84 Brasil-África do Sul: As relações não declaradas, *David Sig*



Arap Moi: eleições antecipadas



Capitais sul-africanos no Brasil

CARTAS



Federação Internacional das Associações de Estudantes de Medicina

Gostariamos de receber regularmente exemplares de cadernos em inglês. Queremos também que nos forneçam maiores informações de como fazer uma assinatura da revista, tanto da edição em inglês quanto em português. Respondam o mais depressa possível, para que possamos passar essa informação para os 40 membros da Federação. Christoph Brezinka, Federação Internacional das Associações de Estudantes de Medicina, Schopfstrasse 31, Innsbruck, Áustria.



MORNING IN EL SALVADOR

Batik by Lisa Kokin

Children in El Salvador bear witness to the slaughter of their families and friends whose bodies are often left in the streets by government sanctioned death squads.

19 de Julio de 1983
Estimados Compañeros:
Quisiera recibir su revista. Prefiero recibirla en portugués, si fuera posible. Por favor envíenme más información acerca de la tarifa de suscripción, etc.

Lisa Kokin
493 Crafton Avenue #3
Oakland, CA 94610
USA

Muchas gracias.
Sinceramente,
Lisa Kokin

The U.S. Committee in Solidarity with the People of El Salvador (CISPES) is a national grassroots organization committed to halting U.S. intervention in El Salvador and Central America, and supporting the Salvadoran people politically and materially. CISPES believes that the people of El Salvador have the right to self-determination and we recognize the Farabundo Martí National Liberation Front and the Democratic Revolutionary Front (FMLN/FDR) as their legitimate representatives. For further information on CISPES contact us at: P.O. Box 50139, Washington, D.C. 20004 or call (202) 887-5019.

Seca no Nordeste

Gostaria que esse sólido veículo de comunicação, verdadeiro portavoza do Terceiro Mundo, publicasse uma ampla reportagem sobre a seca no Nordeste, uma miséria que tende a se perpetuar se uma medida concreta não for tomada pelo governo (...) Parabéns pela excelente reportagem do nº 55: "O desafio do Sendero Luminoso". Francisco Antonio Otaviano, Brasília - DF - Brasil.

Mercado de trabalho em Angola

Gostaria de saber como poderia obter informações sobre o mercado de trabalho para engenheiros civis, para trabalhar em Angola e ajudar na reconstrução dessa Nação. Luiz José Pinheiro Filho, Niterói - RJ - Brasil.

Para obter essa informação escreva diretamente ao ministro Lopo do Nascimento - Ministério do Plano - Luanda - República Popular de Angola.

Mais informação

Estamos numa região carente de informação, especialmente escritas e a nível popular. Solicitamos dessa Editora informação sobre outros materiais de interesse popular. Alcides T., Casa Paroquial de Tauá - Diocese de Crateús - CE - Brasil.



Cuadernos del
Tercer Mundo
Apto. Postal 20-572
01000 Mexico DF
Mexico

Clube de Amigos

Fundei junto com amigos o Clube do Intercâmbio Cultural com o objetivo de fazer trocas entre os sócios, tais como postais, selos, livros, revistas etc. Os amigos dos cadernos interessados, escrevam para maiores informações. Paulo Cordeiro dos Santos. Rua Cardeal Motta, 600 - CEP: 11.740 - Itanhaém - SP - Brasil

Intercâmbio

Manuel Francisco Manhota
a/c de Antônio Machava - Capitania do Porto da Beira
C. Postal 568 - Beira-Sofala - República Popular de Moçambique

Jacylete Maria Abreu de Oliveira
R. Marechal Deodoro, 249 - Benfica Fortaleza - Ceará - Brasil

Sebastião R. de A. da Conceição
Liceu Nacional Nigola Kiluange
Turma: 20 - Sala 24
C. Postal 1271 - Luanda - Angola

Antônio Alves Mendes
C. Postal 18409 - Luanda - Angola

Antônio Félix
Bairro Cda - Nelitu Soares
Rua do Negage e-5 - casa 11
Luanda - Angola

Casquinha Domingos Sardinha
C. Postal 236 - Ilha de Moçambique - Nampula - Moçambique

David Manuel Lemos França
R. Direita de Luanda, nº 101/79 and.
Apto. 6 - Luanda - Angola

Aparecido Araújo Lima
Rua Canguira, 75
Vila Nova Cachoeirinha
CEP 02672 - São Paulo - SP - Brasil

Claudio Alves Gonçalves da Silva
Rua Cardoso Júnior, 335
Laranjeiras - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22251 - Brasil

Fernando J. Bernardino Serrano
Praça da Igreja, 4/39 E
2700 - Amadora - Portugal

Filipinas: As conseqüências da morte de Aquino

□ O assassinato do ex-senador Benigno Aquino — o principal adversário político de Ferdinando Marcos — no dia 21 de agosto passado, em Manila, criou um considerável embaraço para a administração norte-americana e, sem dúvida, contribuirá para estremecer as relações entre o regime filipino e Washington, para quem um aliado como Marcos começa a ser inconveniente.

Tanto Marcos como Reagan se empenham em conter o avanço das forças revolucionárias filipinas, agrupadas principalmente na Frente Democrática Nacional (NDF) e no Novo Exército Popular (NPA). A administração republicana forneceu uma substancial ajuda econômica ao regime filipino no mês de junho passado, de 900 milhões de dólares, em troca da utilização das estratégicas bases militares do país por mais cinco anos. Nessa oportunidade, os Estados Unidos elogiaram Marcos por "sua adesão aos princípios democráticos", e pouco depois o recebiam triunfalmente em Washington.

Apesar dos supostos avanços democráticos que a administração Reagan credita ao regime de Manila, calcula-se que existem no país pelo menos mil presos políticos, entre os quais estão José Maria Sison, Horacio Morales Jr. e Edicio de la Torre, líderes de reconhecida trajetória democrática, além de numerosos dirigentes sindicais, estudantes, militantes cristãos e de organizações de massas.

O assassinato de Benigno —

apesar de espetaculoso e de suas conseqüências imprevisíveis, dado o enorme prestígio e carisma político de Benigno — não foi o primeiro. Conhecidos dirigentes da luta política democrática, como Zacarias Agatep, o dr. Remberto de la Paz e Juan Escandor, além do dirigente estudantil Edgar Jopson, entre outros, também foram assassinados. Aquilino Pimentel, prefeito da cidade de Cagayan de Oro (Mindanao), além de outros líderes que nos últimos tempos se uniram nas manifestações de massa em protesto contra o regime, estão presos.

A situação está adquirindo contornos tais que um assessor muito próximo do secretário de Estado George Shultz comentou durante a visita deste último a Manila: "A previsível instabilidade do regime de Marcos pode dificultar o acesso norte-americano a bases militares vitais". E justificou a aproximação de Washington com alguns setores moderados da oposição, nestes termos: "O regime de Marcos está entrando

Benigno Aquino



num terreno de areia movediça e nós (os Estados Unidos) não queremos nos encontrar de novo em uma situação como a que nos defrontamos no Irã depois da queda do xá".

Foi Washington quem pressionou Marcos para permitir a volta de Benigno Aquino, que devia se apresentar como candidato da oposição nas eleições de 1984. Stephen Solarz, encarregado do Subcomitê para Assuntos Asiáticos e do Pacífico, tinha sugerido ao presidente Marcos que permitisse a eleição de Aquino e outros dirigentes democráticos no futuro Parlamento.

Marcos nega qualquer responsabilidade no assassinato de Aquino. No entanto, pelo menos três testemunhas (entre elas, o jornalista japonês Kioshi Wakamiya) que viajavam no mesmo avião que o dirigente assassinado, afirmam que os disparos foram feitos por oficiais filipinos.

Segundo Wakamiya — cujas declarações já correram o mundo —, depois de disparado o tiro que matou Aquino, um veículo militar se aproximou do avião e um homem jovem foi obrigado a descer dele, sendo então assassinado também. Esse homem é o apresentado por Marcos como o suposto assassino de Aquino.

As maciças demonstrações de repúdio ao regime fazem prever uma deterioração séria da situação. Esse quadro poderia levar Washington a acelerar a substituição de Marcos. As Filipinas são vitais para a estratégia dos Estados Unidos no sudeste asiático, e por isso mesmo, Reagan não gostaria de se arriscar a perder o controle da situação, enquanto ainda é possível.

Nações Unidas: termina conferência sobre racismo

□ A segunda "conferência mundial para combater o racismo e a discriminação racial", realizada em Genebra no mês de agosto passado, fez um chamado para estender para outra década (até 1993) o período dedicado à luta contra essas políticas. A declaração final e o programa de ação refletiram o interesse dos países africanos em comprometer as nações ocidentais nessa ação, porém a conferência se viu drasticamente dividida na discussão das medidas relacionadas com a África do Sul e Israel.

No entanto, as nações ocidentais condenaram a colaboração entre Israel e África do Sul para hostilizar os movimentos de libertação da África do Sul e Namíbia e "as práticas de

discriminação racial contra os palestinos e outros colonos dos territórios árabes ocupados por Israel".

A declaração, adotada mediante uma votação aberta, contou com 101 votos a favor e 12 contra (inclusive Alemanha Federal, França, Itália, Noruega, Bélgica e Dinamarca) e três abstenções (Irlanda, Austrália e Nova Zelândia).

O programa de ação também foi adotado, com o mesmo método, por 114 votos a favor, nenhum contra e 10 abstenções. Com essa Segunda Conferência chega ao fim a década proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1973. As nações ocidentais boicotaram a Primeira Conferência em 1978 porque o sio-

nismo tinha sido caracterizado como uma forma de racismo e discriminação racial. A agenda da Segunda Conferência não mencionou os temas do sionismo e da Palestina e conseguiu-se que todos os países ocidentais estivessem presentes, exceto os Estados Unidos.

As nações da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) — que votaram contra a declaração ou se abstiveram do programa de ação — não se desligaram totalmente da conferência e de seus resultados. Também foi adotada uma resolução em separado na qual se exige a libertação de Nelson Mandela e de todos os demais presos políticos da África do Sul e Namíbia. Dez países ocidentais se abstiveram de votar uma frase que expressa solidariedade aos movimentos de libertação da África do Sul e Namíbia, porém, aprovaram o resto das resoluções. (*Chakravarti Raghavan*)

Nicarágua: Gregorio Selser recebe condecoração

□ Nosso colaborador, o conhecido escritor e jornalista argentino Gregorio Selser, recebeu do comandante nicaraguense Daniel Ortega a condecoração da Ordem da Independência Cultural Rubén Darío, que lhe foi entregue no dia 18 de julho passado, em Manágua. A condecoração, concedida pela Junta de Reconstrução da Nicarágua, é destinada às perso-

nalidades que tenham contribuído para a consolidação da revolução nicaraguense. Selser, que aparece ladeado na foto pelos membros da Junta, Córdoba Rivas (à esq.), Daniel Ortega e Sergio Ramírez (à dir.), é autor do célebre livro "Sandino, general de homens livres", que tirou do esquecimento a figura de Augusto César Sandino.

"Barricada Internacional"

PAQUISTÃO: presos líderes oposicionistas

Quatrocentos líderes políticos e ativistas paquistaneses pertencentes ao Movimento para a Restauração da Democracia (MRD), foram presos em meados de agosto por estarem relacionados com o movimento de desobediência civil, organizado para forçar o governo militar de Zia Ul Haq a restaurar a democracia no país.

Entre os detidos se encontram os mais altos líderes dos oito partidos a nível provincial, além dos líderes estudantis que apoiam o MRD. Em algumas áreas os ativistas do MRD entraram em choque com a polícia, com um considerável saldo de feridos nos dois lados.



Trindade-Tobago: Júbilo da oposição pelas eleições

Os partidos de oposição de Trindade e Tobago festejaram os resultados das eleições efetuadas em meados de agosto para administrações locais e que determinaram a perda de considerável espaço político por parte do Movimento Nacional Popular (PNM), no poder.

Há mais de 25 anos governando esse país de fala inglesa do sul do Caribe, o PNM garantiu somente 55 das 120 cadeiras disputadas.

Os partidos de oposição, unidos numa aliança eleitoral, conquistaram 66 cadeiras e inverteram o resultado da última eleição para administrações locais, realizadas em 1980. Nessas eleições, o PNM obteve 101 cadeiras das 113 que estavam sendo disputadas, consolidando sua posição em novembro de 1981 mediante uma esmagadora vitória nas eleições gerais então realizadas.

Nessa ocasião, ao participar pela primeira vez num ato eleitoral sem o comando de Eric Williams, que governou pelo PNM desde a fundação do partido em 1956 até a morte desse dirigente em 1981, o setor situacionista obteve 26 das 36 cadeiras em jogo. O partido governante ainda controla quatro municípios, enquanto a oposição assegurou seis dos sete conselhos municipais.

A oposição e alguns comentaristas locais consideram que os resultados das eleições refletiram a queda da popularidade do governo nos últimos dois anos. O interesse do eleitorado nos pleitos locais, convocados para eleger representantes para os quatro municípios e sete conselhos municipais, é geralmente escasso, ainda que, se-

gundo os analistas, os resultados favoreçam habitualmente o partido governante.

Isso se deve a que as autoridades locais dependem em grande medida de fundos do governo central. Enquanto os municípios têm receitas através de impostos, os conselhos municipais funcionam e operam com base em doações governamentais. Os dois principais grupos oposicionistas desse país insular — a Organização para a Reconstrução Nacional (ONR) e Aliança Nacional (NA) —



A. N. R. Robinson

constituíram uma coalizão eleitoral para neutralizar a ação do PNM, o que foi concretizado com êxito. Basadeo Panday, líder da Frente Unida dos Trabalhadores (ULF), um dos três partidos que constitui a Aliança Nacional, declarou à imprensa que o resultado eleitoral poderia ter implicações para o primeiro-ministro George Chambers.

Panday, que também encabeça a oposição no Parlamento, disse que é provável que Cham-

bers seja responsabilizado pela precária gestão eleitoral do PNM e que ele seja substituído como líder do partido situacionista.

A. N. R. Robinson, líder do Congresso de Ação Democrática (DAC), partido também integrante da Aliança, afirmou: "Acho que a primeira resposta consistiria em algumas renúncias do governo e, eventualmente, é o próprio governo que está em jogo".

O diário local *Guardian* assinalou, num editorial, que os resultados eleitorais constituem "um voto de protesto e insatisfação pelo péssimo estado dos elementos básicos — água, transportes etc — entre os mo-



Basadeo Panday

radores de numerosas áreas, inclusive os distritos urbanos e suburbanos em expansão". O crescente nível de desemprego possivelmente também teve influência, segundo esse jornal.

Karl Hudson-Phillips, líder da Organização para a Reconstrução Nacional e ex-ministro de Justiça, disse que os eleitores "indicaram claramente a sua exigência de novo sangue e novas idéias assim como o desejo de um avanço" no país. (Alexander Peters)

Angra dos Reis: Hiroshima nunca mais

□ "Pela vida, pela paz, Hiroshima nunca mais". Movidas por este ideal, mil pessoas se reuniram nos dias 6 e 7 de agosto em Angra dos Reis, litoral sul do estado do Rio de Janeiro, para lembrar a tragédia das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, no fim da segunda guerra mundial, e, principalmente, protestar contra o projeto nuclear brasileiro, que ameaça diretamente a região, uma das mais belas do país.

Em seu segundo ano, a manifestação, que contou com a presença de cientistas, ecologistas, escritores e parlamentares do PT e PDT, começou no sábado à tarde, com o desfile lúdico-macabro pelas ruas da cidade, no qual não faltaram protestos contra a intervenção dos Estados Unidos na América Central. Um Ronald Reagan de porrete na mão foi a principal atração da passeata, que teve também monstros, bruxas e mutilados alertando para os perigos do poder nuclear.

O grande momento do encontro, no entanto, foi o debate de sábado à noite, na Câmara Municipal, que se estendeu por três horas, com a presença de muitos habitantes de

Angra dos Reis. Durante a discussão, lembrou-se que o absurdo econômico da construção das usinas nucleares no Brasil adquire uma dimensão ainda maior no momento pela crise que o país atravessa. Houve consenso pela não construção de Angra 3 e pela desativação de Angra 1 e 2. Os moradores de Angra dos Reis, com o apoio do coletivo "Hiroshima Nunca Mais", formado por várias entidades políticas e ecológicas, vão exigir também um acompanhamento constante do projeto nuclear e medidas de segurança efetivas para o caso de acidentes.

Os políticos de Angra levantaram a questão da autonomia do município, considerado área de segurança nacional, reivindicação que recebeu pronto apoio do coletivo. O escritor Fernando Gabeira, por sua vez, ressaltou a necessidade de uma característica nacional nos movimentos pacifistas no Brasil e apontou a seca do Nordeste e as enchentes do Sul como problemas a serem lembrados permanentemente em todas as manifestações. Para o próximo ano, será examinada a proposta de uma marcha até as usinas, como forma de protesto mais incisiva. (Mair Pena Neto)

Ana Baum



ZIMBÁBUE: cabaré à noite, escola de dia

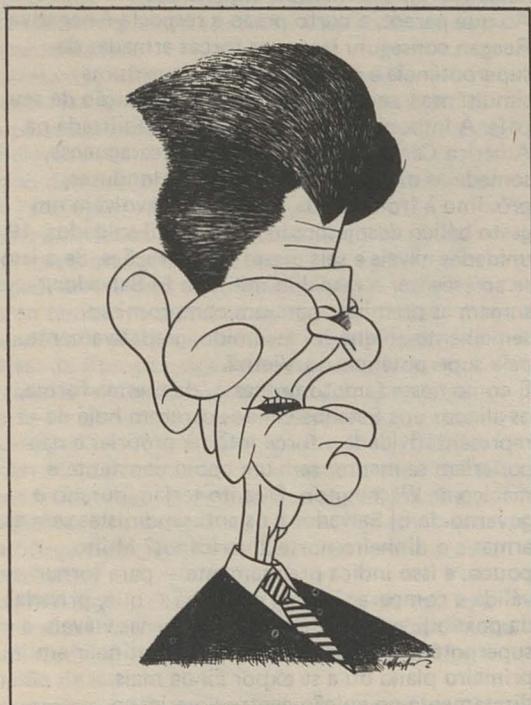
O centro de educação de Kutsanga em Harare, capital do Zimbábue, durante a noite se transforma num cabaré. Porém, como outras salas de aula, faz parte do ambicioso projeto elaborado pelo governo para alfabetizar 90% da população nos próximos três anos.

O governo está decidido a erradicar a herança colonial, que deixou 2,5 milhões de pessoas sem possibilidade de ler ou escrever em nenhuma língua. Um comitê, integrado por representantes dos ministérios de Educação; Condição Feminina e Desenvolvimento Comunitário, tem a seu cargo a condução da campanha de alfabetização.

Com a ajuda da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e aproveitando a experiência acumulada nesse campo por outros países africanos, como a Tanzânia e Moçambique, os primeiros livros de leitura se destinam fundamentalmente à cultura do país e aos objetivos socialistas do governo. Este apelou aos voluntários para levarem adiante sua campanha: professores, empregados do governo, estudantes, todos os que saibam ler e escrever, se submeteram a um curso de duas semanas e começaram de imediato a alfabetizar sob a supervisão de coordenadores.

Segundo o projeto governamental, os alunos começam a estudar a língua nacional ao fim de 24 semanas. Aprendem o inglês para conversação e cursos de matemática durante quatro meses. Depois, os que são aprovados podem seguir os programas da escola primária regular e passar ao exame final para ingressar no ginásio.

O fantasma do Vietnã



A guerra do Vietnã era uma boa causa. A lição que é preciso tirar dessa experiência não indica que os Estados Unidos não deviam ter intervindo no país asiático. Pelo contrário, a lição tirada diz que desde o início do conflito tinham de ser previstos os riscos que se corriam e que se devia mobilizar toda a força militar necessária, com uma decisão irremovível, para evitar um resultado desfavorável. O único erro norte-americano no Vietnã foi não ter agido dessa maneira.

O que foi dito acima resume o pensamento do governo do presidente Ronald Reagan em relação à única guerra perdida pela superpotência. E longe de serem meras reflexões sobre o passado, constituem o fundamento conceitual que orienta a atual política externa dos Estados Unidos. As afirmações mais significativas do governo Reagan no âmbito internacional depreendem-se dessa visão. Já que só a supremacia militar assegura a hegemonia política, o sistema bélico deve ser reforçado de maneira a ostentar uma superioridade incontestável. Em consequência, o orçamento militar e a consequente construção de todo tipo de armamento elevam-se a níveis sem precedentes. A decisão de descarregar o seu poderio bélico tem de ser inquestionável para dar credibilidade aos Estados Unidos e seus sócios. Somente assim a União Soviética e seus aliados os respeitarão e deixarão de intervir fora de suas órbitas de influência com o objetivo de subtrair áreas sob hegemonia ocidental. Washington está exatamente demonstrando sua férrea vontade com atos concretos, na América Central e no norte da África. Seria empreendida uma real negociação com a União Soviética quando os limites em que aquela deve ser contida fossem claramente estabelecidos. A discussão não se fará em termos de fraqueza. E também o debate com Moscou

incluirá o comportamento de seus aliados. Não se consegue nada lidando com a Nicarágua ou Cuba. O acordo em relação à América Central assim como o que se refere a outras áreas distantes do planeta, será o resultado de um eventual acordo na cúpula, entre Washington e Moscou, a respeito destes e dos demais conflitos internacionais. E não haverá acordo se não forem garantidos os interesses hegemônicos e a segurança das esferas de influência dos Estados Unidos. Isto é, se o status quo não for congelado — porém com prévios retrocessos na América Central — o que é a mesma coisa que exigir a supressão da dinâmica social e da dialética histórica.

Poder-se-á objetar que esta condensação do pensamento de Reagan e dos duros que o cercam é sintética e omite alguns detalhes e nuances. É possível. Poder-se-á argumentar que esse raciocínio, ao apoiar-se exclusivamente no uso da força e fazer caso omissivo de fatores que não podem ser ignorados em política, parece por demais simplista e grosseiro para representar a elite que governa a maior potência mundial.

É verdade. E poder-se-á acrescentar que a pretensão de controlar o mundo e forçá-lo a voltar ao passado é absurda e só pode conduzir à hecatombe.

Contudo, esse tempo transcorrido desde que, no início de 1981, Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos, assim como a sucessão de atos e declarações de sua administração, demonstram ser essa a linha de conduta que o inspira.

Embora isso fosse claro ainda durante a campanha eleitoral do candidato republicano, numerosos analistas pressupunham que, uma vez na Casa Branca, a realidade circundante e o instinto político do presidente eleito, do *establishment* e da burocracia poderiam conduzi-lo, se não à moderação, pelo menos a uma adequação às circunstâncias externas.

Não tem sido assim. E é visível uma coerência

substancial entre a postura do candidato e a atuação do presidente. Isso não significa que o voluntarismo de Reagan vai conseguir modificar as relações internacionais na medida de suas pretensões. Significa que a tensão mundial continuará no alto grau em que se encontra ou ainda aumentará mais; que o recurso militar nas áreas de conflito será privilegiado em detrimento da via diplomática. Não importa que corra sangue e fogo, e que o risco de uma confrontação nuclear esteja mais próximo, demasiado próximo do ponto de volta.

Ninguém poderá deter o presidente norte-americano nessa corrida alarmante e alucinante?

Ao que parece, a curto prazo a resposta é negativa. Reagan conseguiu lançar as forças armadas da superpotência a pelo menos duas aventuras simultâneas, sem levar em conta a oposição de seu país. A imponente frota de guerra mobilizada na América Central e sobre o flanco nicaraguense, somada às manobras terrestres em Honduras, próximo à fronteira da Nicarágua, envolvem um gesto bélico desmesurado: quatro mil soldados, 19 unidades navais e seis meses de operações. Se a isso se acrescentar o respaldo militar a El Salvador, surgem as premissas para um compromisso semelhante ao que foi assumido, gradativamente, pela superpotência no Vietnã.

E como nesse famoso processo, da mesma forma, os aliados dos Estados Unidos carecem hoje de representatividade e força interna próprias e não poderiam se manter sem um apoio constante e maciço de Washington. Quanto teriam durado o governo de El Salvador e os anti-sandinistas sem as armas e o dinheiro norte-americanos? Muito pouco, e isso indica precisamente — para tornar válida a comparação com o Vietnã — que, privada da possibilidade de alternativas internas viáveis, a superpotência vai se ver forçada a continuar em primeiro plano ou a se expor ainda mais diretamente no vulcão centro-americano.

Estamos, pois, em presença de uma analogia inquietante pelo preço humano que encerra e que, para os Estados Unidos, coloca a perspectiva de um desgaste crescente ante a impossibilidade de obter uma solução política.

Como se isso não bastasse, Reagan, simultaneamente, intervém na África com o duplo propósito de ameaçar a Líbia e, se possível, derrubar o coronel Muammar Khadafi, assim como de evitar a derrubada *in extremis*, no Chade, do cambaleante regime pró-ocidental. A ingerência no país centro-africano não o expõe, por enquanto, a riscos graves, pois pretende atuar por aliados interpostos — Zaire, Egito, Sudão — e pressionar a França para que ofereça maior auxílio às tropas de Hissène Habré.

Entretanto, no campo interno, a oposição democrata ainda não tem força para condicionar os passos presidenciais. Não conseguiu se recuperar da derrota eleitoral e, portanto, Reagan ainda é, no plano doméstico, o mais forte. Isso foi traduzido em resoluções votadas pelo Congresso norte-americano que, embora coloquem limites teóricos à intervenção na América Central, não impediram na prática, uma intervenção crescente, como também aconteceu no caso do Vietnã.

Quanto aos aliados externos e, em particular, os países da Europa ocidental, estes olham com crescente inquietação a militarização da política norte-americana. Mas a Comunidade Econômica Européia (CEE) está minada por contradições internas, não conseguiu uma unidade política nem uma independência ante seu poderoso aliado e, golpeados pela recessão econômica, os governos europeus estão obcecados pelos seus problemas domésticos.

Isso não quer dizer que não se assista no futuro a um endurecimento da oposição parlamentar, mas a dubiedade da conduta do presidente dificultou a coesão de seus críticos.

Ao mesmo tempo em que avançava na esfera

militar, Reagan declarava-se "contrário à guerra" e despachava seu enviado em missão de "paz". Os passos diplomáticos eram na realidade uma cobertura de suas ações militares, a fim de minimizar a reação dos seus críticos, principalmente no Congresso. Mas se trata de uma tática de vôo curto, que não poderá continuar indefinidamente. Na medida em que o intervencionismo tiver continuidade, tanto Reagan como seus adversários terão de definir suas posições. Por outro lado, a grande resistência à guerra do Vietnã não surgiu do Congresso nem do sistema bipartidário. Tratou-se de um extenso movimento popular à margem daqueles, que uniu os grupos pacifistas, religiosos, progressistas e liberais de diversas procedências, em uma multiforme e enérgica expressão de protesto e inconformismo que foi conquistando toda a sociedade.

Começam a aparecer agora sintomas semelhantes em relação à América Central, embora naturalmente a situação teria que amadurecer para que se possa falar de um movimento comparável ao do Vietnã. Reagan agiu de surpresa e ocultando seus objetivos e pôde, assim, vencer os obstáculos que teria de enfrentar se tivesse atuado frontalmente.

Porém, mais a longo prazo, todas as vantagens transitórias que Washington aproveitou podem se constituir em um bumerangue e levar os Estados Unidos à já clássica situação de "pântano", onde quanto mais se avança mais se afunda. O presidente poderia, a esta altura, recuar e apresentar uma nova solução de convívio aceitável para todas as partes, como a que procura o Grupo de Contadora. Mas ele não parece inclinado a essa atitude razoável e se continuar pelo caminho belicista em breve se achará tão exposto que o retrocesso lhe seria politicamente muito oneroso. Tal é o dilema de ferro que o fantasma da longa e cruenta guerra do Vietnã faz pairar sobre os nossos dias.

**todas las armas al pueblo,
para defender la Revolución!**



Barricada Internacional

América Central: a urgente negociação

Uma rebelião generalizada ou
a paz negociada: eis as
alternativas para o drama da região.

No fim de agosto, realizou-se em San José, capital da Costa Rica, o primeiro contato direto entre a Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador e o governo norte-americano. O fato foi saudado, não apenas na região mas em quase todo o mundo, como uma luz de esperança no contexto da grave crise centro-americana.

O encontro pode ser o primeiro passo no rumo de uma solução negociada, que se tornou dramaticamente urgente, quando tropas norte-americanas já se mobilizam na fronteira da Nicarágua, Honduras se converte em uma base militar dos Estados Unidos e nas costas da região centro-americana enxames de navios de guerra e poderosas esquadrilhas aéreas norte-americanas só aguardam o sinal da Casa Branca para o ataque. Esse tema é a matéria de capa desta edição.



Pela primeira vez no Brasil foi possível reunir, em uma mesa redonda, dirigentes políticos e revolucionários da América Central, protagonistas dos decisivos acontecimentos que ali ocorrem.

Foram eles o dr. José Francisco Peña Gómez, prefeito da cidade de Santo Domingo, capital da República Dominicana, secretário-geral do Partido Revolucionário Dominicano, atualmente no poder, e vice-presidente do Comitê da Internacional Socialista para a América Latina e Caribe; o padre Fernando Cardenal, ministro da Juventude da Nicarágua, responsável pela campanha que erradicou quase totalmente o analfabetismo naquele país; Héctor Ouelí, membro do comando central da Frente Democrática Revolucionária.

nária de El Salvador; e Nils Castro, assessor para assuntos internacionais do governo panamenho e membro da direção do Partido Revolucionário Democrático, do Panamá.

Esses dirigentes participaram no Rio — como representantes de partidos membros ou observadores — da reunião do Comitê da Internacional Socialista para a América Latina e Caribe aqui realizada nos dias 19, 20 e 21 de agosto passado, sob a presidência do governador do estado, Leonel Brizola.

As análises e informações aqui contidas encerram matéria de alta importância e dão a oportunidade para uma justa compreensão da crise centro-americana. A mesa redonda foi conduzida pelos nossos companheiros Neiva Moreira e Paulo Cannabrava Filho.

Vamos começar por um tema do momento, ou seja, a saída negociada da crise da América Central. Nils Castro: foi no seu país, na ilha de Contadora, no Panamá, que começou esse atual ciclo de negociações. Como você vê essa iniciativa?

Nils — Vamos começar um pouco mais atrás. A América Central está vivendo um momento muito especial do seu processo de reconquista popular do espaço democrático. E aqui nos referimos ao processo como um todo, nos seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Nos últimos tempos, se falou muito em soluções puramente eleitorais. Algumas eleições foram realizadas, mas os resultados são conhecidos. A simulação de um ato eleitoral em El Salvador e a deterioração da situação em Honduras, depois das eleições, chegando à ocupação do país por tropas estrangeiras, demonstram cabalmente que não é com esse tipo de fórmula que as soluções vão surgir.

Assim, devemos distinguir no atual ciclo de negociações dois níveis fundamentais: o primeiro é a iniciativa política coletiva, a nível latino-americano, na busca de soluções negociadas para todos os problemas da área, nos aspectos a que já me referi. O outro é a gestão que os chanceleres da Colômbia, México, Panamá e Venezuela — o Grupo de Contadora — estão realizando. São duas coisas diferentes: uma é a vontade política que gerou a iniciativa de Contadora e outra é a tarefa do grupo de dar continuidade à mesma.

“Não é através de fórmulas puramente eleitorais que as soluções vão surgir”

Significa então que o essencial é a ação política latino-americana e não o trabalho diplomático a nível de chanceleres?

Nils — Não estou negando a importância do trabalho do Grupo de Contadora, que serviu para promover uma consciência regional e mundial no sentido de que a paz e a autodeterminação devem e podem ser alcançadas através de negociações. E esse não foi o único aspecto positivo desse esforço diplomático. Ele também está contribuindo para frear a deterioração das relações entre a Nicarágua e Costa Rica e fazendo progressos em dois campos importantes para o futuro: definindo temas e procedimentos necessários a um exame profundo dos problemas da região e reunindo documentação imprescindível a qualquer gestão de paz.

Os problemas da nossa região são, contudo, muito complexos e não se pode esperar soluções milagrosas de Contadora.

E quais seriam os procedimentos que estão



Beatriz BISSIO

Reunidos no Rio, no painel promovido por “cadernos”, da esquerda à direita: Héctor Oquellí, Nils Castro, Francisco Peña Gómez, Fernando Cardenal, Paulo Cannabrava e Neiva Moreira

reduzindo a eficácia do trabalho do grupo?

Nils — Eu diria que um deles, senão o principal, é que o grupo se fecha em suas chancelarias, com um só nível de discussão, que é o diplomático. Você sabe que nem todos os chanceleres podem ser considerados como representando realmente a causa dos seus povos. E isso leva a atitudes titubeantes ou até mesmo dificuldades de um correto entendimento dos problemas em pauta.

Um dos problemas, por exemplo, é a definição dos interlocutores, que nem sempre são os diplomatas, mas os dirigentes dos partidos e, no caso da nossa região, os comandantes militares e os chefes guerrilheiros. Desconhecer que são protagonistas com os quais se tem de negociar é tornar inócua a negociação.

“O elemento chave da solução da crise centro-americana é o conflito de El Salvador”

E há outro aspecto, que é a presença norte-americana. Há interlocutores que não possuem vontade própria nem capacidade para tomar decisão, tais os seus vínculos de dependência com Washington. Nesse caso, o prático será reconhecer que há um interlocutor real que é o sr. Reagan.

A iniciativa de Contadora recebeu um apoio internacional consagrado, do Vaticano a Pequim. Mas paradoxalmente, pelo fato de ter se limitado à ação diplomática, tornou possível que um Paz Barnica, chanceler de Honduras, pudesse entorpecê-la com manobras diversionistas.

E no seu entender, quais seriam as bases de um entendimento negociado?

Nils — Recorro à proposta do ex-presidente do México, López Portillo, na reunião de Cancún, que me parece um caminho certo, capaz de levar à paz na região centro-americana. Ele resumiu em três pontos as bases de um acordo geral: 1) solução negociada do conflito de El Salvador; 2) normalização das relações entre Honduras e Nicarágua; 3) abertura de um diálogo entre Washington e Havana.

Só no caso das relações entre a Nicarágua e Honduras houve algum — e muito limitado — progresso.

Oquelí — Essa proposta tem um aspecto importante, que é a prioridade que atribui ao problema salvadoreño. Não devemos ter dúvidas de que o elemento chave da solução da crise centro-americana é o conflito em El Salvador.

Nils — Esse é um dos aspectos importantes dessa fórmula, a inclusão do problema salvadoreño. É oportuno ressaltar que depois de Cancún se registraram reações positivas tanto de Manágua como de Havana. As reações dos Estados Unidos é

que continuam muito ambíguas. De um lado Washington diz que apóia a gestão de Contadora mas, ao mesmo tempo, realiza ações que bloqueiam qualquer solução negociada. Na prática, atua no sentido da guerra.

Como se poderia dinamizar o trabalho de Contadora? Ampliando o grupo com a incorporação de novos chanceleres latino-americanos?

Nils — Creio que ampliar o número de chanceleres não é a melhor solução. Atrapalharia em vez de ajudar. Meter outros governos no grupo dificultaria o consenso, pois a tendência é que cada governo levaria para o debate as suas posições específicas. Transformariam o foro de Contadora numa outra OEA, quando o que necessitamos é de um grupo com maior capacidade operativa. O melhor a fazer nessa etapa é que os governos da região aceitem as resoluções de Contadora, como uma base para negociações maiores. Meras declarações de apoio pouco significam.

Ainda com você, Nils. Você aludiu às medidas norte-americanas que conduzem à guerra. Poderia enumerar quais são essas medidas?

Nils — A alternativa belicista escolhida por Washington é palpável na nossa região. O sr. Reagan está dando passos objetivos no rumo da guerra. Vejamos: colocou na Guatemala um general muito mais enquadrado na sua linha militar no lugar de Ríos Montt (ver matéria nesta edição) e está reforçando as estruturas militares e logísticas em Honduras, ao mesmo tempo que desenvolve um trabalho junto ao Congresso e à opinião pública norte-americana, para criar um clima de guerra.

Esse é um fato novo na política da Casa Branca: preparar psicologicamente o povo dos Estados Unidos para aceitar a guerra. Mesmo os “falcões” mais belicistas já acham que não é possível fazer uma guerra com êxito, tendo o Congresso e a opinião pública contra como no Vietnã. Há toda uma linha de ação da Casa Branca para mudar a opinião do país. Uma comissão especial que está estudando o assunto já foi nomeada e o seu presidente é o próprio subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, o sr. Anthony Motley, que os brasileiros conhecem bem, pois foi embaixador norte-americano no Brasil. A nomeação do sr. Richard Stone como embaixador especial para o problema centro-americano está na mesma linha. Vejam que a preocupação pública desse funcionário é mostrar que estão esgotadas as possibilidades de uma solução pacífica para o conflito. Do mesmo modo, a escolha de Henry Kissinger para presidir uma comissão especial que deve aconselhar o governo na sua política centro-americana é apenas um esforço a mais para dar credibilidade à propaganda de que o sr. Reagan está lutando pela paz.



Combatentes anti-sandinistas apoiados pela Costa Rica: Reagan quer o Panamá seguindo esses passos

Peña Gómez, você acaba de regressar dos Estados Unidos onde realizou amplas gestões em busca da paz. Você voltou otimista ou pessimista quanto à possibilidade de uma solução negociada?

Peña Gómez — Na verdade, não encontrei motivos para estar otimista.

Sabemos que, na sua condição de alto funcionário do governo do Panamá, você, Nils, não nos pode falar tudo, mas o que nos poderia dizer sobre as pressões norte-americanas envolvendo o seu país e a Costa Rica?

Nils — É notório — e esse é tema permanente nos meios de comunicação — que as pressões financeiras têm aumentado. A Costa Rica atravessa uma crise econômica, que tem origens estruturais, além de ser um reflexo da conjuntura, e o governo Reagan tem aproveitado essa situação para aumentar a sua influência naquele país. Quanto ao Panamá, o objetivo é claro: levar o nosso país à mesma posição de Costa Rica, modificando a política exterior traçada pelo general Torrijos. Em resumo, neutralizar a ação dos dois governos em favor de uma paz negociada.

Num âmbito maior, o governo Reagan vem estimulando iniciativas que, aparentemente tendentes a um esforço de paz, se destinam na verdade a criar as condições para justificar a guerra. Não tem outro sentido a formação da chamada Comunidade Democrática Centro-Americana, articulada pelo sr. Thomas Enders, que não era nem uma comunidade nem muito menos democrática.

O essencial para a Casa Branca é que conseguiu um tema alternativo para discussão, enquanto fazia avançar seus preparativos bélicos. Depois, lançou o chamado Foro de San José (ver matéria "Duas opções para a América Central", cadernos nº 51) ambos, Comunidade e Foro, sintomaticamente com sede na Costa Rica. Com isso, o governo Reagan ganhava tempo.

Fernando Cardenal — E vai matando Contadora pelo cansaço e o esgotamento.

"O governo Reagan vem estimulando iniciativas que, aparentemente tendentes a um esforço de paz, se destinam na verdade a criar as condições para justificar a guerra"

Nils — Outra forma de frustrar o processo negociador é estimular sempre novas iniciativas como aquela que já falei do aumento do número de chanceleres no grupo de Contadora. Eu considero, também, na mesma linha, a iniciativa de estabelecer um entendimento entre as três Internacionais (Socialista, Liberal e Democrata-Cristã) para que, em conjunto, debatessem a crise centro-americana. Além de outros inconvenientes, isso seria uma falsa solução, com um erro inicial, pois equivaleria reconhecer que o conflito na América Central se origina e tem soluções fora da região, o que não é verdade.

Cardenal — Quero completar o quadro de Nils, precisando a posição da Nicarágua em resposta à recente reunião dos presidentes dos países de Contadora em Cancún. A análise ali feita nos parece correta.

“Um país pequeno, acusado de agressor, manifesta disposição de negociar, enquanto um país poderoso, que se apresenta como democrático, continua mandando seus navios para o nosso litoral”

Nos discursos do comandante Daniel Ortega, de 19 de julho passado, estão resumidas as propostas da Frente Sandinista (ver quadro). Aí se desmascara o presidente Reagan por sua atitude em não querer negociar. A Nicarágua havia definido uma posição de só aceitar negociações bilaterais. Não obstante, a 19 de julho o comandante Ortega aceitou iniciar conversações multilaterais, mesmo sabendo que só no âmbito bilateral é que superaremos definitivamente os problemas de nossos países. Cedemos. Nos seis pontos não está logicamente a lista completa de tudo aquilo que podemos discutir, mas é um adiantamento de temas que os Estados Unidos encaram com maior sensibilidade e que são objeto mais frequente de acusações da Casa Branca à Nicarágua. Por exemplo: a questão dos assessores militares, a questão do abastecimento de armas a El Salvador e um pacto de não-agressão com Honduras.

As reações do governo norte-americano à nossa proposta de paz confirmam a sua atitude não negociadora e, portanto, contribuíram para desmascarar a posição dos Estados Unidos. Por um lado, um país pequeno, permanentemente acusado de agressor e totalitário, manifesta clara disposição de negociar. Do outro lado, um país poderoso que se

apresenta como democrático, “bonzinho”, recusa uma verdadeira proposta de paz e continua mandando seus navios para nossas costas, ao mesmo tempo que finge apoiar Contadora.

Nils — Por ocasião de sua entrevista com o presidente do México, Miguel de la Madrid, em La Paz, no estado mexicano de Baixa Califórnia, Reagan fez um pronunciamento que me deixou de cabelo em pé. Ele disse que apóia Contadora e que os Estados Unidos sempre estiveram a favor da autodeterminação dos povos. E acrescentou: “Várias vezes fomos à guerra por causa disso”. Devemos interpretar que ele quer dizer que vai à guerra pela “autodeterminação” da América Central?

Consideramos aqui oportuna a intervenção de Peña Gómez. Você poderia dar-nos uma informação mais pormenorizada sobre suas andanças nos Estados Unidos?

Peña Gómez — Em minha visita aos Estados Unidos mantive mais de 35 entrevistas de alto nível, visitei a Câmara de Representantes, me encontrei com membros de comissões e do Departamento de Estado, com assessores diretos do senador Kennedy (que se encontrava em Massachussets), com o general Wernon Walters, com Thomas Enders e seus assessores, com o diretor-geral da AID, com altos membros do Partido Democrata, como Sol M. Linovitz, com dirigentes de movimentos civis, da igreja organizada, da Wola (*Washington Office on Latin America*), com representantes de todas as organizações influentes que lutam pela paz, personalidades do governo e da oposição.

Constatarei que o governo está numa posição muito dura. Em particular com relação à Nicarágua. Acusava o governo sandinista de violar os direitos humanos, de ser responsável pelo que chama “fluxo de armas” para El Salvador, de violar a liberdade de expressão com a censura ao jornal *La*

A PROPOSTA DA FSLN

Estes são os pontos básicos da proposta da Frente Sandinista, lidas pelo comandante Daniel Ortega, a 19 de julho passado, na festa nacional:

1) Compromisso para pôr fim a toda situação de beligerância existente, através da assinatura imediata de um acordo de não-agressão entre Nicarágua e Honduras;

2) o cessar absoluto de todo fornecimento de armas por parte de qualquer país às forças em conflito em El Salvador, para que esse povo possa resolver seus problemas sem ingerência externa;

3) o cessar absoluto de todo tipo de apoio militar sob a forma de fornecimento de armas, treinamento, utilização do território para desfechar ataques ou qualquer outra forma de agressão, às forças adversárias a qualquer dos governos centro-americanos;

4) compromissos que assegurem o respeito absoluto à autodeterminação dos povos centro-americanos e a não-interferência nos assuntos internos de cada país;

5) o cessar das agressões e da discriminação econômica a qualquer país da América Central;

6) a não-instalação de bases militares estrangeiras em território da América Central, assim como a suspensão de exercícios militares com a participação de exércitos estrangeiros.

Prensa (nisso foram muito insistentes) e de caminhar para o estabelecimento de uma "ditadura comunista".

Para surpresa minha, o "fluxo de armas" pesava mais que o anúncio que lhes mostrei — é incrível, porém eles não sabiam disso — pelo qual o governo sandinista se comprometia a realizar eleições...

O máximo que chegaram a dizer é que duvidavam de que as eleições pudessem ser "livres". Minhas respostas foram claras. Em relação às eleições, disse-lhes que eles poderiam duvidar de que os sandinistas lhes diziam a verdade, porém nós não duvidamos, porque somos seus amigos e os temos apoiado em momentos difíceis, e por isso, não nos mentiriam como nunca nos mentiram. Quanto ao jornal *La Prensa*, assinalamos que também estávamos de acordo com a censura, mas que nesse momento é muito difícil pedir aos sandinistas que não imponham uma censura, já que o país está invadido.

Em relação a uma acusação que fizeram sobre vínculos da Nicarágua com a União Soviética, afirmei que essa apreciação não estava correta. Que os sandinistas, isso sim, têm boas relações com Cuba, porque Fidel Castro os ajudou durante muitos anos. Comentei que eu, pessoalmente, ouvi Fidel dizer que havia ajudado os nicaraguenses durante 20 anos e que os soviéticos não sabiam disso.

Porém, aí fiz ver aos norte-americanos que na medida em que os países ocidentais boicotam a Nicarágua, o governo sandinista tem que buscar alternativas. Citei o caso do trigo: os norte-americanos, do meu ponto de vista, de uma maneira boba, suspenderam o fornecimento de trigo. E os soviéticos — que não produzem trigo suficiente e têm que importá-lo dos Estados Unidos — lhes forneceram esse cereal. Eu ri muito porque o general Walters disse: "Pode ser que eles estejam fornecendo o trigo que nós lhes vendemos". E é possível que assim seja...

Expliquei-lhes que era lógico que houvesse gratidão para com os soviéticos, diante de uma burrice cometida pelos norte-americanos.

Também lhes expliquei que a revolução sandinista havia recebido ajuda dos salvadorenos, quando a revolução salvadorenha era mais forte que a da Nicarágua. Que em troca, os sandinistas nunca haviam admitido que dessem ajuda aos salvadorenos. Mas que, mesmo que fosse assim, esse era um ponto para negociação, como acaba de assinalar o companheiro Oquellí.

Em relação à presença cubana, expliquei a meus interlocutores que pessoalmente comprovei, quando visitei a Nicarágua, que esse país foi destruído. Que os sômozistas saquearam o país, que não deixaram pedra sobre pedra. Eu, que sou dominicano e vivi a cruel ditadura de Trujillo, constatei que ele

deixou intata a economia de meu país (hoje em dia, 50% da estrutura econômica estão em mãos do Estado e se realizam através das empresas que o ditador deixou).

Na Nicarágua, não. Não ficou nada. Não havia professores nem médicos, e tiveram que recorrer à ajuda exterior. E temos que reconhecer que a maior cooperação nesse campo foi a dos cubanos.

Disse-lhes também, que quando a Nicarágua começou a ser cercada, que quando as ameaças se intensificaram, os cubanos passaram a fornecer ajuda militar, a nível de assessoria. Mas, também lhes disse que estou seguro de que discutindo este ponto com os sandinistas e com Fidel Castro, poderia haver um entendimento. Que em troca, eles, os norte-americanos, têm numerosos assessores militares por toda parte, particularmente em El Salvador e em Honduras — aqui também há tropas — e têm que retirá-los.

Beatriz Bisso



Peña Gómez: "os norte-americanos fizeram uma burrice"

O que lhe responderam?

Peña Gómez — Encontrei um ambiente muito tenso a nível do governo. E de pessimismo e depressão entre as pessoas que não estão de acordo com a política de Reagan.

"Os norte-americanos têm numerosos assessores militares por toda parte, particularmente em El Salvador e em Honduras, e têm que retirá-los"

Na Câmara de Representantes, por exemplo, há uma oposição frontal às ações de Reagan na América Central. Os democratas — que controlam a Câmara — se opõem a essa política não por simpatizarem com a Nicarágua, mas porque a consideram ilegal.

E em relação à Nicarágua?

Peña Gómez — Achei que o apoio direto ao governo sandinista tinha diminuído, por falta de um trabalho efetivo dos companheiros da Nicarágua no Congresso norte-americano. A falta de informação é tremenda. Como já mencionei, nem sequer se sabia que os sandinistas haviam prometido eleições.

“O governo de Reagan faz tudo ao seu alcance para impedir que o povo norte-americano conheça as propostas sandinistas”

Fernando Cardenal — Quero fazer um adendo à observação final de Peña Gómez, quando ele se refere à necessidade de que façamos com que os Estados Unidos conheçam nossos pontos de vista. Quero dizer que temos feito muitos esforços nesse sentido, sem maiores resultados. O governo de Reagan e as forças políticas e econômicas que nos Estados Unidos se opõem à nossa Revolução fazem tudo ao seu alcance para impedir que o povo norte-americano conheça as nossas razões e as nossas propostas. Quando nomeamos o novo embaixador, que podia criar melhores condições para que se ampliasse a presença da Nicarágua junto ao povo norte-americano, Reagan deixou passar o tempo regulamentar para a apresentação de credenciais. Ficamos muitos meses sem embaixador.

A Universidade de Harvard convidou o comandante Tomás Borge para proferir uma conferência. Esta teria sido uma oportunidade para que um dirigente sandinista falasse em outros foros. Negaram-lhe o visto de entrada. Enviamos, então, um grupo musical, *Palcasan*, que foi expulso dos Estados Unidos. Nossa adida de imprensa tem sido ofendida e caluniada nos meios de comunicação norte-americanos. Por esse motivo e como ficou claro na exposição de Peña Gómez, nem a opinião pública, nem os congressistas conheciam a nossa proposta. Isso é inconcebível.

E você, Oqueli, como considera as propostas de paz dos sandinistas?

Oqueli — Um dos aparentes obstáculos à ação de Contadora e um dos pontos centrais das discussões sobre o conflito na América Central, é precisamente a suposta ajuda de caráter militar que o governo nicaraguense estaria dando à insurreição em meu país. Nesse sentido, considero que a proposta da Nicarágua supera o obstáculo.

Poderia nos falar um pouco mais sobre esse tema, da ajuda militar nicaraguense?

Oqueli — Há um fato sobre isso que me parece muito esclarecedor. Nos últimos três anos, os Es-

Beatriz Bissio



Fernando Cardenal:
denunciando a hostilidade dos Estados Unidos

tados Unidos vêm dando uma maciça assistência militar ao governo de El Salvador. E dizia que essa ajuda consistia prioritariamente em equipamentos de inteligência capazes de detetar os canais, as vias e as formas como os combatentes salvadoreños se apropriam das armas que usam ou como essas armas lhes chegam da Nicarágua.

O golfo de Fonseca, bem como as fronteiras de El Salvador e as rotas terrestres de Nicarágua a El Salvador através de Honduras estão hoje mais vigiados do que nunca. Isso prova que ou o sofisticado equipamento não serve, ou que os observadores são tão estúpidos a ponto de não detetarem o envio de armas, ou que, simplesmente, o pretexto com o qual os Estados Unidos justificam sua

AS ORIGENS DO GRUPO DE CONTADORA

Ao reunir-se pela primeira vez, na ilha panamenha de Contadora, em janeiro deste ano, os chanceleres do México, Colômbia, Venezuela e Panamá tinham por finalidade discutir uma possível solução para o conflito centro-americano. Partiam da convicção de que é possível encontrar uma solução política à crise com base num diálogo regional sem exclusões, tornando os latino-americanos os gestores e autores de suas próprias propostas e resoluções em relação aos problemas que se apresentam na região.

Os chanceleres Bernardo Sepúlveda Amor (México), Rodrigo Lloreda Caicedo (Colômbia), José Zambrano (Venezuela) e Juan José Amado (Panamá), que compõem o Grupo de Contadora, crêem que é vital para a região manter e resguar-



Héctor Ouelí: "estamos dispostos a dialogar"

ajuda militar — essa sim, aberta e bem visível —, é totalmente falso.

Ouelí, antes de entrarmos no capítulo propriamente da guerra, vamos falar um pouco mais das perspectivas de paz no seu país. Como vão os contatos iniciados na Colômbia entre a guerrilha salvadorenha e os Estados Unidos?

Ouelí — As iniciativas de paz são várias e não apenas uma. Em uma reunião da Internacional Socialista, o seu Comitê para a América Latina e o Caribe aceitou uma missão mediadora e começou a trabalhar nesse sentido. Um vice-presidente do Partido Social Democrata alemão realizou visitas a vários países centro-americanos, entre os quais El

Salvador, numa sondagem sobre as possibilidades de uma negociação. Depois disso, a Frente Democrática Revolucionária (FDR) de El Salvador sugeriu negociações, estabelecendo uma série de pontos prévios para que as mesmas se iniciassem. Para os Estados Unidos e seus sócios da América Central, isso significava que nós estávamos condicionando as negociações. Em outubro do ano passado, demos a eles uma resposta concreta, ou seja, aceitaríamos o diálogo sem condições prévias. Estranhamente, nos disseram como resposta, que um diálogo sem condições era a pior condição que estávamos querendo impor.

Com as mudanças havidas na direção da política norte-americana, cuja característica é a de ser hoje mais agressiva do que antes, enviamos no final de maio deste ano, uma carta ao embaixador itinerante dos Estados Unidos, sr. Richard Stone, dizendo que estávamos dispostos a nos reunir com ele.

Aceitando ele como mediador?

Ouelí — Não. Como parte envolvida no conflito. Tal como deixou claro Nils Castro, os Estados Unidos são parte do conflito centro-americano.

Foram realizadas várias gestões que envolveram os presidentes Monge, da Costa Rica, e Betancour, da Colômbia, com o objetivo de viabilizar uma reunião desse tipo. A primeira tentativa, em junho último, falhou. Não porque nos negássemos a falar com Stone, mas porque o governo norte-americano — tanto a Casa Branca como o Departamento de Estado — queria falar conosco

dar o direito à livre autodeterminação de cada nação. Para os Estados Unidos, entretanto, a crise centro-americana é uma questão de segurança interna norte-americana.

As diferenças de percepção entre os Estados Unidos e a América Latina obedecem, obviamente, a uma posição de poder diferente, que já foi claramente evidenciada na Conferência de San Francisco, em abril de 1945, quando a ONU foi criada. Nessa ocasião, os Estados Unidos se opuseram ao pedido latino-americano de que na Carta das Nações Unidas fosse reconhecida a *igualdade jurídica* dos Estados (que já era um dos princípios básicos do sistema interamericano). Tal princípio, como é lógico, era incompatível com a posição de privilégio que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança gozavam. Por essa razão, se adotou o termo mais vago de *igualdade soberana*. Dentro do mesmo espírito, os Estados Unidos trataram também de encontrar uma fórmula que salvaguardasse aquilo que se chamou de "acordos regionais legítimos", sem

propiciar a formação de perigosas "esferas regionais de influência".

As gestões do grupo de chanceleres de Contadora se intensificaram com a reunião urgente realizada no Panamá, em meados de abril passado. Realizaram depois um giro de dois dias pelos cinco países da América Central. Nessa ocasião, disseram aos dirigentes centro-americanos que superassem suas divergências por meio de conversações bilaterais como forma de organizar depois uma conferência regional.

Ao regressar da viagem à região, o chanceler mexicano destacou que um compasso de espera demasiado longo na atividade pacificadora do Grupo de Contadora poderia ser extremamente perigoso dada a política belicista de Reagan.

A reunião de Cancún (México), realizada no mês de julho passado, a nível presidencial (os chefes de Estado dos quatro países membros estavam presentes), deu um novo impulso ao Grupo e ratificou a linha negociadora que se vinha implementando. (*Maluza Stein*)

exclusivamente sobre a nossa participação nas eleições. Por outro lado, havia um pré-requisito: os norte-americanos queriam que nós os aceitássemos como mediadores. E nós sabemos que eles são parte do conflito.

E agora?

Oquell — Bem, agora estamos a caminho daquilo que pareceria ser um esforço com melhores possibilidades de êxito, no sentido de que a reunião se concretize. Já foi designada uma delegação de quatro pessoas da direção da FDR-FMLN — inclusive o nosso companheiro Guillermo Ungo e um comandante guerrilheiro — que está pronta para a negociação. Por outro lado, enviamos no dia 6 de julho uma carta à comissão de paz designada pelo governo salvadorenho, no mesmo sentido. Sabemos que essa comissão é pouco representativa por lhe faltar capacidade de decisão. No entanto, achamos que ela é um canal de comunicação com o governo salvadorenho.

“Os norte-americanos queriam que nós os aceitássemos como mediadores e nós sabemos que eles são parte do conflito”

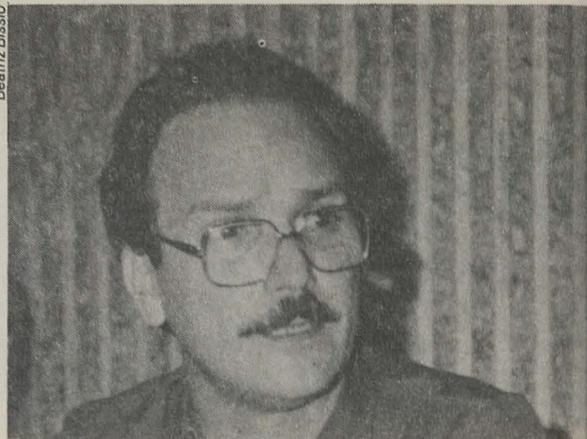
Quer dizer que se pode admitir que as negociações estão começadas?

Oquell — Esperamos que sim.

Vamos entrar agora num ponto delicado: a previsível invasão norte-americana à Nicarágua. Há muitos governos, instituições e personalidades pelo mundo afora que acham que o resultado dessa invasão seria um novo Vietnã. Que a Nicarágua iria lutar fora de seu território, na Costa Rica e em Honduras. El Salvador estenderia suas operações a Honduras e à Guatemala, ficando o Canal do Panamá à mercê das forças internas de oposição a essa invasão. Pediríamos a Nils Castro que inicie a discussão desse tema.

Nils — Prefiro não acreditar nessa invasão, embora aceite ser uma alternativa das mais viáveis. Eu parto do princípio de que devemos por todos os meios evitar essa guerra.

Mas vamos analisar a situação atual. Falo em evitar a guerra porque seria uma utopia falar em evitar a intervenção. Essa já está em pleno desenvolvimento, realizada por forças da CIA e somozistas com base no exterior. Penso que uma intervenção direta não teria o mesmo cronograma do Vietnã. Lá, os Estados Unidos começaram a guerra com os seus próprios soldados, e só posteriormente decidiram vietnamizá-la, ou seja, recrutar soldados no próprio Vietnã. Na América Central são evidentes os propósitos de modificar essa estratégia. Começar a guerra usando soldados hondurenhos, guatemalte-



Nils Castro: “prefiro não acreditar na invasão”

cos, salvadorenhos e, só numa segunda fase, empenhar diretamente as tropas norte-americanas.

No Vietnã, os Estados Unidos tiveram que mandar para a guerra cerca de 500 mil soldados. E na América Central?

Nils — Não creio que com menos de 100 mil homens pudessem começar uma guerra. Existe um elevado índice de combatividade nos povos centro-americanos e a presença de um invasor externo lançaria à luta novas forças, além das que já estão combatendo. Setores hoje não combatentes da população e nem sequer muito engajados politicamente, no momento em que vissem tropas estrangeiras em sua pátria, a primeira coisa que iriam fazer seria procurar expulsá-las. Uma eventual invasão à Nicarágua se converteria rapidamente numa guerra centro-americana.

Fernando Cardenal — Penso até que o espectro da guerra seria ainda mais abrangente. Há notícias de que em diversos países latino-americanos estão sendo formadas brigadas de voluntários que querem lutar na América Central.

Mas vejamos a situação na própria região. Os grupos revolucionários que atuam na Guatemala e em Honduras, uns mais e outros com menos experiência de combate, ganhariam força e coordenação. O caso da Costa Rica é típico da modificação que poderia se produzir com uma guerra generalizada.

Atualmente, todo mundo sabe do apoio que Edén Pastora (o comandante “Zero”) e Robelo recebem na Costa Rica. Mas nós, diplomaticamente, temos que considerar a opinião formal do governo da Costa Rica segundo a qual esse apoio não existe (embora nós saibamos que, sim, ele existe.) Se atacados, numa guerra aberta, os critérios nicaragueneses de julgamento seriam outros, como também as nossas próprias posições.



Os novos comandantes da Guarda Nacional do Panamá, coronéis Noriega e Díaz, apontados como herdeiros da linha antiimperialista do general Torrijos. Ao centro, o presidente De la Espriella, um dos impulsionadores do grupo de Contadora

A Nicarágua não está interessada em internacionalizar o conflito. Quem faz isso são os Estados Unidos, seja com suas próprias tropas ou deslocando de um lado para outro forças de outros países da região.

Honduras está sendo usada como uma plataforma militar. Há hondurenhos na guerra de El Salvador e tropas salvadorenhas em Honduras, do mesmo modo que os somozistas têm as suas bases em território hondurenho. Honduras está "libanizada", com tropas de, pelo menos, três países e assessores de outros mais.

Nils — É possível que um dos méritos de Contadora tenha sido evitar que a Costa Rica também se libanizasse, inclusive com a presença de tropas de países da OEA, que em determinado momento o presidente Luis Alberto Monge pensou em chamar.

Oquell — Quero destacar um ponto que considero esclarecedor. A Nicarágua é vítima de uma agressão permanente. Considero, no entanto, que o estopim para uma invasão da área centro-americana pelos Estados Unidos será El Salvador. O sr. Reagan teme que uma vitória das forças revolucionárias salvadorenhas modifique o panorama estratégico da região. Por isso mesmo, deve ser evitada mesmo à custa de uma guerra.

E como você acha que poderia ser um ataque a El Salvador?

Oquell — Creio que é necessário analisar as lições do passado. O melhor exemplo nesse campo foi a invasão dos Estados Unidos na República Dominicana, em 1965. Os norte-americanos precisaram de 42 mil soldados e um prazo de sete meses

para sufocar uma rebelião que estava localizada fundamentalmente na capital e não tinha se estendido ao resto do país. Ainda mais: a República Dominicana é uma ilha, o que facilita o desembarque de tropas pelo mar.

No caso de El Salvador, devemos considerar os seguintes aspectos: a) a rebelião se estende a todo o país; b) nosso exército guerrilheiro tem uma experiência de mais de três anos de luta; c) El Salvador é um país pequeno (21.000 km²), limitando-se com Honduras e com a Guatemala. Os norte-americanos teriam que desembarcar por Honduras em zonas próximas aos focos guerrilheiros mais poderosos, e pela Guatemala, espalhando suas forças por regiões diferentes. Quarenta e dois mil soldados não dariam nem para começar. Nem mesmo 100 mil seriam suficientes.

Se é verdadeira a teoria do Pentágono de que para cada guerrilheiro deve haver dez soldados, então isso significaria que os Estados Unidos devem mobilizar efetivos não inferiores a um milhão de soldados.

Fernando Cardenal — É muita gente...

Nils, vamos dar uma outra olhada sobre o Panamá. Em entrevista à nossa revista, o general Torrijos falou sobre a vulnerabilidade do canal. Ele nos disse que era como se fosse uma criança indefesa. É tão vulnerável que um tiro de artilharia poderia danificá-lo seriamente.

Nils — Torrijos sempre dizia que somente uma população satisfeita com o funcionamento do canal pode manter a sua segurança. Tem que haver o consenso dos panamenhos para que o canal fun-

A revista *Newsweek* (6/6/83) publicou esse mapa, com dados oficiais fornecidos pelo exército norte-americano da ajuda militar dos Estados Unidos à América Central para o ano fiscal de 1982. Alguns desses dados sofreram aumentos significativos no curso de 1983, com a intensificação das operações bélicas na região



cione. Não é somente com um tiro de artilharia que ele pode ser obstruído. Até porque isso poderia causar danos irreparáveis às suas instalações. Uma simples peça de metal que um trabalhador deixe cair entre algumas engrenagens, bastaria para pará-lo por uma semana, ou mais ainda. Com todas as consequências econômicas que isso traria para a região e, particularmente, para os Estados Unidos.

“Uma simples peça de metal que um trabalhador deixe cair entre algumas engrenagens bastaria para parar o canal do Panamá por uma semana”

Nesse panorama sombrio, o que fazer?

Nils — É necessário e urgente dinamizar todo tipo de iniciativa para evitar essa guerra. Já não bastam somente os gestos políticos. Precisamos de uma grande pressão social na área centro-americana e em toda a América Latina. É preciso que os partidos, os sindicatos, os estudantes, as massas populares em nossos países se mobilizem para pressionar os Estados Unidos. É urgente lutar dentro daquele país, junto ao Congresso, aos jornalistas, às organizações cívicas e populares, aos jovens, à Igreja. Fortalecer as correntes liberais e progressistas atuantes daquele país que rechaçam a guerra ou qualquer tipo de negociação sob a mira das belonaves.

É necessário atuar junto aos aliados dos Estados Unidos, principalmente aqueles que Washington



Reagan e De la Madrid na Baixa Califórnia: advertência sobre os perigos da maciça presença bélica norte-americana

considera importantes para sua estratégia, como é o caso da Europa e do Japão. Por exemplo, quando o presidente Betancour ou outro mandatário da América Latina discute com Reagan é importante, mas se for um governante japonês ou europeu a importância é ainda maior.

O governo japonês calculou que o envolvimento dos Estados Unidos numa guerra generalizada na região centro-americana requeria a mobilização de pelo menos 100 mil efetivos. Como esses soldados não poderiam ser retirados do exército norte-americano na Europa, ali ao lado das forças



Manobras conjuntas norte-americano-hondurenhas: ...

do Pacto de Varsóvia, o mais certo é que seriam deslocadas unidades que estão estacionadas no Extremo Oriente. Se essas tropas saírem da Ásia, o Japão terá que substituí-las por tropas japonesas, um problema político muito delicado internamente e uma operação financeira muito onerosa. Ora, o desenvolvimento econômico do Japão se baseia, sobretudo, no percentual mínimo de gastos militares. E eles resistem à pressão norte-americana para mudar essa política.

Quanto aos europeus, que tanto se preocupam com o Oriente Médio e com o Chifre da África, temos que levá-los a compreender a importância de evitar uma conflagração na América Central. Devemos acentuar que há hoje na Europa vários governos socialistas, que devem ser chamados a atuar como tais. Quanto aos latino-americanos, há um objetivo imediato na grande meta de impedir a guerra: lutar por uma saída negociada, que, sem criar falsas expectativas ou obstáculos artificiais, tenha como ponto de partida as propostas de Contadora.

Peña Gómez — Uma palavra final. De passagem pelo México — cujo governo manifestou a sua reiterada solidariedade com a Nicarágua — me entrevistei com o presidente Miguel de la Madrid e com altos dirigentes do PRI. Chegamos à conclusão de que é necessário fortalecer Contadora, como a única esperança que ainda nos resta. E temos de fortalecer o grupo também com o apoio das nossas organizações de massa. Nesse sentido, está decidido intensificar a ação da Copppal (Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina, integrada por cerca de trinta partidos e cuja sede é no México).

"Barricada Internacional"



...ao belicismo dos EUA, a resposta das massas

Minha conclusão depois desse amplo balanço da situação centro-americana é clara: não haverá saída militar vitoriosa para ninguém.

Os sandinistas não vão aceitar que o seu país seja invadido nem ficarão sentados à espera da invasão. Eles vão se espalhar por toda a América Central, vão generalizar o conflito, vão entregar material bélico aos seus amigos e, então sim, vai existir um fluxo de armas incontrolável. Os Estados Unidos vão ter que disputar cada centímetro quadrado da América Central. Em toda a região haverá guerrilhas, os sandinistas, derrubados do governo, iriam se sublevar novamente nas montanhas do seu país. Poderia haver uma intervenção de Cuba e a crise poderia, inclusive, evoluir para uma 3ª guerra mundial.

Seria o desastre. Para nós, também um desastre na República Dominicana, para a nossa jovem democracia, para todos. Não vejo possibilidades de uma saída militar, que nem mesmo a Reagan convém.

Muito obrigado a todos.

VENEZUELA: A POSIÇÃO DA AÇÃO DEMOCRÁTICA

□ Enrique Tejera Paris é o responsável pelas relações internacionais da Ação Democrática (AD) da Venezuela, e também o diretor executivo da Fundação Gonzalo Barríos, que se ocupa da capacitação política dos quadros do partido. Nas declarações exclusivas, ele resume o ponto de vista da AD em relação à crise centro-americana:

“O Partido Ação Democrática apóia vigorosamente a ação do Grupo de Contadora. Os movimentos democráticos da América Central receberam um forte apoio do próximo governo da Venezuela sob a direção de Jaime Lusinchi.¹ Não obstante, nós condicionamos esse apoio político e econômico ao cumprimento daquilo que está expresso no preâmbulo da Constituição da Venezuela.



Beatriz Bissio

Tejera: apoio ao Grupo de Contadora

“Rechaçamos, por força da Carta constitucional, a guerra e toda ação armada para resolver os conflitos. Na Venezuela não existe nenhum órgão do Estado autorizado a declarar a guerra. Claro que podemos nos defender. Essa Constituição, *sui generis*, nos impõe o respeito à autodeterminação dos povos, e também a realização de eleições. Finalmente nos obriga a ser ativamente contrários a todo tipo de intervenção estrangeira e a promover a democracia além de nossas fronteiras.

“Não há contradição entre esses princípios. Uma coisa é impor e outra promover, ajudar os povos de outros países a concretizarem a democracia. Todos os partidos da Venezuela aderem a essa prática.

“A FMLN salvadorenha tem recebido todo nosso apoio. Não acreditamos em pseudo-elei-

ções. Queremos para El Salvador eleições em que participem todas as forças políticas, inclusive os grupos guerrilheiros.

“Nenhuma dessas condições existiam nas eleições anteriores e por isso mesmo as consideramos espúrias. O único resultado foi a perda de poder por parte do partido social cristão, que por sua vez está dividido, com uma parte considerável que aderiu à guerrilha. O principal inimigo dos salvadorenhos são os militares. O ‘partido militar’ está sofrendo derrotas e isso é positivo, pois abre novas perspectivas.

“El Salvador é um país chave na América Central. Tem tradição democrática. Rechaçamos toda essa demonstração de força dos Estados Unidos. Sabemos que não conduz a nada nem sequer a satisfazer os próprios interesses norte-americanos. A solução dos problemas salvadorenhos é a primeira e mais importante premissa para a paz na América Central. Nós temos a esperança de que logo se poderá estabelecer o diálogo político entre as forças democráticas e o governo de El Salvador.

“Com a solução do problema salvadorenho, as ameaças contra a Nicarágua também poderiam desaparecer. Não há evidências de que a Nicarágua ajude os salvadorenhos com armamentos. Mesmo porque toda possibilidade de ajuda da Nicarágua é mínima se comparada às possibilidades de fornecimento de armas dos Estados Unidos ao seu aliado, o governo de El Salvador.

“Acho que a posição dos Estados Unidos sofreu algumas mudanças nas duas últimas semanas. Uma evidência é a comunicação enviada pela administração Reagan a Willy Brandt e outros dirigentes socialistas (inclusive Carlos Andrés Pérez), expressando o desejo de que haja paz na América Central e aceitando a via das negociações. Outra, o fortalecimento da opinião pública dos EUA em prol de uma paz negociada. Numa democracia como a norte-americana nada se faz contra a opinião pública. Em terceiro lugar, as conversações realizadas em Caracas onde um alto representante de Reagan nos confirmou o desejo dos EUA de promoverem a paz.”

Como vê a missão Kissinger?

— Como algo positivo. O homem é pragmático e capaz de dar violentas guinadas, como o fez no passado com o reatamento de relações diplomáticas com a China, abrindo o diálogo entre os dois países. Acreditamos que se Kissinger foi capaz, no passado, de modificar radicalmente a linha da política externa norte-americana, poderá tornar a fazê-lo, se estiver convencido da viabilidade da paz negociada na América Central.

¹ Jaime Lusinchi é o candidato presidencial da Ação Democrática, e segundo todas as enquetes, sairá vitorioso nas próximas eleições (ver “cadernos” nº 55)

Governo popular em Chalatenango

Avanços políticos e militares como resposta à política de Reagan

Sara Alatorre*



“Diante da agressão de Reagan, El Salvador vencerá”, é o lema da atual campanha militar das forças insurgentes salvadorenhas na guerra de libertação que esse país centro-americano trava.

A morte do assessor norte-americano Albert Schaufelberger, em maio passado,

por um comando das Forças Populares de Libertação (FPL) “Farabundo Martí”, uma das cinco organizações que integram a FMLN, constituiu um marco nessa campanha.

A destruição do posto militar da ponte Quebrada Seca, situada no departamento de San Vicente (a estrutura foi destruída e o exército governamental teve 44 mortos) foi outra operação de peso.

Mas um fato em particular mostra a nova situação que vive El Salvador: a constituição de um governo regional no departamento nortista de Chalatenango (na região que se poderia chamar de “áreas libertadas”), em 23 de maio passado. O fato foi considerado pela insurreição como o “embrião do governo democrático revolucionário que o povo instaurará na hora da tomada do poder”, segundo palavras da rádio “Farabundo Martí”.

A agressiva linguagem de Reagan, somada ao anúncio do treinamento de mais 525 soldados salvadorenhas em Fort Benning, Carolina do Norte, assim como a decisão de treinar tropas de El Salva-



Chalatenango: embrião do governo revolucionário

dor em Honduras (ver matéria nesta edição) mostram o temor de Washington e da oligarquia salvadorenha diante da desmoralização do exército e do avanço do movimento popular.

Brigas no exército

As campanhas “Heróis revolucionários de janeiro” e “Comandante Ana María e Marcial, juramos

* Especial da Salpress, para “cadernos do terceiro mundo”

vencer” antecederam a atual neste ano. Destaca-se, nesta última, a ocupação do povoado de Santa Rosa de Lima (segundo em importância no departamento de La Unión), com a destruição de seis pontes estratégicas.

Além disso, os rebeldes construíram uma cerca minada só a três quilômetros da cidade de Chalatenango, sede do batalhão Sierpe, especializado em contra-insurreição, impedindo a saída dos efetivos governamentais.

A crescente desmoralização das tropas do regime ficou expressa abertamente em 30 de maio passado, com o levante de duas companhias do mencionado batalhão, exigindo que o comandante, coronel Gilberto Rubio, se apresentasse à zona de combate. Esse tipo de contradição no exército tem aparecido com alguma frequência, já que os oficiais são acusados pelos soldados de fugirem do campo de batalha e se limitarem a dar ordens.

As contradições a respeito de como deve ser conduzida a guerra originaram brigas internas no exército que culminaram em mudanças no alto comando. Um exemplo foi a substituição do ex-ministro da Defesa, general José Guillermo García, que os observadores — apesar de ele ter formalmente renunciado ao cargo — atribuíram às pressões internas devido à sua “incapacidade” na condução da guerra. Mas a crise vai mais fundo: também provocou mudanças nos quadros norte-americanos envolvidos no conflito salvadoreño.

O subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Thomas Enders, foi destituído um dia depois da morte de Schaufelberger, em El Salvador. A administração Reagan negou qualquer relação entre a saída do funcionário e a morte do assessor. Entretanto, observadores políticos concordam em que há numerosas evidências do contrário, apesar de o novo subsecretário, Langhorne Motley, também ser qualificado de linha dura, como Enders.

Avanços militares

Em 1982, a FMLN consolidou e estendeu suas zonas de controle, principalmente no departamento de Chalatenango e Morazán, assim como em Usulután e no vulcão Guazapa.

Do começo do ano até agora, a ação nas províncias de Usulután e San Vicente tem aumentado. O fortalecimento da FMLN nas frentes de guerra em ambas províncias ficou claro na campanha “Comandante Ana María e Marcial, juramos vencer”, nome adotado em homenagem à morte desses dois dirigentes da FMLN, em 6 e 12 de abril passado.

Nesta campanha, a ação insurrecional se estendeu às províncias de Cabañas e La Paz. Nesse último departamento, a FMLN tomou de assalto a guarnição de Siete Joyas, e em Cabañas ocupou a



O novo subsecretário Motley, ex-embaixador no Brasil



O comandante guerrilheiro Joaquim Villalobos: desmentindo Washington

cidade de Cinquera, além de ocupar pacificamente 25 povoados só nesse período.

Nesse lapso, os rebeldes destruíram seis pontes estratégicas, destacando-se a explosão de Goascorán, realizada junto com a destruição do posto militar fronteiriço entre El Salvador e Honduras, El Amatillo, deixando incomunicáveis por via terrestre os dois países. Nessa ação, a FMLN mobilizou uma força entre 1.500 e 2 mil homens armados (uma brigada), que se deslocaram da província de Morazán. As forças governamentais foram reforçadas por tropas hondurenhas.

A emissora rebelde *Radio Venceremos* entrevistou o fiscal aduaneiro de El Amatillo, José Luis Varela Hernández, capturado pela FMLN, que afirmou que “se os hondurenhos não tivessem disparado, nós teríamos nos rendido e não teríamos tido que lamentar a morte de nossos companheiros”.



Sacerdotes que trabalham junto à FMLN celebram missa nas áreas libertadas

Senal de Libertad

Outras formas de agressão

A agressão norte-americana tem sido complementada por uma campanha de propaganda para desprestigiar o movimento revolucionário salvadorenho, inclusive com falsas acusações de assassinato de prisioneiros.

Na verdade, os rebeldes não só libertam os prisioneiros de guerra em presença da Cruz Vermelha Internacional, como lhes têm dado o tratamento correspondente aos acordos de Genebra, coisa que não acontece com seus próprios militantes quando caem prisioneiros. O comandante guerrilheiro Joaquín Villalobos, depois de desmentir a acusação através da *Radio Venceremos*, interpretou as falsas acusações como uma tentativa de Washington de impedir que as tropas governamentais se rendam à FMLN.

O movimento rebelde salvadorenho não descarta a possibilidade de uma intervenção direta de tropas norte-americanas em El Salvador. Mesmo tendo assegurado que isto não aconteceria, Reagan depois se recusou a negá-lo. Por sua vez, o dirigente da FMLN, Facundo Guardado, assegurou que “a administração Reagan está consciente de que já não há maneira de salvar o exército governamental, motivo pelo qual se prepara para uma intervenção maciça com *marines*”.

O dirigente acrescentou que a “ajuda que o governo norte-americano oferece ao regime de Alvaro Magaña só serve para tornar maior o genocídio”, já que “é evidente que o movimento popular e revolucionário deu nos últimos tempos um salto qualitativo no terreno político e militar”.

A primeira junta de governo regional

Nesse contexto, se inscreve a formação de um governo regional em Chalatenango. No povoado de Los Cedros tinha se realizado em 18 de maio passado a primeira assembléia dos chamados Poderes Populares Locais (PPL). Estes funcionam há pouco mais de um ano nessa província de 33 municípios, dos quais o governo só controla seis. A situação é parecida em outras províncias.

Em termos práticos, os PPL têm desenvolvido uma forma de vida alternativa: organizam a produção, a educação, a saúde e a vida cívica em geral, de acordo com as necessidades populares.

O governo regional surgiu como produto das atividades dos PPL. Da assembléia participaram representantes — eleitos democraticamente — das diferentes organizações de massas que compõem o movimento revolucionário salvadorenho, assim como das milícias populares e do exército insurgente.

O êxito político que essa primeira base do governo democrático revolucionário e o avanço militar da FMLN significam, unidos à decomposição do exército e do regime de Alvaro Magaña, permitem supor que o governo norte-americano continuará buscando a maneira de deter o processo revolucionário nesse país centro-americano. As pesquisas do *Gallup* revelaram, entretanto, que nove de cada 10 norte-americanos se opõem ao incremento dos assessores norte-americanos em El Salvador, pois temem que se os Estados Unidos continuam se envolvendo nos assuntos internos desse país, a situação em pouco tempo será muito semelhante à do Vietnã. E ninguém esqueceu o preço da guerra no sudeste asiático. ●

Os fuzis apontam para El Salvador

Cento e vinte “boinas-verdes” irão treinar soldados salvadorenhos e mais tarde, centro-americanos



Na pequena localidade hondurenha de Punta Caxtina, situada no atual departamento (província) de Colón, na costa do oceano Atlântico, foi celebrada no ano de 1502 a primeira missa católica do continente americano. A 10 quilômetros desse lugar se encontra a cidade de

Trujillo, capital da província, que foi em 1825 a primeira capital de Honduras.

Trujillo tem, também, outro valor histórico: aí foi fuzilado o corsário norte-americano William Walker, que à frente de um grupo de mercenários – autodenominados *A falange dos imortais* – e com o apoio do governo e dos bancos particulares dos Estados Unidos, se autoproclamou “presidente” da Nicarágua, reimplantou a escravidão e tentou dominar toda a América Central. (Ver “A gula do Tio Sam”, nesta mesma edição).

Nessa área está concentrada a maior parte dos 250 mil habitantes negros, descendentes de escravos africanos, de Honduras. Os camponeses estão organizados em cooperativas agrícolas dedicadas ao cultivo do dendê.

No decorrer deste século, a região permaneceu totalmente esquecida pelos sucessivos governos hondurenhos. No entanto, de repente, ganhou notoriedade. Na aldeia de Silin – 20 quilômetros a noroeste de Trujillo e uns 350 de Tegucigalpa – será instalado o Centro Regional de Treinamento Militar (Crem), em 80 hectares de terras doadas pela transnacional bananeira *Standard Fruit Company*. O treinamento será dirigido por oficiais nor-



te-americanos e servirá de orientador dos exércitos “de países amigos, especialmente da América Central”.

A pátria em perigo

Em 9 de junho passado, o general Gustavo Alvarez Martínez, chefe das forças armadas de Honduras, assinou em Washington um “mandato” que, segundo fontes do Departamento de Estado norte-americano, se inscreve “num acordo militar hondurenho-norte-americano firmado em 1954”. O “mandato” era, segundo as mesmas fontes, um “prolongamento” daquele tratado e estava destina-



Assessores militares norte-americanos: uma presença estrangeira cada dia mais numerosa

Philippe/Sygnia

do à instalação de uma base de treinamento.

Nessa ocasião, o general Alvarez Martínez — 45 anos, graduado no Colégio Militar da Argentina e fervoroso anticomunista — declarou à imprensa norte-americana: “A pátria está em perigo. Precisamos de ajuda. Por isso estamos aqui”. Antes de regressar a Tegucigalpa, o chefe do exército hondurenho foi condecorado com a Legião de Honra, uma das distinções mais altas conferidas pelas forças armadas dos Estados Unidos.

Chegam os “boinas-verdes”

Em Honduras, nessa época, havia 176 assessores militares norte-americanos, dos quais 60 eram da força aérea. A 14 de junho chegaram a Puerto Castilla, na costa atlântica hondurenha, 120 “boinas-verdes” do Primeiro Batalhão do Sétimo Grupo das Forças Especiais, procedentes do porto de Wilmington, Carolina do Norte. Todos, da mesma forma que o chefe do contingente, coronel John Mirus, eram veteranos do Vietnã.

Segundo os regulamentos do Pentágono estabelecidos para o período de 1984-88, as Forças Especiais (cujos integrantes são mais conhecidos como “boinas-verdes”) podem realizar operações militares “ali onde a utilização de forças convencionais seria prematura, impossível ou injustificada”.

Nesse caso, a missão dos “boinas-verdes” era treinar imediatamente 2.400 soldados salvadorenhos e criar condições para adestrar entre oito e dez mil em 1984. Já foi iniciada a instrução de 170 hondurenhos que se ocupariam da segurança do Centro Regional de Treinamento Militar. Enquanto isso, cem civis iniciavam os trabalhos de limpeza da área e instalação de serviços elétricos e água.

Por estranha coincidência, quase 14 anos antes, os exércitos de Honduras e El Salvador tinham se defrontado na “Guerra do futebol” ou das “Cem

horas”. Os dois países chegaram ao rompimento total de relações até que em 1980, a instâncias do governo dos Estados Unidos, assinaram um tratado de paz.

Uma sessão apressada

Com uma rapidez extraordinária — à qual vários meios de comunicação locais deram destaque — os deputados da maioria liberal da Assembléia Nacional Constituinte (Congresso), aprovaram em 21 de junho a criação do Crem. Os “boinas-verdes” haviam chegado uma semana antes e já tinham adiantado os trabalhos de instalação.

Pouco antes do Congresso iniciar sua apressada sessão, o presidente Roberto Suazo Córdova havia dirigido uma mensagem justificando a “necessidade” do Crem porque “Honduras é vítima de quem quer assaltar os poderes públicos, utilizando os procedimentos tenebrosos da subversão, do terrorismo e da violência”. O presidente afirmou que a base militar “não é um enclave colonial, nem se trata de um instrumento a serviço de interesses estrangeiros”.

Entretanto, no aeroporto da cidade de Trujillo — até então esquecido — começavam obras de ampliação para aterrissagem de aviões norte-americanos C-130. Ao mesmo tempo, na região atlântica se produzia outro fenômeno: um prato de comida que um mês atrás custava três dólares, agora se pagava sete dólares e meio, e os refrigerantes aumentaram de 50 para 75 centavos de dólar.

As pessoas do lugar — de poucos recursos econômicos — não falavam de outra coisa que não fosse a abertura de novos restaurantes, lugares de diversões e prostíbulos. “Os militares são bons clientes: precisam se divertir quando estão fora do serviço”, declarou à imprensa local um comerciante da área.

ALLAN FRANCOVICH: "A AMÉRICA CENTRAL LEMBRA O SUDESTE ASIÁTICO"

□ São chamados de *Seals* (contração de *Sea, air, land*, ou seja mar, ar e terra), possuem um treinamento superior ao dos "boinas-verdes", estão vinculados à Agência Central de Inteligência (CIA) e começaram a atuar secretamente em 1961 nas chamadas "operações negras" no Vietnã, especialmente na região do delta do rio Mekong. Posteriormente estenderam seu raio de ação ao Laos e Camboja (atual Campuchea). Atualmente um importante grupo deles se encontra na América Central.

"Existem indícios de que atualmente opera na América Central um corpo de elite do exército dos Estados Unidos, que tem conexão com a CIA, cujos objetivos são, por um lado, assessorar as Forças Armadas de El Salvador e, por outro lado, colaborar com os bandos de ex-guardas nacionais somozistas que a partir do território de Honduras tentam derrubar o governo sandinista da Nicarágua", disse a cadernos do terceiro mundo o cineasta norte-americano Allan Francovich.

O cineasta é autor de "Os negócios da CIA", um filme documentário que em três horas de duração resume 35 anos de atividades secretas da Agência Central de Inteligência em todo o mundo, iniciadas no fim da 2ª guerra mundial. (Ver cadernos do terceiro mundo, nºs 49 e 51).



Segundo o cineasta, os *Seals* constituem um corpo integrado voluntariamente por *marines* treinados em pára-quedismo, combate submarino, patrulhamento em selvas e rios para recolher informação do inimigo e efetuar ações rápidas do estilo "golpe comando" a partir do mar, ar e terra. "Eles podem matar com qualquer tipo de arma, inclusive suas próprias mãos: são assassinos profissionais altamente especializados", afirmou Francovich.

"Em mais de uma ocasião — citou como exemplo — os *Seals* se vestiram com roupas semelhantes às do *Vietcong* e realizaram massacres em aldeias vietnamitas para justificar a posterior invasão do exército norte-americano". Na América Central, essa força de combate "é especializada, em primeiro lugar, em patrulhas de reconhecimento para recolher dados de inteligência e depois, com base nessa informação, coordenar as ações do exército salvadoreño ou dos contra-revolucionários somozistas".

"Em segundo lugar — explicou o cineasta — os *Seals* realizam operações de propaganda e de guerra psicológica dirigida à população civil: a emissora '15 de Setembro', manipulada pelos ex-guardas nacionais a partir do território hondurenho, conta com seu assessoramento". Em terceiro lugar, "essa força é treinada em diversas técnicas de interrogatório de prisioneiros", acrescentou.

Para Francovich, "a atual situação da América Central lembra muito a do sudeste asiático: a selva é muito parecida e o tipo de guerra é praticamente o mesmo".

Além disso, "da mesma forma que na época do Vietnã, a maioria do povo norte-americano se opõe a um conflito armado, não deseja o envio de assessores militares ou de tropas e, muito menos financiar indiretamente uma guerra através do pagamento de impostos".

Palavras de paz, preparativos de guerra

Desde o começo deste ano, circulavam rumores sobre a possível instalação de um centro de treinamento militar. Desde então, manifestaram-se vozes de oposição ao projeto. Já no final de abril, Efraín Díaz Arrivillaga, o único deputado da democracia cristã na Assembléia Nacional Constituinte, havia apresentado uma proposta pela terceira vez, para investigar "o possível treinamento de tropas salvadoreñas" em território hondurenho.

A proposta foi rejeitada pelo presidente do Congresso, Efraín Bu Girón, que além disso se queixou porque Díaz Arrivillaga "não havia perguntado nada sobre o tráfico de armas que a Nicarágua faz na região para ensanguentar a América Central".

Em junho — pouco antes de se tornar pública a assinatura em Washington do "mandato" por parte do general Gustavo Alvarez Martínez — o líder do Partido Nacional (conservador), Ricardo Zúñiga Agustinus, recusou o treinamento de forças militares de El Salvador porque "nós, hondureños, (ainda) nos lembramos da triste experiência da agressão salvadoreña", assinalou, referindo-se à guerra de 1969.

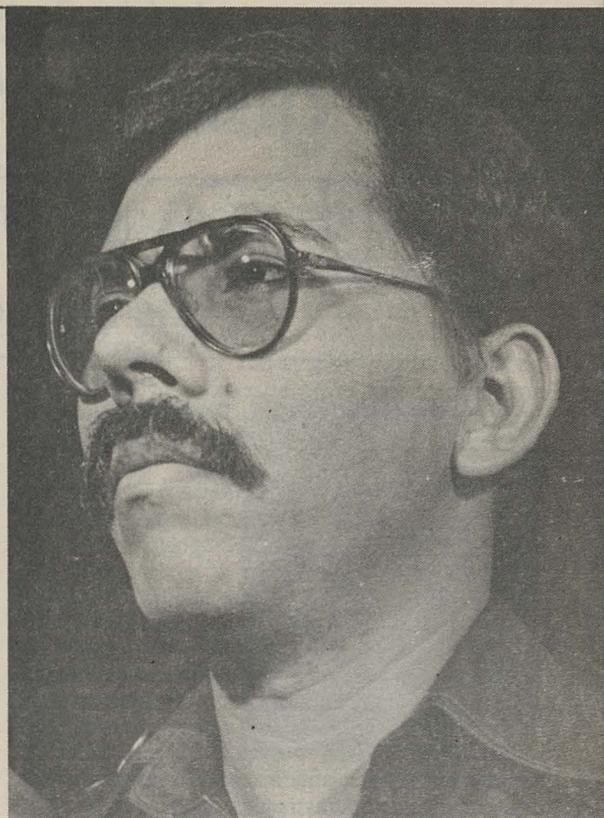
Por outro lado, o deputado Mario Rivera — também do Partido Nacional — apontou: "O projeto de lei (de instalação do Crem) apresentado pelo ministério da Defesa é uma aberração jurídica que dá a Honduras o papel de país subordinado aos Estados Unidos".

Por sua vez, o deputado Roberto Micheletti que, apesar de pertencer ao Partido Liberal (situcionista), mantém uma atitude crítica sobre o presidente Suazo Córdova, foi mais categórico em seus comentários: "Se os norte-americanos quiserem nos ajudar, que nos mandem tratores e equipamentos, não armas. E se quiserem treinar soldados salvadoreños que façam o centro de treinamento em seu país".

O deputado Orlando Gómez Cisneros — também liberal — perguntou por sua vez: "Como vão explicar ao povo (hondurenho) que nosso governo é neutro no conflito de El Salvador, quando se treinam soldados (desse país) que depois voltarão a participar na guerra civil? Como podemos falar de paz se aqui a gente se prepara para a guerra?".

O dr. Frankenstein e um novo Vietnã

Num artigo intitulado "Próxima parada: América Central?", a revista norte-americana *US News and World Report* enfatizava que "a negativa do presidente Ronald Reagan em descartar a possibilidade



Comandante Ortega: "Reagan é uma espécie de dr. Frankenstein"

de uma intervenção militar direta na região centro-americana, a situação de guerra existente na fronteira nicaraguense-hondurenha e o fato de que Honduras tenha sido transformada numa base da contra-revolução somozista, faz com que seja possível que Washington envie tropas a El Salvador".

A publicação mencionava o general Edward C. Meyer (que acaba de se retirar do estado maior do exército dos Estados Unidos e afirma refletir a posição de vários altos oficiais): "Me preocupa manter soldados suspensos por um fio, sem o apoio do povo (norte)americano; a participação em outra guerra impopular seria desastrosa depois da experiência do Vietnã".

A partir de uma perspectiva totalmente oposta à do general Meyer houve quem, no entanto, concordasse com sua apreciação. Numa reportagem publicada na revista *Playboy* de julho passado, o comandante Daniel Ortega Saavedra, membro da Direção Nacional da Frente Sandinista e coordenador da Junta do Governo de Reconstrução da Nicarágua, declarou: "Ronald Reagan é uma espécie de doutor Frankenstein que tenta converter a América Central num Vietnã dos anos 80". (Roberto Bardini)

A gula do "Tio Sam"

As intervenções norte-americanas são ilustrativas do "modus operandi" dos Estados Unidos



Desde 1803, ano em que o então presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, compra de Napoleão Bonaparte o território da Luisiana — acrescentando mais de quatro milhões e meio de quilômetros quadrados aos dois milhões que já contava — até 1983, quando se fala

de ingerência norte-americana na América Central, as sucessivas administrações instaladas na Casa Branca já realizaram mais de mil intervenções na América Latina.

No transcurso desses 180 anos, a ingerência política, econômica, diplomática e militar foi aberta ou disfarçada, segundo os casos. Para alcançar seus objetivos, o país do norte recorreu à invasão, à guerra, à desestabilização interna, às sanções econômicas e à pressão nos organismos internacionais. Em seu arsenal de meios, também tem-se que registrar o controle da imprensa, as campanhas de boatos, a espionagem, o suborno e o assassinato. Também, em diferentes épocas contou com diversos aliados: presidentes, ministros, chanceleres, generais, banqueiros, comerciantes, mercenários e jornalistas. Combinou — para usar as palavras do jornalista e historiador Gregorio Selser —, a "diplomacia, o garrote e os dólares".

Em 1826 — três anos depois de a *Doutrina Monroe* ter afirmado que "a América (Latina) era para os (norte)americanos" —, o libertador Simón Bolívar expressou: "Os Estados Unidos parecem destinados pela Providência a infestar a América de misérias em nome da liberdade". Em muitos aspectos, Bolívar foi um profeta: uma análise da história da Nicarágua confirma plenamente suas palavras.

Em novembro de 1805, o presidente Jefferson

informou o embaixador inglês nos Estados Unidos sobre a possibilidade de uma guerra com a Espanha e advertiu sobre a necessidade de se apoderar de Cuba "para defender a Luisiana". Possivelmente seja este o primeiro antecedente de um *modus operandi* que — aumentado e aperfeiçoado — persiste até hoje. Desde então, conceitos tais como "segurança nacional", "interesses vitais" e "controle estratégico" ganharam força.

Em 1836, o senador Preston incitou o governo norte-americano a conquistar pela força todo o continente. Nessa altura, os Estados Unidos já haviam desalojado a Espanha da Flórida (1810) e partiram ao extremo sul da América para desman-



telar as defesas das ilhas Malvinas (1831), cuja soberania estava em mãos argentinas (e dois anos mais tarde, 1833, protegem a invasão britânica às ilhas, que dura até hoje.) Ao que parece o governo norte-americano levou em conta a sugestão de Preston e começou a dominação do continente pelo vizinho México, ao qual usurpou o Texas (1840), Califórnia (1845), Colorado, Arizona e Novo México (1847).

Em 1845, coincidindo com as usurpações, se configura o "Destino Manifesto" ianque que — em síntese — proclamava o "dever" do homem *wasp*

(white, anglo-saxon and protestant) de invadir territórios pertencentes a povos "atrasados", interferir em suas leis, apoderar-se de suas riquezas e explorar seus habitantes.

Pouco depois, um jornalista de Nova Iorque editorializava: "Nós nos safamos muito bem com a Luisiana, a Flórida, Texas, Novo México e Califórnia, e (...) o 'Tio Sam' pode engolir o México e a América Central, com Cuba e as ilhas da Índia Ocidental, como se fossem sobremesas e sem ter indigestão".

Por essa data, um pirata chamado William Walker — derrotado em seu plano de apoderar-se de novos territórios mexicanos — recruta mercenários nos cais de São Francisco, prepara equipamento e aceita armas: planeja outra aventura, dessa vez na América Central.

Em 1849, os Estados Unidos e Grã-Bretanha competiam ferozmente pelo domínio dessa região. Desde a época da "febre do ouro" na Califórnia, o país do norte havia posto seus olhos na Nicarágua, através de cujo lago de Manágua pensava construir um canal que unisse os oceanos Atlântico e Pacífico. Entretanto, ambas potências assinaram o acordo *Clayton-Bulwer*, através do qual asseguravam para si — com recíproca desconfiança — a extensão de uma via interoceânica através do istmo centro-americano.

A Nicarágua, entretanto, se debatia numa prolongada guerra civil. Em 1855, a pedido de uma das facções rivais, com a complacência do governo norte-americano e com o apoio econômico de companhias privadas, William Walker embarca para o país centro-americano à frente de um grupo de ex-presidiários e soldados aventureiros autodenominados "A falange dos imortais". Um ano depois, se proclamou presidente da Nicarágua. Entusiasmase com a idéia e posteriormente se autodesigna representante de Honduras e El Salvador. Pousa seu olhar de águia na Guatemala, ao norte, e Costa Rica, ao sul. Considera que pode criar um império na região e, de passagem, reimplanta a escravidão.

A primeira parte de sua aventura terminou em maio de 1857, quando foi derrotado por forças conjugadas dos cinco países centro-americanos por ele dominados e regressou aos Estados Unidos, transformado quase em herói nacional. Em 1860, retorna à América Central, porém, é capturado pelos ingleses — com os quais tinha várias contas pendentes — e entregue aos hondurenhos, que o fuzilaram em Trujillo.

No entanto, a "gestão" oficiosa do assaltante ianque foi frutífera para os Estados Unidos: dois anos antes de sua morte, os norte-americanos impuseram às fracas autoridades nicaraguenses um tratado que lhes garantia o livre trânsito pelo país sem nenhuma despesa, ao mesmo tempo que se reservavam o direito de exercer qualquer tipo de in-

terferência econômica e militar em toda a extensão territorial. As consequências desse convênio se prolongam até a atualidade.

O canal interoceânico

Em 1867, mediante o tratado *Dickinson-Ayón* é ratificada a idéia de que a Nicarágua deva conceder uma faixa de terra que passe pelo lago de Manágua, unindo os dois oceanos. Em 1881, referindo-se à possível construção de uma comunicação terrestre interoceânica que atravessaria o Panamá — nessa época província da Colômbia —, o presidente Rutheford B. Hayes afirma que sua construção deve ser fiscalizada pelos Estados Unidos. Quatro anos depois, o governo ianque anuncia a assinatura de um convênio com a Nicarágua sobre o canal.

Nos Estados Unidos, os mandatários se sucedem; porém se mantém a Doutrina Monroe. Em 1898, o presidente McKinley, referindo-se à construção de uma via interoceânica na América Central expressa: "A segurança nacional exige que essa obra seja dominada por nós". Três anos mais tarde, o conseguiram: em 1901 é assinado um acordo com a Grã-Bretanha anulando qualquer possibilidade de condomínio interoceânico sobre a Nicarágua, e aí os ingleses se retiram do jogo.

Em 1902, o governo norte-americano promulga a "Lei Scooner" autorizando a construção de um canal pela Nicarágua ou pelo Panamá. Um ano depois — como passe de mágica — o Panamá se desmembrava da Colômbia e nascia como república.

Política e negócio

Na conflituada relação histórica entre Estados Unidos e Nicarágua, a maioria das vezes os homens de negócios tiveram mais poder de decisão do que os generais e os chanceleres: a *Wall Street* se impôs aos Estados Maiores. Em outras ocasiões, atuaram em estreita combinação. E sempre contaram com aliados nativos, vendidos à melhor oferta.

Existe um exemplo muito ilustrativo: de 1902 a 1912, por iniciativa do Departamento de Estado e de poderosas companhias norte-americanas — em cujas diretorias figuravam funcionários governamentais —, e com apoio da frota de guerra norte-americana, os acontecimentos tomam um ritmo quase vertiginoso: rompem relações diplomáticas, desembarcam *marines* nas localidades de Bluefield e Corinto, a cidade de Masaya é bombardeada e renunciam três presidentes (José Santos Zelaya, José Madriz e Juan José Estrada). Tudo no decorrer de três anos.

Finalmente, o governo de Adolfo Díaz "assume". Casualmente o senhor Díaz era um alto empregado da empresa mineira norte-americana *Los*

Angeles Mining Co. E possivelmente também por coincidência, era amigo de Philander C. Knox, que era advogado da companhia e um de seus principais acionistas... Além disso, ocupava o cargo de secretário de Estado do governo norte-americano.

O rato pega o gato

Em 27 de dezembro de 1926, com a ajuda das prostitutas de Puerto Cabezas e iludindo a vigilância dos *marines* estabelecidos na Nicarágua, um desconhecido personagem originário de Niquinohomo, departamento de Masaya, se apoderou de 29 fuzis que estavam a bordo do navio *Concon* e que datavam da guerra cubana-norte-americana. As armas tinham quase trinta anos de uso e — em virtude da “paz e neutralidade” impostas com os canhões e encouraçados norte-americanos — deviam ser lançadas ao mar. O desconhecido se refugiou na selva no comando de um pequeno grupo de homens.

Cinco meses depois, os Estados Unidos trataram de impor na Nicarágua a “Paz de Tipitapa”. Das montanhas se levantou uma voz repudiando a ingerência norte-americana: “Não me renderei e aqui os espero. Eu quero pátria livre ou morrer”. Corria o mês de julho de 1927.

“O mosquito contra o elefante”, com certeza pensaram alguns secretários de estado, banqueiros a serviço da *Wall Street* e generais do estado maior. Pouco tempo mais tarde mudaram de idéia e alguém reconheceu: “Na Nicarágua, senhores, o rato pega o gato”. O “rato” se chamava Augusto C. Sandino e aos seis anos de lançado o desafio havia expulso até o último *marine*.

Mestres e discípulos em ação

A Nicarágua registra um triste privilégio histórico: a 16 de julho de 1927, na localidade de El Ocotal, morreram 300 homens armados de fuzis e facões sob as bombas e metralhadoras da aviação norte-americana: essa data marca o primeiro bombardeio aéreo na história da América.

O motivo da ação punitiva era aniquilar as forças do “bandoleiro” Augusto C. Sandino, que no ano anterior havia se levantado com armas em apoio do presidente constitucional Juan B. Sacasa. Dois anos depois, os aviadores da *US Air Force* já tinham destruído 70 povoados e aldeias, inclusive a população hondurenha de La Lima, bombardeada “por engano”.

Em 1933, a luta de Sandino triunfa e as tropas de ocupação norte-americanas se retiram da Nicarágua. O recuo, no entanto, será momentâneo. Os Estados Unidos deixam plantado um germe, formado à sua imagem e semelhança: o chefe-diretor da Guarda Nacional, Anastasio Somoza García. No ano seguinte, o discípulo manda assassinar Sandino



Sandino fez as tropas dos Estados Unidos se retirarem da Nicarágua

e instaura uma ditadura que dura exatamente até 17 de julho de 1979, quase meio século.

Referindo-se ao papel dos Estados Unidos na América Latina, um funcionário norte-americano que trabalhou na República Dominicana e Nicarágua, H. H. Knowles, disse: “Usamos a Doutrina Monroe para impedir que as nações européias que simpatizavam com essas repúblicas americanas viessem em seu auxílio. Em vez de enviar-lhes professores, instrutores e elementos de civilização, enviamos caçadores de concessões bancárias usurárias, capitalistas avarentos, subornadores, soldados para matá-los a tiros e degenerados para transmitir-lhes todas as doenças”.

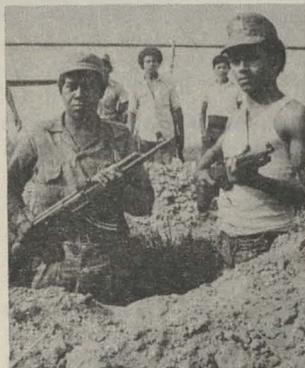
Se essas palavras soam fortes, o testemunho do general Smedley Butler, ex-comandante de *marines*, feito em 1935 ao Congresso norte-americano, não fica atrás: “Tenho servido durante 30 anos e quatro meses em uma das unidades mais combativas das forças armadas norte-americanas: a infantaria da marinha... Durante todo esse tempo, tenho o sentimento de haver atuado na qualidade de bandido altamente qualificado a serviço dos grandes negócios da *Wall Street* e seus banqueiros”.

Depois de narrar suas andanças pelo México, Cuba, Nicarágua, República Dominicana, Honduras e China, e reconhecer que havia defendido os interesses da *Standard Oil*, do *National City Bank* e de companhias de frutas e açúcar, o ex-comandante Butler concluiu: “Quando olho para trás, me dou conta de que poderia inclusive representar Al Capone, pois ele só pôde exercer suas atividades de *gangster* em três bairros de uma cidade, enquanto eu, como *marine*, exerci-as em três continentes”. (Roberto Bardini)

Um novo general para um velho papel

A substituição de Ríos Montt por Mejía Victores reforça a inserção do país na estratégia belicista norte-americana

Roberto Bardini



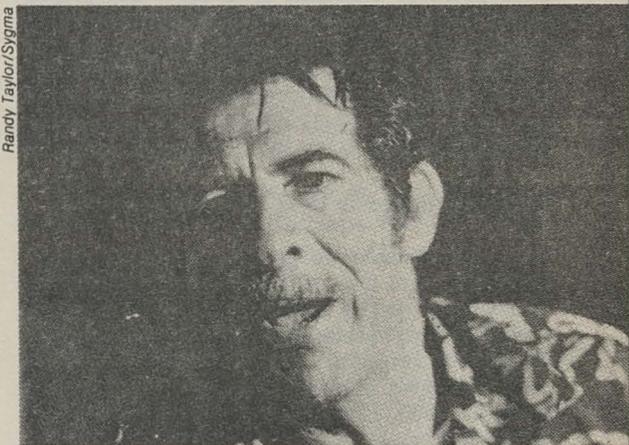
Em junho de 1982, três meses depois de assumir o poder, o general Ríos Montt disse: "Eu estou aqui porque assim Deus quis, e sempre me reúno com os comandantes do exército para conversar sobre meus planos de trabalho. Os comandantes poderão opinar se devo permanecer ou não. Quando já não me quiserem, então poderei ir para casa".

Apesar disso, em 8 de agosto passado, os comandantes tiveram que abrir fogo sobre a Guarda Presidencial e ordenar vôos rasantes de aviões e helicópteros militares sobre o Palácio Nacional, para persuadir o "piedoso" general de que deveria ir para casa. Com isso, chegava ao fim o segundo capítulo de uma crise detonada dois meses antes, que acarretou uma progressiva diminuição do poder pessoal de Ríos Montt em favor do alto comando do exército.

Antecedentes

A crise política atual não pode ser entendida se não a situarmos no processo político que se inicia em 1954, com a derrubada do governo democrático de Jacobo Arbenz, quando são reinstalados no poder os setores mais reacionários do país, graças à ação do Departamento de Estado, da oligarquia local e da alta oficialidade do exército.

1983 - setembro - no. 58



Ríos Montt: religiosidade e despotismo

Apesar das medidas tomadas pela "contra-revolução", a rebeldia popular encontrou diferentes formas de expressar seu descontentamento, destacando-se a fracassada conspiração militar de novembro de 1960 e as jornadas de luta de março e abril de 1962, que atingiram um nível quase insurrecional. Ficou evidente nesses anos, a incapacidade dos grupos políticos existentes de oferecer uma situação de estabilidade que garantisse os interesses da iniciativa privada e os investimentos norte-americanos. Isso faz com que em 1963 o exército assumisse o poder mediante um golpe de estado.

Começa então uma progressiva militarização do Estado, que se prolonga até o presente. O alto comando militar se torna o depositário do poder político; seus integrantes ocupam sucessivamente a presidência da república e cargos estratégicos da



Dennis Gray/Picture Group



Antes de Ríos Montt foi Lucas García (à dir.): e, depois, Mejía Víctores (à esq.) o que não muda é a linha política

administração, mantendo ao mesmo tempo os partidos políticos e demais instituições que formalmente caracterizam o sistema como uma “democracia representativa”. Esse hábil esquema, cuja finalidade fundamental era continuar a luta contra-insurrecional, garantiu a “estabilidade” durante alguns anos, até que uma progressiva crise começou a afetá-lo no final da década de 70.

O golpe de março de 1982

A incapacidade do governo de Lucas García (1978-82) para frear a insurreição provoca sérias contradições entre a iniciativa privada e o exército, que se acusam mutuamente pela situação do país. A extrema corrupção do regime limita a participação do empresariado nos benefícios da administração do Estado. Em consequência, o setor privado inicia uma maciça fuga de capitais e retira seu apoio ao regime. Por outro lado, as relações com a administração norte-americana atingem seu ponto máximo de tensão em 1980, quando Lucas chegou a acusar de “comunistas” o presidente Carter e os funcionários do Departamento de Estado.

O golpe se concretiza em 23 de março de 1982. Na verdade, não existia nenhuma contradição séria entre os governantes depostos e os golpistas, que procuravam precisamente restabelecer a harmonia perdida entre os diferentes fatores de poder, para continuar a estratégia contra-revolucionária com mais força.

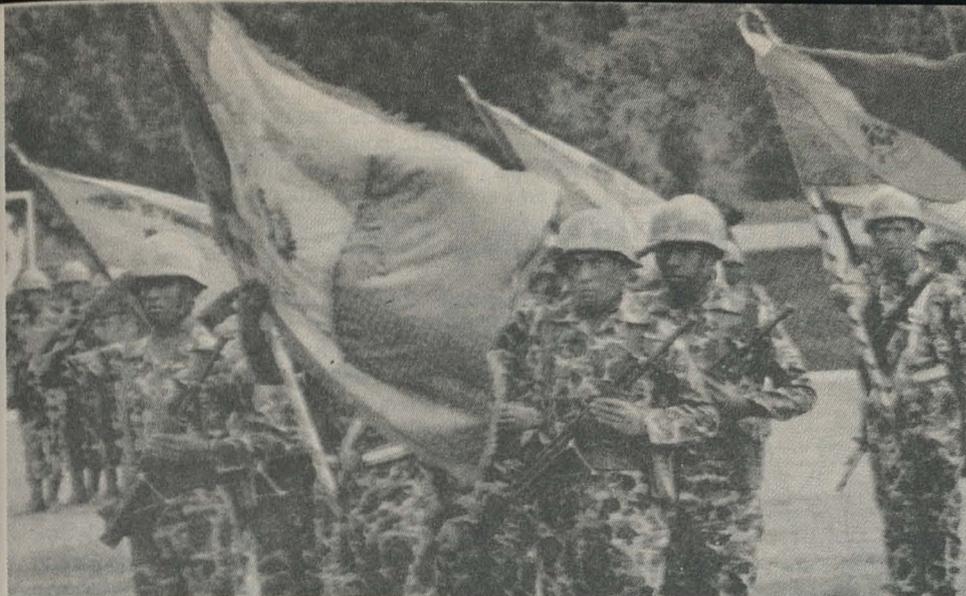
A designação de Ríos Montt constituiu uma medida inteligente. Pela sua situação de general reformado, não estava aparentemente comprometido com os excessos cometidos pelo exército nos últimos anos. O respaldo da administração norte-americana constituía uma valiosa garantia para os que o apoiavam.

Ríos Montt não tardou em se mostrar um hábil manipulador. Suas primeiras ações são encaminhadas no sentido de consolidar uma nova “camarilha”, nomeando um conselho de assessores militares com os oficiais que protagonizaram o golpe, aos quais deu alguma quota de poder para assegurar o seu apoio. Mas cai num erro parecido ao de Lucas García, ao marginalizar, em grande medida, das decisões governamentais, a alta oficialidade do exército. Essa situação permitiu a consolidação pessoal de Ríos Montt no poder, embora a médio prazo tenha provocado mal-estar na hierarquia militar.

Esse fato ficou expresso nas declarações que o general Guillermo Echeverría Vielman e o coronel Francisco Luis Gordillo fizeram no mês de julho, criticando a administração de Ríos Montt e censurando-o por ter comprometido a instituição armada em um governo incapaz.

Os setores privados se sentiram inicialmente estimulados ao ver que o novo regime empreendia as mais amplas operações contra-insurgentes. A campanha de desinformação promovida pelo governo (que proclamava a derrota do movimento revolucionário) produziu efeito nesses setores, que no final de 1982 não escondiam sua satisfação.

Apesar disso, a iniciativa privada não se apressou em trazer de volta seus capitais ao país nem em reiniciar seus investimentos, como exigia o regime. Tampouco respondeu ao pedido de colaborar economicamente para sustentar as operações de contra-insurreição.



Para prevenir fissuras dentro do exército, o alto comando decidiu atuar de forma colegiada

Sygnia

Em suas relações com a administração Reagan, o regime guatemalteco seguiu a mesma linha, manipulando em seu favor as informações. As promessas de “democratizar” o país, os supostos avanços no campo dos direitos humanos e no combate à insurreição e o oferecimento de apoio para qualquer manobra intervencionista na área geraram um certo apoio norte-americano para o regime de Ríos Montt.

Os partidos políticos, desprezados pela fraude de 7 de março de 1982, receberam com alegria o novo regime: alguns deles participaram inclusive da sua implantação. Diante deles, se abria a perspectiva de próximas eleições. Entretanto, ao se tornarem públicas em março de 1983 as leis que regulariam o processo de retorno à institucionalidade, os políticos confirmaram sua intuição de que a vontade de Ríos Montt era mesmo de se perpetuar no poder. As sugestões e as críticas veladas deram lugar ao confronto aberto, aproveitando a suspensão do estado de sítio e da censura à imprensa.

A crise de junho

Em junho de 1983, o governo de Ríos Montt ainda não havia resolvido nem um só dos problemas herdados de Lucas García. Pelo contrário, novos elementos contribuía para a sua deterioração e falta de credibilidade. O fortalecimento político-militar do movimento rebelde, o agravamento da crise econômica, a tensão nas suas relações com a iniciativa privada e os setores políticos, a crescente perda de coesão no exército, o evidente desejo da nova “camarilha” de se perpetuar no poder, o persistente isolamento internacional e uma relação oscilante e contraditória com a admi-

nistração norte-americana configuravam um sombrio balanço da gestão Ríos Montt.

A isto teríamos que acrescentar a oposição da hierarquia católica, indignada pelo sectarismo religioso exercido pelo governo em favor das seitas fundamentalistas evangélicas, às quais pertencem Ríos Montt e vários de seus mais próximos colaboradores.

A crise não demorou a explodir. Ríos Montt fez apelos no sentido da reconciliação nacional e anunciou que iria dialogar com todos os setores a respeito do processo político.

Mas o fracasso do diálogo deixa o general em uma posição mais débil. As possíveis fissuras dentro do exército levam o alto comando a atuar de forma colegiada: decide-se manter temporariamente Ríos Montt na chefia do governo, mas vários homens de sua confiança são substituídos (o conselho de assessores militares e vários oficiais mais). Ríos Montt tem que se submeter às decisões coletivas da cúpula militar. Suas manobras para se perpetuar no poder por tempo indefinido são neutralizadas.

O golpe de estado de 8 de agosto

Ao longo do mês de julho, pôde-se observar uma ostensiva moderação do personalismo que durante 15 meses caracterizou Ríos Montt. Várias vezes foi obrigado a se reunir com o alto comando militar para discutir as decisões governamentais.

Apesar disso, as atividades conspiradoras seguiram em frente, incluindo agora os “ríos-monttistas” substituídos. Por outro lado, as autoridades norte-americanas, impacientes pela falta de colaboração do regime em sua estratégia regional, intensificam suas pressões para que o iluminado ge-



neral fosse substituído por alguém mais dócil às sugestões de Washington.

Dois dias antes do golpe de estado, o general Mejía Víctores se entrevistou em Honduras com o chefe do Comando Sul do exército norte-americano, com sede no Panamá, com o presidente hondurenho e comandantes das forças armadas de El Salvador e Honduras. Na manhã do dia 8, enquanto se consumava o golpe, William Mercado, adido militar servindo na embaixada dos Estados Unidos na Guatemala, foi visto no Palácio Nacional com um *walkie-talkie*, fato que, para os porta-vozes do Departamento de Estado, "não tinha nada de anormal".

O general Mejía Víctores (53 anos de idade e 30 de serviço ativo no exército), tem uma carreira militar medíocre e estreitamente vinculada às atividades contra-insurrecionais. Considerado por seus companheiros de arma como um militar de linha dura e em círculos diplomáticos como "um falcão entre os falcões", entre suas condecorações figuram de "Kaibil¹ Honorário" e "Asas de Páraquedista", as duas corporações do exército mais especializadas na luta contra-insurgente. Também é membro honorário das forças pára-quedistas dos Estados Unidos.

¹"Kaibiles": forças antiguerrilheiras guatemaltecas

No entanto, seu pior antecedente é ter sido ministro da Defesa no regime deposto, o que o coloca inequivocamente como um dos responsáveis máximos pela política de genocídio e pelos fracassos na área econômica e na luta contra-insurrecional.

Conclusões e previsões

A Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) afirmou em um recente comunicado: "O golpe de estado de 8 de agosto, dirigido e consumado pelo alto comando do exército guatemalteco, é uma prova da crise política, econômica e militar insolúvel por que atravessa o regime genocida guatemalteco e do fracasso da política contra-insurgente que há duas décadas é imposta ao nosso povo".

A nível interno, a causa última da crise de junho e da derrubada de Ríos Montt foi seu fracasso na luta contra o movimento revolucionário. Motivo idêntico provocou o golpe de estado contra o general Lucas García em março de 1982. Desse ponto de vista, a subida ao poder de Mejía Víctores constitui a repetição de uma situação que faz prever um incremento das ofensivas antiguerrilheiras e da repressão à população civil. Já há os que falam de uma "bolivianização" do país, dado o fracionamento nas forças armadas.

No plano externo, o chefe de governo não podia ter sido mais claro ao manifestar seu absoluto enquadramento à estratégia norte-americana, assim como o seu desprezo pelos esforços pacificadores do Grupo de Contadora e sua clara hostilidade pelo governo nicaraguense.

No documento citado anteriormente, a URNG afirma: "O golpe de estado de 8 de agosto passado torna mais agudos os problemas internos da Guatemala e tensiona ainda mais os conflitos na área centro-americana, pelo fato do general Mejía Víctores e o alto comando do exército guatemalteco representarem a linha mais intransigente e contra-insurgente, que favorece o fortalecimento das alianças militares com os exércitos antipopulares e repressivos da área e, portanto, os planos intervencionistas da administração Reagan".

Esse alinhamento incondicional aos planos de Washington será generosamente pago em dólares e armas por parte da administração Reagan, como anunciou o próprio embaixador norte-americano no país, Frederick Chapin, no dia seguinte ao golpe, depois de ter se entrevistado durante várias horas com o general Mejía. É sintomático que, no mesmo dia 8 de agosto, os governos de Honduras, El Salvador e Costa Rica tenham dado o seu reconhecimento explícito ao regime golpista. Tudo isso é o prelúdio de uma participação mais ativa do governo guatemalteco e do seu exército na complexa situação da região centro-americana. ●

O povo perdeu o medo

Crescem os protestos sociais,
enquanto o governo apenas administra a crise

Fernando Reyes Matta

Há muitas pessoas no Chile que não entendem nem sabem dizer exatamente o que está acontecendo. Reúne-se todo o corpo de generais, mas ninguém sabe com certeza até onde chegou o debate da nova realidade que o país vive. E ninguém acredita na declaração do general Pinochet sobre o encontro da cúpula militar: "Aqui não se fala de política", afirmou ele.

O jornal *El Mercurio*, conservador e pró-governamental, reclama em um editorial de fins de julho da falta de liderança, das brigas entre os ministros e das divergências que conseguem transcender a cúpula do poder. "O momento parece exigir — disse o influente jornal — que a liderança unificadora seja mais explícita nas áreas onde tendem a se manifestar mais as divergências nocivas e divisionistas".

Crise administrada

Por trás dessas frases se escondem muitas "caixas negras". Muitos poucos conseguem saber qual é o nível de consciência que Pinochet e o resto do governo têm da situação existente no país. O protesto social — particularmente o impulsionado pelos trabalhadores organizados do cobre e seu carismático líder Rodolfo Seguel — conseguiu penetrar profundamente na sociedade chilena. Iniciado em 11 de maio, esse protesto está ganhando for-

ça crescente, o que leva os analistas políticos a afirmarem que o governo só está "administrando a crise". Também significativo foi o protesto de 11 de agosto — a um mês do décimo aniversário do golpe contra Allende — uma data cheia de simbologias dentro da realidade chilena. Foi também em 11 de agosto (de 1967) que os estudantes da Universidade Católica do Chile — até então bastião reprodutor de quadros para a oligarquia nacional — iniciaram um processo de reforma só sufocado pelo golpe militar de 1973. Em outro 11 de

agosto, há 15 anos, um grupo de cristão renovadores próximos ao socialismo ocupou a catedral de Santiago sob o lema "A Igreja junto ao Povo". Tudo isso é história passada, alheia aos jovens de hoje, mas que de alguma forma está presente e vitaliza as lutas surgidas frente à opressão atual. Por outra parte, essa geração conheceu também quão vigente continua sendo a afirmação dos estudantes daquela época: "Chileno, o *Mercurio* mente".

Quais são as articulações entre os partidos políticos oposicionistas e os dirigentes sindi-



Apesar da repressão, crescem os protestos contra o regime militar

CONSEQUÊNCIAS DA QUARTA JORNADA DE PROTESTO

□ “A força aérea e a marinha serão as primeiras a abandonar Pinochet”, sentencia a crônica enviada de Santiago por Jacques Després ao jornal *Le Monde*, na qual avalia as primeiras consequências da mobilização de 11 de agosto passado. De fato, depois da Quarta Jornada Nacional de Protesto, realizada nessa data, a cada dia são mais evidentes os sintomas de divergências no seio das forças armadas.

Nos setores civis, em compensação, a Quarta Jornada — que pagou um alto preço, com 27 pessoas mortas, dezenas de feridos e mais de mil detenções — parece ter favorecido o processo unitário. Há unanimidade em praticamente todos os setores políticos, no sentido que qualquer tipo de negociação com as forças armadas tem que acontecer a partir da substituição de Pinochet.

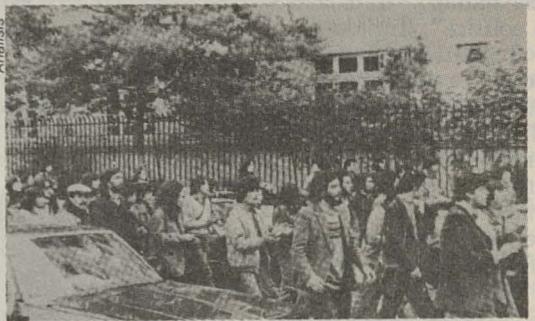
“O Chile deve voltar à normalidade democrática”, afirmou Rodolfo Seguel depois da mobilização de 11 de agosto, ao mesmo tempo que responsabilizava as autoridades pelo massacre, e por terem “ordenado a ocupação de Santiago”.

Por outro lado, há um dado novo na situação política chilena: o diálogo iniciado a meados de agosto, entre setores do governo militar e representantes dos partidos políticos. Primeiro houve um contato oficioso entre o ministro do Interior, Sergio Onofre Jarpa, e o ex-senador democrata-cristão, Jorge Lavandero (presidente do *Proden*, Projeto de Desenvolvimento Nacional, que agrupa ex-parlamentares e personalidades do país).

Depois o diálogo assumiu caráter oficial. O ministro Jarpa dessa vez se reuniu com os líderes da Aliança Democrática, na casa do arcebispo de Santiago, d. Juan Francisco Fresno.

Cinco dirigentes oposicionistas, entre eles Gabriel Valdés, apresentaram uma lista de medidas para a “imediata transição para a democracia”, que incluem a renúncia de Pinochet e sua substituição por um governo provisório.

Lançada a 6 de agosto passado pelo ex-chanceler e atual presidente do PDC chileno, Gabriel Valdés, a Aliança Democrática publicou um documento intitulado “Bases do diálogo para um grande acordo nacional”, no qual defende um prazo de 18 meses para se conseguir “uma safda democrática para o Chile”. A Aliança também propõe a convocação de uma assembléia constituinte com um número suficientemente representativo de membros, exercendo “faculdades constituintes e legislativas”.



“Análisis”

Os 18 mil soldados que Pinochet mobilizou para reprimir a Quarta Jornada de Protesto, não foram suficientes para deter a participação popular e tudo indica que a próxima, a se realizar no mês de setembro, será maior ainda. Com um caráter claramente político — a chamada Quarta Jornada tinha por objetivo a renúncia de Pinochet e a convocação de um plebiscito para estruturar uma nova Carta Constitucional —, a mobilização foi definida por Gabriel Valdés como “uma tarefa coletiva e espontânea de um povo cansado de sofrer e de esperar em vão”. As cartas estão dadas. O povo chileno tomou as ruas das principais cidades. O regime se viu forçado a ceder e sentou-se à mesa com os políticos para negociar a abertura. Parece que para Pinochet começou a contagem regressiva...

cais? Qual é a situação existente na Igreja depois que o cardeal Silva Henríquez foi substituído por um arcebispo moderado e de decisões titubeantes? Para onde vai o Poder Judiciário depois que um novo presidente assumiu a Corte Suprema, abrindo um espaço inesperado de independência em relação ao governo? Quais são os pontos em comum e as divergências no seio da esquerda? Que distância existe entre os estudantes de hoje e as propostas políticas dos antigos líderes?

As perguntas são uma constante. As respostas não são exatas nem mesmo para a "classe política", articulada em diversos organismos existentes no mundo acadêmico alternativo, em centros culturais, revistas e movimentos políticos. Essas respostas ainda são muito menos claras para a grande massa da população que só tem diante de si o testemunho de suas próprias penúrias e pobreza.

Enquanto isso, na superfície, tudo parece continuar do mesmo jeito. A televisão continua sua ronda de telenovelas, concursos, eleições de rainhas e festivais de músicas, enquanto os noticiários assumem o discurso oficial como a verdade que deve ser transmitida. Só duas rádios vinculadas à oposição constituem um oásis de espaço informativo, em um meio jornalístico sufocado pelas pressões constantes.

O levedo fermenta

Sob uma lua cheia e em meio ao toque de recolher imposto pelo governo militar, as painéis voltaram a se fazer ouvir no dia 12 de julho. O bater insistente era apenas o termômetro de um protesto social que acumula crescentes graus de descontentamento. Os militares, em meio a ruas desertas, eram testemunhas desconcertadas dessa rebeldia frente à qual as velhas estratégias parecem não funcionar. Dos muros,



As painéis vazios que foram o símbolo da direita contra Allende em 73, (acima) hoje representam a resistência ao regime de Pinochet (ao lado)

das sombras, das alturas e dos subterrâneos, das casas velhas e novas, pobres e não tão pobres, brotava o som da denúncia.

Mas no dia seguinte, tudo parecia entrar novamente no ritmo cotidiano. Os bancos no seu lugar, as pessoas se dirigindo ao trabalho ou procurando achar um, os ônibus e táxis em sua habitual corrida para ganhar passageiros. Tudo parecia normal, mas nos olhares, nos sorrisos e comentários na rua só se dizia uma coisa: "Este foi maior ainda". Palavras, sorrisos e gestos são, de alguma forma, uma linguagem que une os que já viveram as três jornadas de protestos e avançam em direção a uma mudança democrática.

O levedo está fermentando em silêncio, mas sem interrupção. Entre protestos e protestos vão ocorrendo confrontos e se acumula força para enfrentar o governo, cada dia mais inseguro, ao completar dez anos no poder.

Na véspera do último protesto, mais de 500 profissionais liberais de diversas tendências políticas se reuniram na Paróquia Universitária para intensificar sua



Juan P. Lira/Cámara Press

luta pela liberdade de expressão. Sufocada drasticamente pelo governo, ela foi reivindicada como pedra angular da luta por um retorno à democracia, à discussão das idéias e a um diálogo social efetivo e criador. Naquela reunião, um dos dirigentes da Convergência Socialista lembrou Bolívar em um poema de Neruda. Foi oportuno e significativo:

"Neruda, genial como sempre, disse um dia, que encontrou Bolívar na porta do 5º Regimento, e ao interrogá-lo por sua existência, Bolívar respondeu: 'desperto a cada cem anos, quando o povo desperta'... Estamos em um novo centenário do nascimento de Bolívar... O povo está despertando!"

Horas antes, os tribunais de justiça tinham sido cenário de

protestos, gritos e palavras-de-ordem de apoio a Gabriel Valdés, ex-chanceler e atual presidente da Democracia-Cristã chilena, e outros dirigentes e militantes perseguidos por imprimir panfletos convocando para um protesto pacífico. Eles ficaram presos e incomunicáveis. A apelação deu lugar a um confronto entre o governo e a oposição, que favoreceu esta última quando foi decretada a liberdade incondicional dos dirigentes. Sem dúvida, Valdés saiu da experiência fortalecido, como um líder para o novo momento político chileno. Se até sua prisão, era pouco conhecido a nível popular, esse fato o colocou na primeira página dos jornais e o projetou em todo o país. Sua detenção não pôde ser ignorada pelas rádios e pela televisão, sob forte controle. A nova imagem de Valdés está agora em suas mãos, com o desafio de manejá-la com habilidade e criatividade política.

Diferentes tendências opositoristas

Porém, a oposição não fica só em Gabriel Valdés. Sob o grande denominador comum dos setores que enfrentam o governo militar e o general Pinochet, esboçam-se tendências e estratégias diferentes. Na direita, apareceu uma corrente autodenominada "direita republicana", que se incorpora à Multipartidária (formada pela democracia cristã, socialistas, radicais e independentes) através de antigas figuras. Por sua vez, o Proden, Projeto de Desenvolvimento Nacional, encabeçado pelo democrata-cristão Jorge Lavandero, tem um papel político particular. Com uma grande dose de personalismo, Lavandero desafiou o governo usando os aparelhos legais: acusa ministros, apresenta documentos à junta de governo assumindo ser esta o poder Legislativo existente, critica atitudes de funcionários sem questionar a Constitui-

ção de 1980, mas exigindo a aplicação da mesma. Por outro lado, o Partido Comunista demonstra periodicamente a sua força em setores sindicais, como os da construção civil, juntamente com uma significativa influência entre os estudantes e jovens *pobladores*.¹

Em meio a esse quadro, surge por sua vez a Convergência Socialista, constituída por três partidos minoritários saídos da DC, que unidos a um setor do Partido Socialista mais identificado



Valdés: liderança fortalecida

com as correntes européias ocidentais e juntamente com intelectuais independentes de grande influência, pretende ser a voz de "um socialismo renovado, democrático e participativo". Para os profissionais da CS, "a atual conjuntura se caracteriza pela rápida erosão da capacidade política do governo militar. Ficou para trás o projeto de reorganizar a sociedade sob os princípios neoliberais. O otimismo messiânico animado pela bonança econômica

¹*Pobladores* - os que moram na periferia das cidades, nas *poblaciones* (favelas).

do final dos anos 70, abriu caminho para uma desorientação que se inicia com o fracasso do modelo econômico".

Todas essas tendências constituem uma Maioria Nacional, segundo as palavras de uma jovem dirigente socialista. Na revista opositorista *Análisis* (uma das poucas vendidas nas ruas com a proteção da igreja) essa dirigente escreveu que essa Maioria Nacional "abrange todo o espectro social: os trabalhadores da indústria e da terra, administração e serviços; os trabalhadores do magistério e pesquisas, da cultura e da comunicação; profissionais e intelectuais, os desempregados e *pobladores*; os artistas, mulheres e jovens; os estudantes secundaristas e universitários, os empresários médios e pequenos".

A maior dívida externa per cápita

O modelo econômico chileno parece muito com esses doentes "cl clinicamente mortos" mas cujo organismo continua funcionando por meio de constantes injeções. O FMI, apesar das críticas que Kissinger faz contra ele, persiste em apoiar financeiramente o Chile. O último crédito de 1,3 bilhão de dólares foi antecedido por diversas gestões que demonstraram o quanto está debilitada a confiança do país como entidade econômica viável. Foi necessário um "perdão" pelo descumprimento dos acordos para que o apoio financeiro fosse aprovado. O problema é que este, segundo denúncias da oposição, já se acha comprometido nos inúmeros pagamentos de juros e dívidas contraídas pelo país.

O dado decisivo é que o Chile tem a maior dívida externa per cápita do mundo. E seus recursos próprios, especialmente os oriundos do cobre, diminuem por causa da política econômica do governo. Segundo Radomiro Tomic, o regime militar inundou

o mercado internacional de cobre fazendo baixar o preço, o que teve como consequência uma perda de bilhões de dólares para o Chile. O ex-candidato à presidência da DC demonstrou com cifras eloquentes essa política negativa contra a segurança nacional levada à frente pelo atual governo.

A análise macroeconômica, porém, não chega à massa do país, muito menos sob um regime de controle da imprensa e de total carência de debate. Para os trabalhadores, *pobladores*, mulheres e jovens, os indicadores da decomposição vêm do outro lado. O economista Alejandro Foxley foi enfático:

“A deterioração que as famílias sofreram, em seu conjunto, foi dramática. A taxa de desemprego real é superior a 30% e o desemprego tradicional mais do que triplicou. Uns 85% dos desempregados não têm nenhum tipo de auxílio-desemprego. Os salários reais caíram, só nos últimos 12 meses, cerca de 16%, e são 15% menores do que os trabalhadores recebiam 13 anos atrás. O consumo para as famílias mais pobres se reduziu significativamente. A situação dos jovens também se deteriorou dramaticamente. O índice de desemprego nessa faixa se aproxima dos 40%, em alguns casos dos 50%”.

Os jovens

A realidade dos jovens está marcada por sua própria luta. É certo que não está relacionada com a conquista de um Chile que não conheceram. Eles se mobilizam principalmente para acabar com a repressão de hoje para construir um país democrático. Mas essa nova luta se entrelaça e faz parte daquela tendência constante do Chile histórico no sentido de construir uma democracia aperfeiçoada.

O governo percebe o papel que os jovens desempenham. Por

“Análisis”



“As eleições na universidade são um passo na direção da democracia, para uma sociedade melhor e mais justa”

isso promove a publicação de séries de artigos sobre o período da Unidade Popular, sobre a figura do presidente Allende e as dificuldades vividas naquela época, com a esperança de que essa divulgação alerte os jovens para não caírem “nas garras do marxismo internacional”. O governo inunda a televisão com os velhos noticiários. A dúvida ainda não esclarecida pelos especialistas é que influência e credibilidade têm essas lembranças históricas. Ou, em todo caso, quanta influência têm eles para conter os protestos de hoje. Aparentemente pouca, segundo o comentário de um dono de armazém: “Talvez as coisas tenham sido assim, mas isso é história. Não vão nos convencer agora que estamos bem, se todos sabemos que estamos muito mal.”

Para os jovens, além disso, essa “propaganda” serve como uma lição gratuita sobre a experiência



“Análisis”

do governo de esquerda. Independente da intencionalidade com que é apresentada, através desses filmes eles têm acesso a uma realidade hoje proibida: fazer marchas, protestar, debater livremente; enfim, um povo vivo e dinâmico.

A luta universitária

Na Universidade há vitórias significativas para os tempos que correm. O Centro de Alunos da Escola de Direito da Universidade do Chile foi conquistado pela chapa da oposição. Pela primeira vez, um presidente democrático assumiu a entidade, Yerko Lju-



Seguel (29 anos): "Eu conheci a democracia até os 19 anos e espero vê-la muito em breve outra vez"

betic, de 23 anos. Confinado pelo regime no sul do país por algum tempo, Ljubetic assinou a eleição tinha uma projeção extra-universitária: "Nosso exemplo, como o de qualquer outra eleição legítima, é válido para toda nossa sociedade. É um passo na direção da democracia para uma sociedade melhor e mais justa". Ao mesmo tempo, reviveu um antigo compromisso universitário com a sociedade. "Devemos inserir a Faculdade nos acontecimentos nacionais, sobretudo para lutar pela vigência do estado de Direito e um efetivo respeito aos direitos humanos. A diretoria anterior guardou um trágico silêncio sobre isso". Segundo o jovem dirigente será mantido também contato com outros "centros de alunos democráticos" para recuperar para a Universidade "uma organização realmente representativa".

Democracia também a nível secundário

No entanto, não é só no âmbito da universidade que a luta estudantil ganha espaço. Os estudantes secundaristas (15/18 anos) criaram a União de Estu-

dantes Secundaristas (UES).

Em sua primeira assembléia constitutiva, em 28 de julho último, e depois de ter participado espontaneamente nos dois protestos anteriores, a UES levanta as seguintes reivindicações: educação gratuita em todos os estabelecimentos fiscais, municipais e subvencionados pelo Estado; fim da privatização do ensino, reconhecimento do princípio que considera a educação como uma função primordial do Estado; aumento substancial dos recursos destinados à educação; pagamento de remunerações dignas e estabilidade no emprego para o corpo docente; bolsas de alimentação e material para todos os filhos de desempregados e trabalhadores; democratizar os programas educacionais, liberdade de cátedra, liberdade de expressão estudantil, substituição do individualismo pelo princípio da solidariedade; participação dos estudantes, através de seus organismos representativos, no planejamento, execução e avaliação de todas as atividades educativas, programáticas e extraprogramáticas, desde o curso até o nível nacional.

O primeiro ato da UES foi fazer uma concentração ao final

"Análisis"

do jogo de futebol Brasil-Chile. Surpreendidos porém entusiasmados espectadores aplaudiam os estudantes que com coragem e certa inconsciência gritavam o velho lema: "O povo, unido, jamais será vencido".

Por outro lado, no meio sindical também há um jovem, se considerarmos a média geral de idade a nível de liderança. Rodolfo Seguel, hoje com 29 anos, se converteu numa das figuras-chaves na nova situação que o Chile vive. Depois de um mês na prisão, reassumiu a direção da Confederação de Trabalhadores do Cobre com maior energia.

"Queremos que sejam respeitados os direitos humanos, que se respeite o direito de nossos filhos de viver em liberdade e democracia. Eu conheci a democracia até os 19 anos e espero vê-la muito em breve outra vez".

A situação chilena interessou de tal maneira o mundo, que o papa João Paulo 2º se referiu a ela pedindo diálogo. O governo procura recuperar assim terreno a seu favor.

Seguel faz só uma pergunta: "E quando vão dialogar com os desempregados?" E, olhando com esperança os protestos cada vez mais intensos que se anunciam, assinala: "Acredito que nós abrimos os olhos do povo e também dos partidos políticos quando convocamos o primeiro protesto. Agora são os partidos políticos que têm que assumir seu papel e nós, trabalhadores, assumiremos o nosso. Porque até a Igreja reconheceu que todos tínhamos direito de protestar pacificamente. E continuaremos protestando porque estamos cansados desta situação degradante. Porque já basta de sermos *bisagras*²; uma palavra que se usa na prisão para os que só sabem fazer reverências".

²*Bisagra* - dobradiça; utilizada como imagem para designar aqueles que têm atitudes servis; "vaquinha de presépio".

Os militares e o processo democrático

A poucos meses da subida ao poder de um presidente civil, as colocações do general Carcagno perante a CEA, em 1973, ganham atualidade

Horacio Verbitsky

Durante a Décima Conferência de Exércitos Americanos (CEA) — Caracas, setembro de 1973 —, a Argentina e o Peru exigiram modificações às finalidades das CEAs e do sistema de segurança coletiva, expressado na Carta da OEA e no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar). Obtiveram o apoio dos exércitos da Colômbia, Panamá, Equador e Venezuela, mas foram derrotados pelo general norte-americano Creighton Abrahms, último chefe das legiões que viram como os pântanos vietnamitas transformavam em pesadelo o sonho norte-americano. Abrahms teve o apoio de Anastasio Somoza e outros oito comandantes-em-chefe.

Três meses antes, a Argentina e o Peru já haviam tentado, sem êxito, a modificação da Carta da OEA e do Tiar. O sub-secretário de Relações Exteriores do novo governo peronista, Jorge Vázquez, elogiou durante a reunião especial da OEA em Lima a idéia bolivariana de construir uma comunidade latino-americana; afirmou que não existia comunhão de interesses entre os Estados Unidos e a América Latina, e denunciou a perma-

nência de bases norte-americanas no Panamá e em Cuba, e a coação econômica e financeira do imperialismo.

Vázquez disse que o Tiar subordinava as necessidades latino-americanas a considerações inaceitáveis, assinalando que todas as instituições do continente deveriam adaptar-se à multipolarização política e ao pluralismo ideológico. “A presença nesse

pacto militar de uma superpotência como os Estados Unidos — disse — constitui um fator de desequilíbrio que provoca situações de dominação incompatíveis com os princípios enunciados no instrumento constitucional da OEA”. E mencionou como parte de uma história sombria as invasões de Cuba, em 1961, e da República Dominicana, em 1965.

O delegado argentino criticou também a ineficiência do sistema para remediar a ocupação de territórios americanos como as ilhas Malvinas por potências extracontinentais, e reivindicou o restabelecimento de normas coletivas para a conservação e exploração dos recursos naturais diante da agressão das grandes potências e das empresas transnacionais.

Assinalou que, para a Argentina, o maior perigo para o continente decorria das novas formas de agressão econômica, financeira e tecnológica, da qual forneceu extensos detalhes mencionando o governo de Washington e empresas norte-americanas. Mas essa posição não contou com a maioria necessária, e Argentina e Peru se prepararam para



Carcagno (à dir., no dia de sua posse): colocar o exército a serviço dos verdadeiros e irrenunciáveis interesses nacionais

Banco

travar um novo combate em Caracas.

Dois exércitos diferentes

Os dois exércitos estavam em situações bem diferentes: enquanto o de Lima exercia o poder político no contexto de um processo revolucionário que estava completando cinco anos de estabilidade, o de Buenos Aires fazia seus primeiros exercícios de subordinação ao poder civil, que se havia instalado apenas 90 dias antes, duas mil horas marcadas por convulsões e confrontações políticas incessantes.

Para o peronismo, que chegou ao governo após 18 anos de luta com os militares, a nomeação do comandante-em-chefe do exército era um assunto muito delicado. O presidente Alejandro Lanusse havia lançado, em 1972, seu agressivo desafio a Perón ("Não tem condições físicas de voltar"), e quando o retorno do ex-mandatário demonstrou seu erro, chegou a planejar a interrupção do processo eleitoral. O general Jorge Raúl Carcagno, comandante do Corpo V, enviou uma nota ao presidente-comandante advertindo-lhe que, nesse caso, se insurgiria contra sua autoridade; e elaborou um plano de operações para isolar a Patagônia e exigir de lá a realização das eleições prometidas.

O presidente Héctor Cámpora designou Carcagno comandante-em-chefe dois dias antes de assumir o governo, o que fez com que doze generais mais antigos que ele fossem reformados.

Em 29 de maio, no Dia do Exército, o novo chefe começou seu discurso recordando que "sobre a Constituição Nacional se estrutura o sistema democrático, fundamentado no reconhecimento de que o povo é o único depositário da soberania, a que ninguém tem o direito de sobrepor-se", o que implicava um distanciamento óbvio dos sete anos anteriores. "Seremos verdadeiros

guardiães de nossa soberania", acrescentou, "missão que não se esgota com a presença armada na fronteira, mas que se integra dentro de uma concepção que parte da premissa de que um povo é soberano quando é dono de seus destinos e tem capacidade de adotar as decisões que melhor convenham à sua evolução e ao bem-estar de seus habitantes. Decisões que devem satisfazer total e exclusivamente o interesse nacional, sem nenhum tipo de ingerência nem pressões de fora, alheias às conveniências do país". Para Carcagno, "o desenvolvimento de um país e sua segurança seguem uma relação harmoniosa, partindo do princípio de que as melhores condições de segurança são obtidas quando existe um desenvolvimento livre de tutelas estrangeiras e posto a serviço do bem-estar de todos os habitantes".

Essa visão foi aprofundada em uma Orientação Básica, que Carcagno deu ao exército a 7 de julho, na qual destacou como uma significativa mudança de perspectiva para a tarefa militar o retorno à normalidade institucional. Explicou que as missões prioritárias eram "atingir a comunhão espiritual mais definida entre o exército e o povo", colocar a força "a serviço dos verdadeiros, permanentes e irrenunciáveis interesses nacionais" e encontrar novas respostas para novos problemas, caminhar "no ritmo dos tempos", fazendo a diferença entre a mera rotina e as verdadeiras tradições.

"Visualizo um exército estritamente profissional mas não asséptico, dedicado a suas funções militares mas não fechado em si mesmo e enquistado na Nação como se não pertencesse a ela. Não o vejo desinteressado do povo que o alimenta e de suas aflições. Não o concebo alheio aos problemas nacionais."

Carcagno ratificou nessa orientação o princípio de verticalismo. "O comandante-em-che-

fe é o único que se movimentará no campo político".

"Os demais escalões de comando cumprem ordens e realizam propostas dentro dos limites próprios do elemento que lhes cabe comandar. Meu mandato decorre de uma decisão dos poderes constitucionais, que me concedem o cargo e a patente. Daí minha legitimidade inquestionável, da qual surge a responsabilidade unipessoal e a não participação de outros níveis na adoção de decisões."

Nem tutelas nem pressões

Ao expor suas diretrizes para a renovação e a reorganização militar, Carcagno indicou que a área de operações tinha de "dar conteúdo nacional a toda a nossa doutrina. Chegamos a uma maioria que nos obriga a pensar por nós mesmos, sem tutelas e sem pressões de nenhuma índole. O exército argentino deve ter uma doutrina argentina, e não uma que possa servir a qualquer país com ligeiras adaptações. Nossa capacidade criativa deve ser voltada para a formação de um corpo doutrinário próprio que atenda a nossa idiosincrasia, nossas formas de vida, nosso potencial humano, as características de nosso território, nossas reais capacidades logísticas e nossa situação geopolítica. Dos modelos que outros exércitos do mundo possam nos fornecer, devemos aproveitar com sentido realista aquilo que realmente possa nos ser útil, e mesmo assim após uma reflexão amadurecida".

Anunciou também que pretendia analisar a política de compras: "a indústria nacional tem capacidade de fornecer a maior parte daquilo que o exército precisa em matéria de equipamento e é preciso recorrer a ela para procurar os fornecedores. Ao agir dessa forma não só tomamos o caminho da emancipação como contribuímos para o desenvolvimento e favorecemos o

devido abastecimento”.

Por último, propôs estreitar “as relações com os exércitos latino-americanos, procedendo com coerência histórica e genuíno espírito de colaboração. Esses vínculos devem ir além do que traduzem as expressões protocolares. Devem-se procurar novas formas e motivações que concretizem uma ação efetiva e mancomunada, em benefício das aspirações comuns dos povos da América Latina”.

A reconversão do exército

Carcagno morreu em Buenos Aires em janeiro de 1983. O ex-secretário-geral do exército e seu principal colaborador, o coronel (reformado) Juan Jaime Cesio, recorda hoje que “o exército absorveu bem todas estas modificações. Todos se subordinaram e começaram a trabalhar em suas coisas, não houve nem um único indisciplinado. Lembro-me apenas de um episódio menor, um oficial que ordenou tocar a Marcha da Liberdade (que identificava o golpe antiperonista de 1955) em uma cerimônia à qual assistiam autoridades oficiais, e que foi punido por Carcagno. Ao contrário do que se acredita, a reconversão de um exército não é muito difícil se forem cumpridas certas condições. Um comandante que saiba onde está pisando, e Carcagno sabia, pode fazê-lo. A carreira militar é uma função altamente especializada, mas também é uma forma de ganhar a vida, e todos os oficiais querem ser promovidos, ter bons postos, e para isso estão dispostos a cumprir ordens. Nós não tivemos problemas dentro do exército. Foi o quadro externo que frustrou o projeto de Carcagno”.

“Dentro dessa reconversão, entre um exército que abusa do poder autoritariamente e está subordinado a interesses estrangeiros, e outro que se subordina a um governo democraticamente



Em 1972, Lanusse (ao lado) chegou a planejar a interrupção do processo eleitoral, sendo advertido por Carcagno

eleito e defende o interesse nacional, a preparação da Conferência de Caracas teve grande importância”, continua Cesio. “Os estudos prévios foram elaborados pela Chefia V, Política e Estratégia, do Estado Maior, que eu ocupava, e que se transformou naqueles dias na Secretaria-Geral do Comando-em-Chefe.

“Houve então várias mudanças que certamente se tornarão a repetir e aperfeiçoar no ano próximo, quando chegue a um fim esse novo governo militar. Por exemplo, os comandos-em-chefe transformaram-se em comandos gerais de cada força, já que o comandante-em-chefe só fazia sentido dentro de um esquema militarista, pois, devido a suas funções e organização, constituía um organismo paralelo ao Poder Executivo, com equipes militares para cada especialidade, como réplicas de ministérios em miniatura.

“No futuro, não só seu nome



e dependência orgânica deverão mudar. Ao nos prepararmos para a Conferência de Caracas, descobrimos que não havia uma doutrina escrita de segurança nacional que limitasse o uso da força militar a tarefas de segurança interna, delegando a defesa externa a uma das superpotências, mas que se tratava de uma prática, produto conjuntural e circunstancial do confronto Leste-Oeste, que devíamos e podíamos modificar.

“Para isso — afirma Cesio — como correspondia à nova situação constitucional, trabalhamos sob orientação do ministério das Relações Exteriores.”

As conferências de exércitos

A Nona Conferência dos Exércitos Americanos tinha sido realizada em 1969, em Fort Bragg, um dos centros norte-americanos para treinamento de militares latino-americanos em contra-insurreição, e tinha adotado o temário para a reunião seguinte. A Décima CEA devia examinar um relatório sobre a "subversão do comunismo internacional", planificar tarefas de treinamento e instrução, formular as bases de uma doutrina comum, melhorar a eficiência das forças terrestres de cada país, recomendar normas de ação psicológica para a segurança interna e adotar decisões sobre a aplicação de programas de cooperação, o que implicava uma clara intromissão nas soberanias nacionais e nas atribuições dos governos civis da América Latina.

A reunião preparatória, em junho, e a de Inteligência, em agosto, acertaram o temário da Conferência. Nelas, a Argentina e o Peru propuseram o estudo de mecanismos de defesa contra a agressão econômica e não apenas contra uma eventual agressão militar externa. Os coronéis argentinos José Rogelio Villareal y Carlos Dalla Tea contribuíram com volumosos relatórios acerca das formas de agressão cultural, financeira, científica e de empresas transnacionais, e estudos sobre meios de comunicação de massa, mortalidade infantil, desnutrição e exportação de cérebros.

"O perigo não é a subversão"

"Não devemos nos enganar, o perigo não são os guerrilheiros comunistas mas os pescadores de atum norte-americanos", disse então o representante da Junta Militar equatoriana, que aderiu à moção de reformas.

"A tese que nós apresentamos às conferências preparatórias e de Inteligência não foi aceita"

acrescenta Cesio, "mas de qualquer maneira se conclui que a conferência principal considerava também outras formas de agressão diferentes da subversão. Por isso pedimos que Carcagno fosse inscrito como orador".

Contudo, quando o Chefe de Inteligência do Exército da Venezuela, general José Domingo Yopez, leu o relatório da Conferência de Inteligência que trazia o óbvio título de "Apreciação sobre o movimento subversivo", os argentinos começaram a desconfiar que o acordo não seria respeitado. Carcagno protestou, porque não se esperou que esse relatório fosse previamente examinado pelos estados maiores de cada exército.

A conferência foi inaugurada oficialmente na segunda-feira 3 de setembro, com um discurso do comandante-geral do exército do Peru e primeiro-ministro de seu governo revolucionário, Edgardo Mercado Jarrín, que propôs modificar a finalidade das CEAs e expôs sua doutrina da segurança integral. Mas na terça-feira 4, antes que Carcagno pronunciasse o discurso e alterando o que fora combinado, votou-se a proposta peruana. Estados Unidos, Brasil, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, República Dominicana e Honduras emitiram os dez votos que a derrotaram, contra seis favoráveis da Argentina, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Panamá.

O discurso de Carcagno

Carcagno leu então sua mensagem, sabendo que era um dardo cravado mais no futuro do que em uma posição já ocupada. "O Exército do meu país apresentou-se aqui reconhecendo como princípios básicos e inalienáveis o de não-intervenção, o de auto-determinação dos povos e o de um respeito escrupuloso à individualidade de cada país, num contexto em que carecem de

sentido as diferenciações ideológicas", disse.

Diante de um auditório surpreendido pelo tom de suas palavras, Carcagno postulou "a necessária renovação dos dispositivos de toda ordem que garantam a segurança do continente" e advertiu que "as estruturas que não forem capazes de adaptar-se ao ritmo que os tempos impõem, correm o risco de ficarem caducas. O dilema é de ferro. Ou nos renovamos e compreendemos nossas missões tal como as circunstâncias impõem em nossos países, cumprindo assim com nosso dever, ou ficamos para trás, condenando nossos povos a serem vítimas das agressões daqueles que estão vulnerando e afastando seu destino".

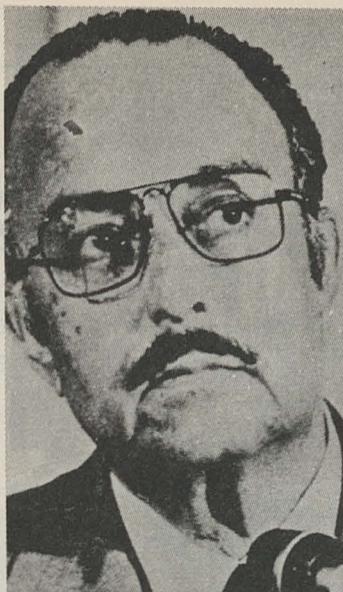
"Quando a justiça é negada aos cidadãos de um país", acrescentou, "quando eles são objeto de perseguições ideológicas, violam-se suas liberdades e são privados daquilo que legitimamente lhes corresponde, a subversão interna ou a provocada e estimulada do exterior podem ser a resposta. Nesse caso, a guerrilha se desenvolve e atua com o apoio da população que lhe proporciona todas as facilidades necessárias e nesse caso as forças da ordem são impotentes para destruí-la. Por isso eu sustento que quando existem causas reais de subversão, só se conseguirá fazê-la desaparecer quando se atue decididamente sobre essas causas no plano econômico, político e social. Do emprego do poder militar contra ela decorre um distanciamiento cada vez maior entre o povo e o exército que faz parte desse povo; e gera-se, assim uma das contradições mais agudas e mais negativas. A imagem de um exército como guarda pretoriana de uma ordem política, econômica e social injusta, é extremamente pernicioso para a saúde dos povos, para a conquista de suas aspirações, para a conformação do ser nacional e para sua projeção continental."

Esse texto, escrito em função da Argentina daqueles anos, é válido para outras situações latino-americanas. "Por mais que os governos possam estar bem inspirados — continuou Carcagno — não podem satisfazer às legítimas aspirações populares porque são prisioneiros de interesses extranacionais que condicionam e até mesmo orientam suas gestões. Assim sendo, povos e governos estão igualmente à mercê de agressões aparentemente inercuas que os conduzem à violência. Cabe perguntar qual é o grau de segurança de um país em que nos últimos anos se verificam aumentos dos índices de mortalidade infantil, e onde existem setores da população que consomem menos proteínas do que aquelas que precisam. É realmente irrisório pensar que se possa chegar ao êxito confiando apenas na soma do poder das armas, quando se vai deteriorando progressivamente o homem, principal elemento da defesa e a própria razão de ser de sua existência".

Para o militar argentino, "os exércitos de cada país são obrigados, dentro dos limites de suas atribuições, a não poupar esforços nem medir riscos em seu apoio aos povos e aos governos que se recusam a ser vítimas de um novo modelo de divisão internacional do trabalho, esboçado para a opulência de uns poucos e a pauperização da maioria".

Carcagno manifestou que a Argentina e seu exército se rebelaram contra a existência, "no mundo, de homens e nações de primeira classe e homens e nações de categoria inferior", e delineou um contexto que a década transcorrida desde então só fez agravar:

"A deterioração dos termos de intercâmbio, a evolução e estrutura da dívida externa, o aprofundamento da brecha tecnológica, a manipulação dos meios de comunicação de massa a subserviência das autoridades



Somoza: o "playboy" da Conferência



Mercado Jarrín: pela reformulação das CEAs

nacionais, a exportação de culturas e modos de vida, a exploração de vulnerabilidades e contradições, e formulações caprichosas referentes a limites de crescimento levam à conformação de uma estrutura de dependência flagrantemente injusta.

"Sustento no seio desta Conferência que essas ações atingem a segurança dos Estados e guardam, por essa razão, uma vinculação estreita com as tarefas militares. Não hesito em qualificá-las de agressões que se materializam tanto no aspecto espiritual e cultural como no econômico e científico. Daí nossa obrigação de preservar-nos contra elas e daí a necessidade imperiosa de uma mudança nas finalidades das Conferências de Exércitos Americanos, tal como propus, sem êxito, no seio da Conferência. Continuo convencido que devemos opor-nos a essas agressões com tanta paixão, tanto zelo, tanta energia e tanta eficiência como quando colocadas a serviço das tarefas intrinsecamente militares, que devem desenvolver-se agora cobrindo um

espectro muito mais amplo. Enquanto houver pessoas com uma cegueira suicida, usando e abusando do que possuem e uma maioria que carece do mais elementar, a segurança continental continuará ameaçada, porque os conflitos continuarão latentes e em aumento progressivo ou explodirão quando menos se esperar.

"Não cabe assumir compromissos que impliquem a repetição de enfoques anacrônicos da segurança coletiva, mas a busca de uma cooperação efetiva, com o olhar posto no conceito de que sem desenvolvimento harmônico e estruturado, não há paz estável", concluiu Carcagno. "Os próximos e sucessivos contatos a um alto nível militar no hemisfério serão úteis e trarão benefícios se forem orientados para servir à particular estratégia de segurança que cada um de nossos países requer, ajustadas às necessidades reais, e quando tenha sido perfeitamente delimitado e estabelecido contra quem e contra quem devemos lutar."



Depois das Malvinas, ficou claro que o Tiar não beneficia a América Latina, sendo um mero instrumento dos EUA

O poder do imperialismo

“Nós pensávamos que podíamos impor nossa posição na Conferência”, revelou Cesio a cadernos do terceiro mundo, “porque conhecíamos pouco o poder do imperialismo. Aprendemos também que esse poder é exercido graças à indiferença de muitos. Tínhamo-nos preparado muito seriamente para a conferência porque lhe atribuíamos a importância que ainda hoje acredito que ela tinha, mas nos defrontamos com atitudes saudosistas, com a linha do menor esforço daqueles que iam passear e tomar uísque. Não sei se me esqueço de alguma delegação, mas acho que, salvo o Peru e nós que defendemos uma posição, e o Brasil que se opôs a ela, o resto nem conhecia bem nem tinha muito interesse pelos assuntos em debate.

“Eu participei das tarefas de uma comissão e observei que enquanto expunha nossos estudos e conclusões, os demais se entendiam. Nada lhes interessava. Nessas condições, a vitória dos

Estados Unidos se tornou fácil e seu representante nem precisou abrir a boca, apenas fez circular uma diretriz mostrando como votar.”

Cesio não esquece a figura de Anastasio Somoza. “Era o *play-boy* da conferência. Dava charutos de presente. Convidava para festas. Foi ele quem liderou a posição contrária à nossa e quem nos preparou uma armadilha, colocando a moção peruana em votação antes que Carcagno fizesse uso da palavra. Carcagno ficou enfurecido e até esmurrou a mesa. Estivemos a ponto de retirar-nos da conferência. Finalmente, continuamos como observadores para não prejudicar as relações com os países irmãos, mas nos abstermos de intervir nos trabalhos da conferência. Boicotamos, junto com os peruanos, a recepção que Somoza ofereceu às delegações”.

“Enquanto estávamos na conferência, ocorreu em Buenos Aires o ataque do Exército Revolucionário do Povo (ERP) ao Comando Sanitário do Exército, onde morreu um comandante.

Isso nos fez perder posição diante dos demais exércitos latino-americanos e na frente interna, já que a guerrilha se abateu no exato momento em que nós estávamos questionando a política repressiva e denunciando as causas da subversão. Mas, de qualquer maneira, foi a luta interna peronista e não a situação interna do exército que entravou a ação de Carcagno e favoreceu sua passagem para a reserva, diante das pressões do imperialismo”, acrescentou Cesio.

Ao voltar de Caracas, “Carcagno ordenou o estudo da possível formação de um Tiar latino-americano, sem os Estados Unidos, e apresentou ao governo um projeto solicitando a retirada das missões militares dos Estados Unidos e da França que estavam e continuam instaladas no Comando-em-Chefe do Exército. Mas isso tudo foi arquivado quando López Rega conseguiu que o Senado rejeitasse a promoção ao generalato de quatro coronéis propostos por Carcagno (eu estava entre eles) e forçou sua passagem para a reserva”.

“É trágico que, à luz do acontecido nessa Conferência, os sucessores de Carcagno não entendessem o que era o Tiar e como operava o imperialismo, porque de outro modo não teria ocorrido o desastre das Malvinas. Esse tratado não beneficia a América Latina, é um mero instrumento dos Estados Unidos na confrontação com o Leste.

“A democratização da Argentina — afirma Cesio — ajudará a acabar com outros regimes de fato na América Latina. A Bolívia tomou esse rumo, mas não tem a influência que nosso processo poderá vir a ter sobre outros países como o Chile, por exemplo. Tenho certeza de que o futuro congresso retomará as posições que nós defendemos em Caracas. Nossa aprendizagem foi muito dolorosa, mas as palavras de Carcagno não foram levadas pelo vento.” ●

SADCC

Consolidação e fortalecimento

Um balanço dos três anos dessa organização que une os Estados soberanos do sul da África

Etevaldo Hipólito

Com apenas três anos de existência, a *Southern African Development Coordination Conference* (SADCC) apresenta um saldo de atividades muito positivo. Vencendo todas as dificuldades naturais num empreendimento de tal natureza e ainda as criadas intencionalmente pelo governo sul-africano, esta organização conta no momento com aproximadamente 300 projetos em diferentes etapas de estudo e implantação. Um dos grandes trunfos a seu favor foi o reconhecimento, a 21 de dezembro do ano passado, por parte das Nações Unidas. Nessa data, a resolução 37/248, aprovada pela Assembleia-Geral, concluiu com os seguintes pontos de extrema importância para a sua consolidação e fortalecimento:

“A SADCC é uma organização sub-regional cujos trabalhos estão de acordo com os objetivos e princípios da Carta da ONU.

“Foi autorizada pelos estados membros interessados para coordenar projetos e programas da sua competência.

“O secretário-geral deverá tomar medidas para encorajar a cooperação entre órgãos, organizações e organismos da ONU e a SADCC, cabendo aos mesmos reforçar os seus vínculos com esta instituição.”

Além de ressaltar o papel que



Presidente José Eduardo dos Santos: lutando pela unidade

a conquista da auto-suficiência econômica dos membros da SADCC desempenhará na luta contra a política do *apartheid* na África do Sul, a Assembleia-Geral solicitou que a aplicação da resolução fosse objeto de um relatório do secretário-geral à 30ª Sessão das Nações Unidas. Esse documento coroa uma série de esforços feitos na ONU no sentido de dotar os países africanos de mecanismos adequados para

alcançar o desenvolvimento social e econômico na década de 80, de forma a consolidar a sua independência política.

Conforme salientou o presidente moçambicano Samora Machel, no seu discurso de saudação aos participantes do encontro de países membros da organização, realizado no início de julho, “a SADCC é hoje um interlocutor imprescindível na cooperação regional multilateral”. Os

investimentos estrangeiros, tanto públicos como privados, encontram nela uma alternativa válida para a cooperação. O reforço dos princípios que norteiam a relação entre os seus membros e a implantação de medidas relacionadas com a viabilização de projetos econômicos são definidos como as armas requeridas para combater a dependência e o subdesenvolvimento.

Denunciando agressões

Reunindo nove países da África Austral — Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue — e ainda o ANC (Congresso Nacional Africano) e a Swapo (Organização do Povo do Sudoeste Africano) como convidados, uma conferência de tal natureza não poderia deixar de colocar ênfase especial na ação desestabilizadora exercida pelos racistas sul-africanos na região. Ao agradecer, em nome dos demais países presentes em Moçambique, os esforços feitos para a realização do encontro, o presidente angolano José Eduardo dos Santos colocou como um dos fatores que dificultam programas de desenvolvimento regional a guerra movida por Pretória contra alvos econômicos. Campos de cultivo, centrais elétricas, pontes e outros bens semelhantes sofrem uma agressão sistemática e premeditada, pois neles se procura atingir e desorganizar recursos humanos e financeiros, bloqueando por outro lado os avanços alcançados no terreno político.

O dirigente angolano alertou para o fato de que o reforço da unidade na luta para alcançar a libertação econômica é uma condição necessária para garantir a soberania e segurança. Em consequência — disse —, um afrouxamento dos laços de cooperação e solidariedade entre os membros da SADCC e a atuação isolada de um ou outro país, em nada con-

tribuirão para conter as incursões dos racistas e das suas diferentes extensões armadas. As ações realizadas pela África do Sul, longe de desmobilizar o intercâmbio a todos os níveis entre esses parceiros, devem fortalecer a decisão de somar esforços para a resolução de problemas de interesse comum.

O presidente angolano classificou de “forma sutil e maldosa de solidariedade e apoio” ao belicismo sul-africano, o argumento utilizado por alguns governos dando ênfase a uma pretensa preocupação dos racistas com a segurança da região e a sua própria. E, por fim, afirmou que as tropas cubanas não constituem fator de insegurança ou instabilidade, como se tenta apresentar, pois elas limitam-se a uma missão defensiva no interior do território angolano.

Três flagelos

Apesar do tom sombrio com que abriu a quarta reunião a nível de chefes de governo e de estado da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, o presidente Quett Masire, do Botsuana, dedicou uma parte substancial do seu discurso aos êxitos alcançados nos três anos de existência desse organismo de cooperação regional. A sua preocupação se baseia nas contínuas agressões sul-africanas contra os países vizinhos, na seca que também castiga os membros da SADCC e na grave crise econômico-financeira internacional.

Censurando o “grande e perigoso abismo entre a perspectiva daqueles que têm e dos que não têm”, presente uma vez mais na recente conferência da Unctad em Belgrado, afirmou que a atual recessão econômica não cria um clima favorável à cooperação visando o desenvolvimento das nações africanas presentes em Maputo. Enquanto eles tentam desenvolver o intercâmbio

na área internacional, os países desenvolvidos que controlam a economia mundial fecham-se no “protecionismo estreito e nacionalista”. De forma mais explícita, o presidente Samora Machel retomaria esse tema para apontar como sérios obstáculos no campo econômico a deterioração dos termos de troca, as condições financeiras cada vez mais onerosas e a dependência tecnológica.

No que diz respeito à seca, sublinhou o presidente em exercício da SADCC, Quett Masire, que, no momento, milhões de dólares — 230, de acordo com o relatório final — deverão ser aplicados apenas para recolocar a área atingida na mesma situação em que se encontrava antes do flagelo. Gado, animais domésticos e plantações, tudo está sendo consumido por uma das maiores calamidades que já assolou a região nos últimos anos. A magnitude do problema abordado no discurso, poderá ser avaliada numa notícia divulgada pela imprensa de Moçambique sobre a situação do Zimbábue, dois dias após o término da conferência: aproximadamente um milhão de cabeças de gado e outros animais poderiam morrer se não houver chuvas até final deste ano. Em 1981, o país tinha produzido 14 milhões de toneladas de milho, sendo que a presente colheita apenas chegou aos quatro milhões.

O número atual de pessoas diretamente atingidas seria de dois milhões, cifra esta que cresceria duas vezes e meia até abril de 1984, caso não haja uma mudança radical no clima. A situação de hoje contrasta profundamente com a de três anos passados quando, em consequência das safras excepcionais então verificadas, o Zimbábue mereceu o título de “Celeiro da África”.

Por outro lado, ao denunciar as agressões sul-africanas, Quett Masire expressava o sentimento generalizado de que Pretória coloca em prática uma política pre-

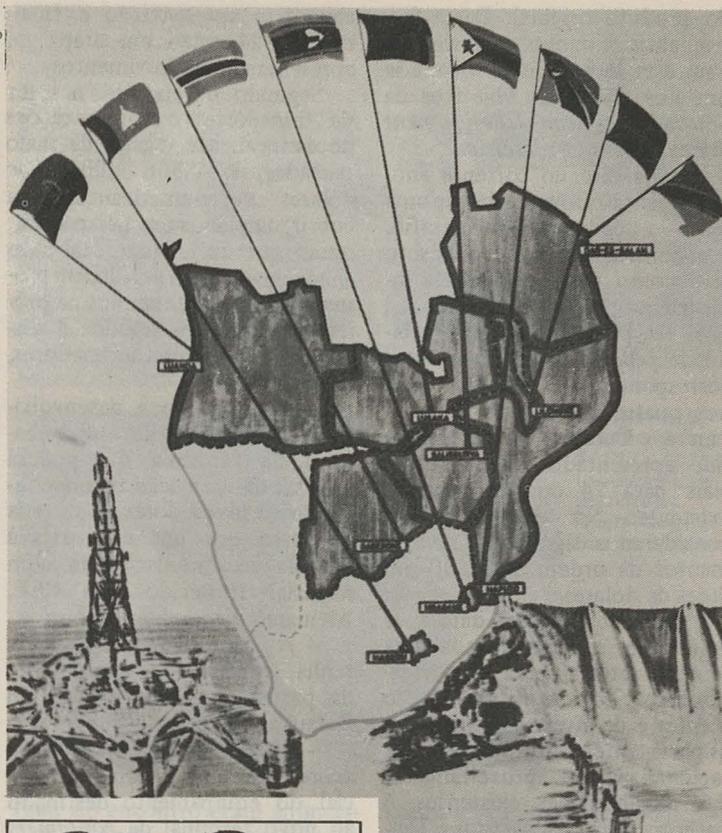
meditada e que os seus parceiros habituais devem influir de alguma maneira para pôr fim à situação. O clima de tensão criado pelos *boers* atingiu um nível tal que há o temor de que degenerem em conflito aberto. "Não pedimos que ninguém vá para a guerra no nosso lugar, mas que, em nome da Paz, os que se intitulam nossos amigos exerçam as pressões ao seu alcance para forçar a África do Sul a desistir das suas ações", acentuou Masire.

Afinal de contas, não deixa de soar estranho o fato de um país aliado da África do Sul querer investir na SADCC sabendo de antemão que os projetos nos quais se encontrará envolvido constituem alvos prioritários dos racistas. Se não há ações concretas para deter a política belicista de Pretória — e este talvez seja o significado das palavras do presidente do Botsuana — os acenos de investimento poderão ter um significado exatamente contrário do anunciado. Em resumo, o que se exige é apenas coerência, uma definição precisa de que lado se encontram realmente os financiadores reais ou potenciais.

Dois exemplos

Na opinião de alguns analistas políticos, essa questão não é simples. Alguns governos têm demasiados compromissos com a África do Sul para conseguir modificar a sua posição em benefício dos demais países da região. A Dinamarca, por exemplo, que se encontra envolvida em importantes projetos da SADCC — entre eles, um de assistência técnica à Comissão de Transportes e Comunicação e outro vinculado ao *Master Plan* do porto angolano do Lobito — acaba de ser denunciada pelo desrespeito sistemático às resoluções da ONU sobre a África do Sul. No final da primeira quinzena de julho, o jornal dinamarquês *Politiken* divulgou que funcionários do setor de carga e descarga do aeroporto de

1983 — setembro — no. 58



Com três anos de existência, a SADCC reúne os seguintes países da África Austral: Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue

em transferência de tecnologia de guerra e computadores para a pesquisa nuclear.

Alguns projetos

Apesar de contar com uma grande variedade e riqueza de recursos naturais, a África ressentem-se de um fraco desenvolvimento industrial. Como acontece com os demais países do Terceiro Mundo, uma imensa gama de matérias-primas sai do continente em direção às nações mais desenvolvidas, através das companhias transnacionais, regressando depois sob a forma de manufaturados e, evidentemente, a um preço infinitamente superior ao

terceiro mundo - 55

do produto original. Desta forma, abrir caminho para romper com esta dependência tornou-se um dos principais objetivos da *Southern African Development Coordination Conference*.

Em janeiro do corrente ano, numa tentativa para esboçar uma resposta adequada a esse desafio, o encontro realizado no Lesoto teve como tema principal a industrialização. A Tanzânia, à qual foi atribuída a responsabilidade pela estruturação do setor correspondente, anunciou que nos quatro meses que se seguiram à Conferência já tinham sido apresentados sócios potenciais para 74 dos 90 projetos existentes. No total, os planos considerados significam investimentos da ordem de 1.530 milhões de dólares.

Por outro lado, em data a ser anunciada, será convocada uma reunião setorial para se pormenorizarem formas de concepção técnica e de investimentos, entre as partes interessadas. Para maior racionalização e aproveitamento das possibilidades existentes, o governo tanzaniano criou a Unidade de Coordenação Industrial (UCI). Por sua vez, a SADCC optou por reforçar o trabalho nessa área, através de um Comitê de Ministros da Indústria (CMI).

Transportes e comunicações

Apesar da importância concedida à industrialização, os transportes e comunicações ocupam, de fato, um lugar prioritário em todo o programa da organização regional. Bastante otimista a esse respeito, o relatório apresentado em Maputo indicava que, sob a orientação do governo moçambicano, esse setor apresentava um bom ritmo de trabalho. A sua estruturação foi acompanhada pela elaboração de 119 projetos. Desse número, cinco já estão prontos, 39 encontram-se em implementação, 44 foram submetidos a estudo de financiamento, sete

aguardam apresentação e, finalmente, 24 estão em etapa de apresentação de documentos.

Segundo o relatório, o setor de transportes e comunicações necessitava, até o mês de maio passado, de 2.588 milhões de dólares norte-americanos para cobrir os planos em perspectiva, sendo que 26% desse total já se encontravam distribuídos ou prometidos. Como exemplos de projetos prioritários levados à discussão com vários financiadores, encontram-se:

— Reabilitação e desenvolvimento do porto de Dar es-Salaam, na Tanzânia, que poderá resultar da formação de um consórcio de investidores. A estrada de ferro que une este país à Zâmbia será modernizada com material fornecido pela CEE, Alemanha Federal, entre outros.

— A China, Suécia e Grã-Bretanha apoiarão a reestruturação da parte da rede ferroviária do Botsuana.

— A Finlândia assinou um acordo para financiamento parcial do equipamento destinado ao novo terminal de *containers* do porto moçambicano de Nacala. Outros documentos foram assinados com os governos da França e Canadá, desta vez abrangendo as estradas de ferro de Moçambique.

Potencial energético

No tocante à segurança e conservação de energia, área atribuída à República Popular de Angola, que organizou uma unidade administrativa dentro do seu ministério da Energia, já foram aprovados os critérios para a seleção de projetos de âmbito regional. Representantes do governo de Luanda realizaram um levantamento das necessidades e potencialidades de toda a região. Dos contatos feitos em cada país, resultou um estudo pormenorizado da situação e 13 projetos prioritários que serão levados à Conferência de Lusaka.

Foi ainda concluída a primeira etapa de um estudo sobre auto-suficiência regional no fornecimento de produtos petrolíferos. Por outro lado, tendo como tema o "desenvolvimento energético na África Austral: oportunidades e limitações", Angola convocou um seminário regional neste ano, cuja realização esteve a cargo do Zimbábue.

Dos quatro estudos feitos no período 1982/1983, três foram apresentados na Conferência de Maseru. O primeiro, relacionado com a auto-suficiência no fornecimento de produtos petrolíferos, foi financiado pela Bélgica que, juntamente com a Comunidade Econômica Européia (CEE), manifestou interesse na sua implementação. A criação de um Centro Regional Para o Desenvolvimento Petrolífero constitui o segundo, financiado pela UNDP (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) e a Noruega, tendo a CEE, Itália e França se mostrado interessadas. O terceiro diz respeito à cooperação no fornecimento de eletricidade entre o Zimbábue e Moçambique na fronteira centro-sul, contando com o interesse da Itália, recebeu financiamento da UNDP. E, por fim, esse mesmo organismo interessou-se pela readaptação e ampliação das instalações para combustíveis líquidos na cidade moçambicana da Beira.

Carência alimentar

Outro capítulo de dramática importância refere-se à segurança alimentar. O emprego desse adjetivo não é uma questão de retórica, mas traduz uma situação realmente séria. Os resultados de um seminário recentemente realizado na cidade de Dodoma, na Tanzânia, indicam que até final do século nada menos de meio milhão de pessoas se encontram em perigo de ficarem cegas devido à carência alimentar. O maior número de vítimas deverá ocorrer entre as crianças. A alimenta-

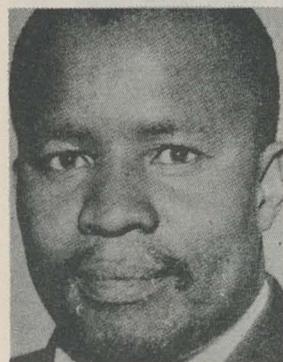
ção deficiente aparece como o principal motivo, sendo os demais a falta de hábitos de higiene e escassez de pessoal médico especializado. O índice de cegueira entre os tanzanianos é 10 vezes mais alto que nos países industrializados, taxa que apresenta um quadro realmente trágico: somente para recuperar os enfermos hoje existentes — cerca de 250 mil — o país nas atuais circunstâncias levaria 30 anos. Com facilidades médicas acompanhadas de uma alimentação racional acredita-se que metade dos casos seriam recuperados.

O programa de reserva alimentar é coordenado pelo Zimbábue e deu origem a nove projetos, que vão da assistência técnica à coordenação em questões agrárias, à criação de uma infraestrutura regional para a comercialização de alimentos. Entre outros temas, analisam a redução de perdas de colheita e um sistema regional de informação de recursos.

Conforme indica o terceiro relatório de atividades da SADCC, distribuído durante a recente conferência, alguns dos estudos de caráter nacional foram tomados em consideração pela sua importância em toda a área. Novos debates terão lugar com a realização, na segunda metade do corrente ano e princípios do próximo, de conferências e seminários sobre extensão, formação, comercialização e pesquisa.

“Boers” ameaçam

Juntamente com o Congresso Nacional Africano (ANC), uma representação da Swapo, liderada por Sam Nujoma, encontrava-se presente como observadora. No princípio de 1982, uma reunião a nível de ministros de Transportes tinha resolvido incluir a Namíbia independente nos seus projetos. A proposta foi defendida por Moçambique e no



Energia: meta prioritária da SADCC. Ao lado (na ordem), os presidentes Quett Masire e Samora Machel

final do encontro eram anunciados os planos para a construção de uma estrada unindo o seu território ao Botsuana, quando se verificar a retirada total dos racistas.

Diante desse empenho em garantir a presença do povo namibiano, agora e no futuro, como país independente, o governo sul-africano não poderia deixar de manifestar inquietação. Num dos muitos comentários destinados à reunião da SADCC, porta-vozes dos dirigentes de Pretória tentaram diminuir o impacto das acusações feitas contra as pressões políticas, econômicas e militares exercidas com diferentes graus de intensidade sobre os seus vizinhos. Ao mesmo tempo, porém, que acenavam com a possibilidade de uma melhoria de relações com alguns líderes responsáveis, ressaltavam que, no que depender de Pretória, a situação na região permanecerá a mesma. “Tanto a segurança regional

como a segurança nacional e os objetivos do desenvolvimento econômico estarão totalmente ameaçados” — afirmava a emissora oficial *boer*, ao analisar os resultados da conferência. Como ameaça, não há necessidade de maior clareza.

Ainda no decorrer deste ano, terá lugar em Lusaka uma nova série de discussões entre a SADCC e alguns parceiros internacionais. O comunicado emitido em Maputo no final da conferência, lançou um apelo àqueles países que mantêm estreitas relações com os dirigentes racistas, mas que pretendem estar presentes na capital zambiana, para utilizarem a sua influência no sentido de impedir que prossigam as agressões contra os membros da organização regional. Aos governos que se encontram nessa situação é dada, pois, uma oportunidade a mais de se alinharem com o futuro da África. ●

Eleições para adiar a crise

A crise econômica e política
levou o presidente Moi
a tentar sobreviver através de
eleições gerais antecipadas

Carlos Castilho

Durante vinte anos, o Quênia foi apresentado perante a opinião pública ocidental como um modelo de transição pacífica para a independência, e uma espécie de "paraíso" social, sem grandes conflitos étnicos, onde foi possível uma convivência tranquila com os interesses econômicos estrangeiros. Essa visão exaustivamente divulgada pelos meios de informação dos Estados Unidos e da Europa entrou num processo de acentuada deterioração a partir de agosto do ano passado. As profundas desigualdades sócio-econômicas do país, bem como o sistema autoritário de governo provocaram a partir de então uma crise que colocou o Quênia à beira do caos.

A gravidade da situação foi materializada na antecipação em 14 meses das eleições gerais previstas para novembro de 1984. Foi um recurso adotado pelo presidente Daniel Arap Moi para procurar impedir que a luta interna no governo, junto com o aumento da insatisfação popular e da crise econômica jogassem o país num beco-sem-saída. Moi tenta ganhar nas eleições de setembro um novo mandato, antes que a deterioração da crise torne impraticável a sua permanência no poder.

Sipa Press



Moi: "encostado na parede"

O fim do "paraíso" começou no dia 1º de agosto de 82, num domingo, quando os 700 mil habitantes de Nairóbi acordaram com a rádio oficial "Voz do Quênia" anunciando em edição extraordinária a formação de um Conselho Popular de Redenção. Entre outras coisas, o Conselho comunicava a derrubada do governo de Arap Moi, acusado de corrupção, e a implantação do toque de recolher de 24 horas. Logo depois das oito da manhã, uma nova edição pedia que os estudantes fossem às ruas para

apoiar o "novo governo popular". Às dez horas, milhares de moradores dos bairros pobres da periferia de Nairóbi lançaram-se ao saque de lojas comerciais, supermercados e prédios do governo. O núcleo principal da rebelião se concentrou nas unidades da força aérea em Embakasi e Nanyuki, cujos membros montaram barricadas na avenida Uhuru, a mais importante da capital do Quênia, e passaram a apoiar ostensivamente os saqueadores.

Ao meio-dia, as tropas do exército saíram dos quartéis e atacaram os redutos rebeldes e a universidade, e investiram contra os saqueadores usando metralhadoras, granadas e até bazucas. O massacre durou quatro horas. Segundo o governo, 200 pessoas morreram no tiroteio, mas testemunhas independentes afirmam que o saldo de vítimas não foi menor do que 700.

No final da tarde do "domingo sangrento", a "Voz do Quênia" divulgou um boletim do palácio do governo afirmando que o presidente Moi continuava no cargo e que a rebelião havia sido sufocada. A repressão desencadeada já na noite do dia 1º de agosto foi feroz e continuou por mais dois meses, quando cerca de quatro mil pessoas, entre estudantes, oficiais e soldados da força aérea, saqueadores e políticos foram presos.

Dois golpes simultâneos

A história do golpe fracassado, o primeiro nos 19 anos de vida independente no Quênia, ainda continua envolta em mistério porque o próprio governo não se preocupou em investigá-lo. Mas as informações que vieram à tona decorrido um ano, indicam que, na verdade, no "domingo sangrento" ocorreram dois golpes simultâneos. Desde março de 82 haviam rumores de que generais da extrema direita estavam descontentes com o governo,

achando que Daniel Arap Moi se mostrava incapaz de controlar a luta interna no partido único União Nacional Africana do Quênia (Kanu). Paralelamente, a jovem oficialidade da força aérea, em sua maioria treinada por instrutores norte-americanos, mostrava-se desiludida com a corrupção e mantinha contatos com intelectuais e líderes estudiantis de esquerda na universidade de Nairóbi.

Há indícios bastante seguros que os dois grupos participaram juntos das primeiras ações golpistas na manhã do "domingo sangrento". Mas depois do meio-dia, tudo mudou. O exército passou a atacar os rebeldes da força aérea que em poucas horas foram quase todos presos. Ao que tudo indica, os golpistas de direita perceberam que o movimento poderia ser levado para rumos mais radicais pelos estudantes e oficiais jovens, decidindo então neutralizá-lo logo. Outras versões afirmam que os generais sabiam da inquietação na força aérea, e que resolveram estimulá-la para depois reprimi-la e assim ganhar poder de influência junto ao presidente Moi.

O certo no entanto é que a rebelião e a posterior repressão puseram a nu perante a opinião pública a crise profunda em que se debatia o governo. Uma crise gerada pelas desigualdades econômicas herdadas do período colonial e que foram mantidas intatas desde a independência. Metade da população do Quênia vive abaixo da linha de pobreza, estabelecida pelo governo em 400 dólares por ano. Oitenta por cento dos quenianos moram no campo, onde o número de pessoas sem terra aumenta na proporção de 2% ao ano. Quatro milhões de pessoas recebem menos de 6% da renda nacional, enquanto um milhão ganha 40% ou mais. Esse mesmo setor, associado com quatro mil fazendeiros brancos, controla 4/5 das terras férteis do país, cuja superfície



Nairóbi: uma cidade moderna, com uma elite europeizada, em contraste com a miséria do resto do país

tem 85% de áreas improdutivas para a agricultura e pecuária.

A extrema desigualdade na repartição das terras é uma herança deixada pelos colonos ingleses que continuaram controlando cerca de 100 fazendas com mais de 400 hectares de área, e 13 outras com mais de 20 mil hectares. Depois da independência alcançada através de um acordo político entre a burguesia local de origem africana e os brancos ligados ao capital estrangeiro, a estrutura econômica do Quênia continuou baseada nas exportações de café, chá, madeira, cacau e frutas tropicais. A industrialização iniciada em 1964 se limitou a substituir produtos importados e se destinou basicamente ao consumo da pequena elite urbana. Hoje, o setor industrial emprega menos de 12% da mão-de-obra do Quênia e o desemprego atinge, segundo cálculos extra-oficiais, mais de 20% da po-

pulação. A estrutura econômica neocolonial entrou em crise quando os preços do café, cacau e chá caíram no mercado mundial. Aí, aumentou a fome e o desemprego numa população que registra um índice de crescimento demográfico de 4%, um dos cinco mais altos da África.

A herança de Kenyatta

Além dos miseráveis expulsos do campo e que se aglomeraram nos subúrbios de Nairóbi, a crise do desemprego afetou também os 250 mil jovens que anualmente deixam a escola secundária e a universidade, sem ter onde trabalhar. As enormes dificuldades da população pobre aguçaram os contrastes com o padrão de vida da burguesia urbana, cujos hábitos são extremamente sofisticados. Isso, sem falar no afluxo de turistas ricos vindos da Europa e dos Estados Unidos para parti-

cipar de "safaris" nas reservas de caça da região do monte Kilimanjaro.

A deterioração econômica colocou também em evidência as debilidades do sistema político surgido após a independência e que teve como base um compromisso entre as elites nacionais e estrangeiras centrado na figura paternalista e autoritária de Jomo Kenyatta. O passado anticolonial e guerrilheiro do antigo dirigente dos *mau-mau* valeu-lhe um enorme prestígio interno ainda na era colonial. Os ingleses souberam manejar habilmente o nacionalismo, preferindo dar a independência para manter o controle econômico, aproveitando-se das debilidades da burguesia queniana. O resultado é que Kenyatta foi se transformando através dos anos num líder no estilo "bonapartista", que distribuiu favores e benefícios para manter a hegemonia dos empresários, em sua maioria ligados à etnia dos *kikuyo*, a mais numerosa do país, seguida pela dos *luo*.

Quando Kenyatta morreu em 1978, ele foi substituído pelo vice-presidente Daniel Arap Moi, um ex-funcionário público que na era colonial trabalhou para os ingleses, enquanto o seu antecessor estava na guerrilha. Moi contou com o apoio de políticos influentes como Charles Njonjo, outro colaborador ativo dos britânicos.

O presidente não pertence à etnia dos *kikuyo* e o slogan que ele adotou logo no início de seu governo foi a expressão "*nyayo*"; que em língua *swahili* significa continuidade, mas também pode ser interpretada como "paz e amor". Moi não tinha no entanto o carisma de Kenyatta e nem possuía a mesma habilidade política. O resultado foi que, na prática, a "*nyayo*" significou um aumento ainda maior da repressão aos dissidentes do regime.

Os meios intelectuais foram particularmente perseguidos com o objetivo de eliminar qualquer

tentativa de reviver as velhas tradições de luta anticolonial e que ainda continuam muito vivas na memória popular. A referência à guerrilha dos *mau-mau* foi praticamente banida. O romancista e teatrólogo Ngugi wa Thiongo, que já estivera preso na época de Kenyatta por causa de livros e peças sobre os guerrilheiros, foi novamente detido e proibido de dar aulas na universidade de Nairóbi. O veterano político opositor Oginga Odinga foi banido após tentar organizar o partido opositor União Popular do Quênia (KPU).

Logo depois da morte de Kenyatta, Moi libertou vários presos políticos, mas tudo não passou de uma manobra destinada a ganhar prestígio nas eleições gerais de 78, vencidas pelos candidatos da Kanu, sem que os dissidentes pudessem concorrer. Logo depois das eleições, o presidente voltou ao sistema autoritário, que a esta altura já apresentava sinais de uma acelerada corrupção. Entre 1979 e 1980, o Quênia enfrentou uma aguda escassez de alimentos, em meio a rumores generalizados de que grande parte da produção de milho e trigo estava sendo contrabandeada para Uganda. No auge do racionamento de milho, Moi resolveu importar o produto da África do Sul, mas nem assim a fome diminuiu.

A corrupção se tornou tão séria que os Estados Unidos fizeram sérias advertências a Moi, que na época alegava falta generalizada de milho no mercado interno, mas o produto estava sendo vendido em Londres por exportadores quenianos. A impotência do governo para anular a corrupção alarmou o presidente Moi que resolveu investir contra a poderosa união de fazendeiros *kikuyo*, a Gema, comprando a animosidade aberta dos principais elementos da burguesia nativa. A vulnerabilidade econômica e os problemas políticos jogaram o governo nas mãos dos



Jomo Kenyatta

Estados Unidos que na época, 1980, estavam interessados em ampliar suas bases militares no oceano Índico.

Acordos militares

Nesse mesmo ano, foi assinado um acordo cedendo aos EUA facilidades na base naval de Mombassa, e na base aérea de Nanyuki. O porto de Mombassa passou a sofrer reformas no valor de 50 milhões de dólares para torná-lo apto a receber porta-aviões gigantescos e submarinos nucleares. A pista do aeroporto de Nanyuki foi ampliada para receber esquadrilhas de aviões F-5 e bombardeiros de longo alcance. Em Wajir, no norte do Quênia, começou a ser construída uma base subterrânea que segundo versões não confirmadas serviria para abrigar foguetes atômicos intercontinentais.

Esse conjunto de três bases servirá de ponto de apoio para a Força de Deslocamento Rápido (FDR), através da qual o Pentágono espera poder interferir em qualquer país africano ou da região do Índico, e que foi criada ainda durante a administração Carter.

Quase na mesma época, o comandante do exército do Quênia, general Abdul Mohammed intensificou a cooperação militar com Israel, Inglaterra e Coreia



Oginga Odinga: banido



Kibaki: corrupção consentida?

to enorme porque denunciou a corrupção de altos funcionários públicos, ministros e até mesmo de parentes do presidente Moi. O prestígio do *Pambana* teve como contrapartida uma campanha de "caça às bruxas" deflagrada pelo jornal *Standard*, ligado a Charles Njonjo e à transnacional britânica *Lonrho*, detentora de enormes interesses mineiros, industriais e financeiros em todo o sul da África.

Às vésperas da rebelião de agosto de 82, o presidente Moi chegou a declarar num discurso oficial que ele estava "encostado na parede". Logo em seguida, depois de uma série de advertências e ameaças de prisão contra deputados dissidentes, o governo forçou a aprovação de uma reforma constitucional declarando a Kanu como partido único *de jure*. A manobra foi articulada pelo ministro dos Assuntos Constitucionais, Charles Njonjo, que segundo alguns jornalistas de Nairóbi já naquela época era o principal rival de Moi dentro do governo.

Depois do golpe fracassado, o prestígio do presidente continuou em baixa apesar do seu governo ter sobrevivido à crise. Ele passou a sofrer pressões dos Estados Unidos para aliviar a perseguição a estudantes e oficiais da força aérea, que foi totalmente desmobilizada depois do "domingo sangrento". A Casa Branca emprestou 30 milhões de dólares, a Inglaterra mais 15 milhões e a promessa de novos créditos a médio prazo. Mas a soma de todas as verbas prometidas não chega para cobrir o déficit de 300 milhões de dólares na balança comercial do Quênia.

Moi passou também a ficar sob vigilância direta dos militares. Depois da rebelião de agosto, um grupo de coronéis começou a fiscalizar todos os atos do governo. Conhecidos nos meios políticos de Nairóbi como os "jovens turcos", os coronéis se mostraram particularmente irri-

tados com as denúncias de corrupção envolvendo os dois principais assessores de Moi, o ministro Charles Njonjo e o ministro do Interior, Mwai Kibaki.

Njonjo é uma das personalidades políticas mais controversas do Quênia. Ele estudou na África do Sul para onde viaja frequentemente. Veste-se no rigor da moda (terno riscado e colete) apesar do clima tropical de Nairóbi e tem ligações de longa data com o governo israelense. Em maio de 83, começaram a circular rumores de que Njonjo estava conspirando contra o governo contando com a ajuda israelense e inglesa. Ele teria ido inclusive à França numa viagem secreta para pedir apoio ao seu movimento.

Em abril, o próprio presidente Moi rompeu o silêncio para insinuar que havia um traidor no governo. Em julho, Njonjo foi demitido do cargo, sem no entanto sofrer qualquer represália. O ex-ministro dos Assuntos Constitucionais foi transformado numa espécie de "bode expiatório" das dificuldades de Moi, que na mesma época anunciou que as eleições gerais seriam antecipadas para 26 de setembro.

O anúncio provocou um tumulto completo nos meios políticos quenianos porque a data fatal para desincompatibilização passou a ser 31 de maio. As eleições foram marcadas antes da realização do congresso da Kanu onde são escolhidos os candidatos do partido que concorrerão nas chapas únicas.

Assim, ao que tudo indica, Moi e a sua equipe na prática decidiram quem podia ser eleito. A nível popular, a convocação das eleições não chegou a provocar grandes expectativas. No final de junho, apenas 10% dos 1.900 mil eleitores tinham regularizado os seus títulos. Praticamente não houve campanha eleitoral por falta de tempo, mas mesmo assim muitos líderes tradicionais da Kanu devem perder seus cargos para políticos mais jovens. ●

2.º Congresso do PAICV

Reforçar a democracia

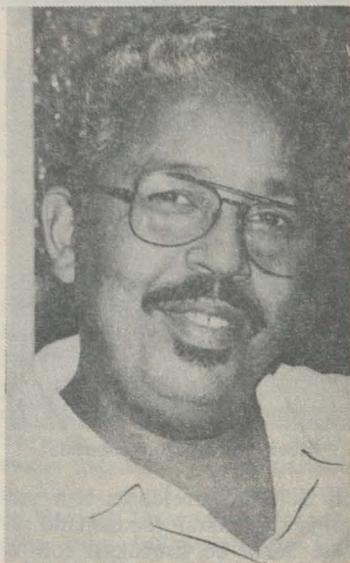
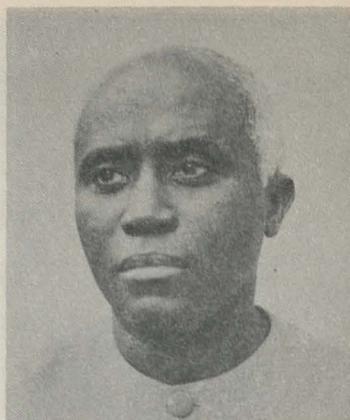
Uma das mais importantes realizações políticas do período pós-independência

Na via de Cabral, reforçar o partido e a democracia, consolidar a independência", foi o lema do 2º Congresso do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, PAICV.

Contando com a participação de 308 delegados eleitos pelos cerca de 6 mil membros que compõem o partido (aproximadamente 4,5% da população maior de 20 anos), o Congresso (21/26 de junho, cidade da Praia) aprovou 17 resoluções, oito teses e elegeu os membros do novo Conselho Nacional.

Considerado como uma das mais importantes realizações políticas do período pós-indepen-

dência de Cabo Verde, o Congresso considerou que para um adequado desenvolvimento econômico, problema central da sociedade cabo-verdiana, se deve aplicar um novo modelo econômico, que garanta a resolução das crescentes contradições internas e externas, aumentando os rendimentos e distribuindo-os equitativamente, assegurando o direito ao trabalho e à habitação condigna, melhoria da assistência social e educação, defesa da independência nacional e empenho na instauração de uma Nova Ordem Econômica Internacional, destinada a diminuir o abismo existente entre países desenvolvidos e aqueles que, tal como Cabo



Aristides Pereira (ao alto) e Pedro Pires: estabilidade política

MAIS DOIS MILHÕES DE ÁRVORES

☐ "Falar da árvore é falar do futuro do nosso país", afirmou Pedro Pires, primeiro-ministro de Cabo Verde, na abertura de uma sessão realizada no mês de julho passado, sobre os objetivos da campanha de reflorestamento do país.

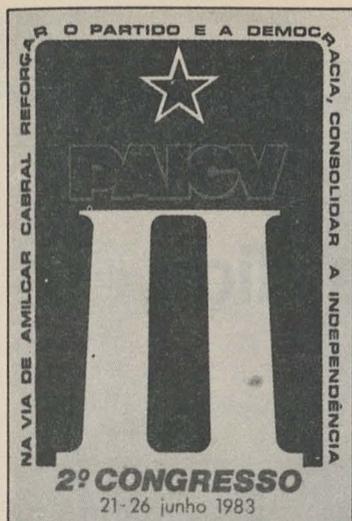
Desde 1976, foram plantadas em Cabo Verde seis milhões e 750 mil árvores, sendo aguardado este ano o período das (eventuais...) chuvas para então se plantar cerca de dois milhões de outras árvores. A campanha de reflorestamento-83 (ano do 2º Congresso do PAICV) foi classificada por Pedro Pires "objetivo nacional", razão pela qual o governo se empenha num amplo esclarecimento

da população. Pretende-se que essa iniciativa seja efetuada pelo conjunto da sociedade. "Todos devem participar: do mais alto ao mais baixo".

Sob o lema "Tomar Cabo Verde verde" a iniciativa do governo foi considerada por Pedro Pires como estando integrada à ampla luta contra o avanço do deserto e à necessidade de "correções no processo de desenvolvimento mundial" e "dos efeitos da industrialização".

Países como a Bélgica, França, Holanda, Estados Unidos, Noruega e Alemanha Federal têm financiado diversos projetos de reflorestamento de Cabo Verde de cuja concretização têm participado ainda a FAO e o Fundo Cabo-Verdiano de Desenvolvimento Nacional.

Este ano pretende-se reflorestar 3.800 hectares de terreno.



Verde, procuram ainda uma forma de desenvolvimento.

As opções ideológicas do passado foram reafirmadas, segundo o relatório do Conselho Nacional apresentado ao Congresso por Aristides Pereira durante mais de oito horas. Aprovado por unani-

midade após longo debate, o relatório do CN considerou este Congresso como "um momento de dinâmica do nosso combate libertador, combate que prossegue contra a miséria, o atraso, a exploração, pelo desenvolvimento".

Um movimento de libertação no poder

Tendo aprovado o programa e estatutos do PAICV, o partido foi definido, segundo o texto constitucional, como a "força política dirigente da sociedade e do Estado". Partindo de uma concepção de democracia nacional revolucionária, começando esta no próprio modo de vivência partidária, o programa agora aprovado define igualmente o PAICV como "um movimento de libertação no poder", significando isso "que as massas participam de fato na gestão da sociedade".

O Congresso, que terminou com um enorme comício do qual participaram milhares de pessoas — que expressaram o seu contentamento através das suas tradicionais formas de expressão cultural, que passam pela música, pelos tambores, pelas palmas e pelo corpo em movimento —, elegeu igualmente os 42 membros do Conselho Nacional. Aristides Pereira, secretário-geral do Partido e presidente da república, obteve 307 dos 308 votos dos congressistas, que elegeram os seus dirigentes em voto nominal e secreto. Nesse contexto, uma inovação de destaque é a participação de mulheres nesse órgão partidário (quatro) até aqui exclusivamente masculino.

Cabo Verde tem agora aprovada democraticamente a orientação política interna e externa que seguirá durante os próximos cinco anos, ao cabo dos quais realizará o 3º Congresso Ordinário do seu Partido, o PAICV. ●

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL

de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Uma organização para uma pátria perdida

As origens de uma luta pouco lembrada

Agustín Castaño

Os espetaculares atos terroristas das organizações armadas armênias ocupam as primeiras páginas da imprensa de todo o mundo, mas passou virtualmente despercebido um fato de maior importância potencial para este povo perseguido: a preparação de uma "organização de libertação nacional" parecida com a do povo palestino, que deveria dotá-lo de coesão e representatividade em função do árduo objetivo da reivindicação nacional.

Em fins de julho, foi realizado em Lausanne, Suíça, o 2º Congresso Armênio, assentando as bases para a organização e propondo aos irmãos da diáspora uma Carta Magna provisória. Os documentos foram depois enviados para as organizações das comunidades estabelecidas em numerosos países a fim de serem aprovados. O terceiro congresso, a ser realizado no próximo ano, deverá ratificá-los e dar origem à organização oficial, se as propostas encontrarem um eco favorável.

Os organizadores da reunião se propuseram a traçar uma "terceira via" entre a apatia do exílio e o terrorismo das facções extremistas (em primeiro lugar, a *Asala*) e esse dilema mostra as dificuldades implícitas na tarefa.

Ag. Novosti



The Armenian Genocide
— first 20th century holocaust



O reconhecimento do genocídio de 1915 "é a condição necessária para qualquer diálogo entre armênios e turcos"

O papel da luta armada

A questão da luta armada é naturalmente o aspecto mais polêmico. Todos os delegados desse povo massacrado pelo império turco em 1915 (um milhão e meio de mortos, dois milhões de refugiados), reconhecem a legiti-

midade da "propaganda armada", mas manifestaram que só "a luta em todas as suas formas" levará à vitória.

"A propaganda armada — é dito no início do documento — colocou novamente no cenário a questão armênia e despertou a consciência nacional do povo ar-



Monumento a um chefe militar numa praça de Erevão, capital da República Socialista da Armênia, na URSS

mênio". Trata-se, portanto, de uma aprovação da violência, mas muitos dos 60 participantes do congresso consideraram que ela deveria limitar-se a objetivos selecionados do regime turco, e que a estratégia política deveria presidir as ações militares.

Na realidade, o terrorismo, centrado sobre o corpo diplomático turco, não conseguirá modificar uma situação que é considerada irreversível pelo governo de Ancara. É verdade, no entanto, que tem chamado a atenção do mundo sobre o monstruoso genocídio perpetrado contra este povo.

Em 1923, foi assinado na mesma sala em Lausanne onde foi realizado o segundo congresso, o tratado que pôs fim ao estado de guerra entre a Turquia (o império otomano) e os aliados ocidentais. Com esse tratado, as potências vitoriosas da primeira guerra mundial concordaram em que a Turquia anexasse definitivamente a Armênia. Desde então, a única entidade nacional existente é a República Socialista

Armênia, na União Soviética, e o resto dos armênios se dispersaram pelo mundo.

Apoio internacional

Os responsáveis pelo massacre de 24 de abril de 1915 foram os dirigentes do império turco e os sucessores republicanos bem que poderiam ter revisto sua posição em relação a esses crimes. Mas, pelo contrário, o governo turco adotou a inaceitável postura de negar a existência do genocídio, contribuindo dessa forma para fomentar o extremismo e o recurso às armas por parte dos ativistas armênios.

É por isso que um dos pontos da carta provisória reza que o reconhecimento do genocídio "é a condição necessária para iniciar qualquer diálogo entre turcos e armênios". Mas enquanto os turcos insistem em negar o óbvio, entre os antigos vencedores da guerra há partidários da revisão do caso armênio. O governo francês, particularmente, é um firme promotor dessa causa no

âmbito internacional e especificamente a nível das Nações Unidas, onde se debate a questão na subcomissão da luta contra as medidas discriminatórias e da proteção das minorias.

Este ano, apesar da tenaz oposição dos representantes turcos, a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas adotou uma resolução que pediu a designação de um relator para que se conclua o estudo sobre o "crime genocida". A decisão deveria ser tomada durante a sessão seguinte da subcomissão que concluirá seus trabalhos ainda neste mês de setembro.

Existe, portanto, a perspectiva de que dentro de uns dois anos o genocídio armênio consiga um reconhecimento internacional que daria um respaldo inestimável a este povo da Ásia Menor.

Se, nesse ínterim, as organizações da diáspora conseguem superar suas divergências com vistas à unidade nacional, a causa nacional armênia terá dado um salto de qualidade. ●

Armênia, essa desconhecida

Com mais de três mil
anos de história, essa nação
ainda luta pela sua soberania

Alberto B. Mariani



Pela fertilidade da região, os armênios se sedentizaram desde a mais remota antiguidade, praticando a agricultura e a pecuária

Sessenta e oito anos se passaram desde 1915, ano em que a nação armênia, herdeira de uma história milenar e de um longo passado de independência política, sofrera os massacres generalizados e deportações maciças perpetradas contra ela pelo império otomano. A chamada "Armênia" foi despojada arbitrariamente do seu direito à autodeterminação pelo Tratado de Lausanne-Ouchy, de 24 de julho de 1923. Porém, parece uma ironia, mas em todas as atas diplomáticas da paz de Lausanne (que conta com 163 artigos e uma de-

zena de convenções e protocolos) não há qualquer referência à Armênia ou aos armênios.

Três mil anos de história

Encravada entre o mar Negro e as atuais extremidades territoriais da União Soviética, da Turquia e do Irã, na antiga Armênia nascem rios célebres, como o Araxe, o Tigre e o Eufrates e nela se encontram os lagos de Sevah (URSS), Van (Turquia) e o Urmier (Irã). O território, dominado pelo Monte Ararat (5.160m), montanha lendária

(segundo a Bíblia, lá teria encostado a Arca de Noé) e o monte Aragaz (4.095m), não tem mais que 150.000km² de território.

Nesses altos planaltos da Ásia ocidental, se instalaram as sete tribos armênias (os *haia*, os *armeno*, os *arim*, os *azzi* etc) vindos do Leste. A grande variedade climática e a fertilidade dessa região permitiram ao povo armênio praticar a agricultura e sedentarizar-se para sempre, desde a mais remota antiguidade. A história da Armênia remonta, assim, a cerca de três mil anos.

No ano 301 d. C, o rei Trindat 3º proclama o cristianismo como religião nacional: foi o primeiro Estado cristão da história. Esse fato antecede 12 anos o "Édito de Constantino" (313 d. C.), que estabeleceu a liberdade de cultos no império romano. Entre 362 e 439 d. C., foi ultimado um alfabeto armênio de 38 letras. O domínio desse alfabeto — pregado por Mesrop Mactotz — vem reforçar a bagagem cultural desse povo.

Em 1080, o príncipe Rubén proclama a independência do novo Reino Armênio de Cílice. Em 1097, as Cruzadas chegam a Cílice recebendo apoio dos armênios na luta pela reconquista de Jerusalém.

Mas, desde o século 11 — sob a alçada do Islã — a Armênia se encontra literalmente cercada para se tornar, ao longo dos séculos seguintes, ou uma província árabe ou um terreno de conquista de diferentes ondas de nômades vindas da Ásia.

Com a queda de Constantinopla (29 de maio de 1453), os armênios foram integrados ao império otomano e assim permaneceram durante seis séculos. Apesar da perda da sua autonomia política e jurídica, o povo armênio gozou, assim mesmo, da tolerância cultural e religiosa do império.

No entanto, no final do século passado, a deterioração das relações entre as duas comunida-

des evoluiu para um verdadeiro genocídio.

Ao longo dos anos de 1894-96, o sultão Abdul-Hamid 2º mandou seus regimentos de "Hamidis" massacrar mais de 300 mil armênios. Em 1909, mais de 30 mil armênios pereceram em Adana (ao sul da Turquia) nas mãos dos "jovens turcos".

No ano de 1915, enquanto a 1ª guerra mundial provocava furor, mais de um milhão e trezentos mil armênios do império otomano, ou seja, dois-terços da população armênia (dois milhões), desapareciam nas províncias de Erzerum, Trebizonde, Bitlis, Diarbekir, Sivas e Kharput. E, enquanto a guerra durava, ninguém vinha sustar o extermínio dos armênios...

Mas, logo, em outubro de 1918, acontece o armistício de Mudrós, a fuga dos "jovens turcos", a entrada dos aliados em Constantinopla e a paz para a região.

O tempo das ilusões

Depois de terminada a 1ª guerra mundial, uma boa parte dos sobreviventes agrupou-se ao sul do Cáucaso, na pequena república de Erevão. Os outros, iniciavam a sua divagação pelo mundo: primeiro o Líbano e a Grécia, depois a Europa e um pouco por todos os continentes.

No ano de 1920, no entanto, um acontecimento de crucial importância iria reencorajar esse povo mártir. Por um breve momento, pôde-se mesmo acreditar que o calvário do povo armênio iria finalmente terminar. A 10 de agosto de 1920, sob a égide do presidente norte-americano Wilson, um tratado de paz era concluído em Sèvres, na França, entre as potências aliadas e o império otomano.

A República Armênia, que durante esse período havia sido criada do lado do Cáucaso (Erevão), apresentava-se, de fato, nas negociações de Paris com o de-



Kemal Ataturk, o primeiro presidente da república turca

sejo de constituir, finalmente, nas suas fronteiras históricas, a pátria dos antepassados. E as esperanças eram bem fundamentadas...

A Turquia, no artigo 88 e 89 do Tratado de Sèvres, reconhecia a Armênia como um "Estado livre e independente" e aceitava que "a fronteira turco-armênia fosse fixada, segundo arbitragem do presidente norte-americano, nas províncias de Trebizonde, Erzerum, Bitlis e Van".

Mas enquanto se aguardava a "arbitragem", um novo elemento iria perturbar os acontecimentos nessa região atormentada.

Mustafá Kemal Paxá (1881-1938), chamado "Kemal Ataturk", marechal do império otomano e chefe do Partido Nacionalista, opunha-se à execução do Tratado de Sèvres e, partindo do território armênio, desencadeou uma verdadeira guerra de reconquista.

Primeiro (1921-22), contra a resistência armênia e contra o exército vermelho; depois, contra os franceses e os gregos que seriam apanhados em Cílice e empurrados até o mar Egeu.

Em 1923, Kemal Ataturk, forte no seu poder carismático, depôs o sultão e instaurou a primeira república turca, da qual seria presidente.

Enquanto os kemalistas obtinham novas vitórias, em novem-

bro de 1922 uma nova conferência a favor da paz no Oriente iria ter início em Lausanne nos salões do castelo de Ouchy.

Os kemalistas encontravam-se de um lado e os representantes das potências aliadas do outro, particularmente a França, a Inglaterra, a Itália, o Japão, bem como a Romênia, a Grécia e a Iugoslávia. Esperando que o problema armênio fosse equitativamente resolvido pelas instâncias internacionais, duas delegações armênicas (uma da Turquia e outra da República do Erevão) encontraram-se na Suíça. Esperaram em vão, numa antecâmara, durante meses, serem admitidas à mesa das negociações...

Aos olhos dos novos negociadores, tudo o que fora assinado três anos antes em Sèvres, não tinha qualquer valor.

Face à intransigência turca, as potências aliadas capitularam: a questão armênia, na conferência de Lausanne, não seria sequer inscrita na ordem de trabalhos... Apenas uma alusão figuraria nos processos verbais: "Armênia, questão não resolvida".

Terminado o tratado de Lausanne, a questão armênia não seria votada ao silêncio de um dia para o outro. Seria ainda falada durante alguns anos, seriam organizadas conferências, seria novamente evocada perante a Sociedade das Nações...mas, rapi-



Interior da embaixada turca em Lisboa, atacada por um comando armênio. Ao lado, Yurtsev Hibroglu, encarregado de Negócios, ferido no atentado



Telefotos ANOP

damente, também ela se tornaria letra morta.

O tempo da raiva

Durante o meio século que se seguirá à conclusão da Conferência de Lausanne, não mais se ouvia falar da questão armênia.

As grandes organizações nacionais armênias, como a poderosa União Geral de Caridade, o Partido *Ramgavar* (de tendência burguesa, mas mantendo paradoxalmente boas relações com a URSS, pois sempre desejou que a Armênia soviética fosse o santuário nacional), o Partido *Dachnak* (socialista e nacionalista, mas excluído do poder em 1921 pelo exército vermelho, tornou-se posteriormente inimigo do movimento comunista), ou grupos políticos mais recentes,

como o Comitê de Defesa da Causa Armênia, não conseguiram reunir, ao longo deste período, nem a catalisação da opinião pública internacional nem o entusiasmo da juventude das novas gerações.

Conseguiram, contudo, manter vivo o "espírito nacional" na memória coletiva do povo armênio, através de comemorações, reivindicações ou de panfletos, mas longe de estarem unidos nos seus esforços políticos e diplomáticos, acabaram por cansar as paixões da diáspora e o interesse da grande imprensa.

Por momentos, pensou-se mesmo que a questão armênia estava morta e enterrada, porém ela ressurgiria 50 anos mais tarde, em Los Angeles, Estados Unidos, a 27 de fevereiro de 1973.

Quase no dia da conclusão do Tratado de Lausanne-Ouchy, em 1923, um homem de 77 anos, Gourkène Yanikian, sobrevivente dos massacres de 1915, faz ressurgir o problema armênio em todos os jornais. Através de um pretexto, convocou para um hotel da cidade de Los Angeles o cônsul e o vice-cônsul da Turquia, abatendo-os friamente a tiros de pistola, e entregando-se, posteriormente, à prisão.

No decurso dos interrogatórios, contaria as atrocidades das quais fora vítima e o extermínio de 26 membros da sua família.

Foi o sinal que muitos jovens esperavam... Uma série de atentados serão cometidos em pouco tempo ali e em todo o mundo, contra os diplomatas e as instituições turcas. A via do terrorismo estava estabelecida!

Primeiro, individual e espontaneamente, depois, a partir de 1975, com a criação da *Asala* (Armada Secreta Armênia de Libertação da Armênia) e dos CJGA (Comandos de Justiceiros do Genocídio Armênio), cada vez mais organizada e estruturada.

Surgirão outras organizações, como o Grupo Orly, a Nova Resistência Armênia e, finalmente, por ordem cronológica, o Exército Revolucionário Armênio, responsável, em 27 de julho de 1983, pelo ataque suicida contra a residência do embaixador da Turquia em Lisboa.

Atualmente, enquanto uma vaga de atentados mortíferos, reivindicados por organizações armênias, continua a desabar sobre o mundo, uma questão se impõe: O que se deverá fazer?

Mais de cinco milhões de armênios esperam: 300 mil entre eles vivem atualmente na França, outros tantos no Líbano e na América Latina, 500 mil nos Estados Unidos, cem mil na Turquia e cerca de três milhões no seio da República Autônoma da Armênia, capital Erevão, na URSS.

“O araratismo é aberto a todos os armênios”

Filho de um refugiado armênio, saído são e salvo dos massacres de 1915, James Karnusian nasceu em Beirute em 1926. Durante os anos 50, estabeleceu-se na Suíça onde, depois de um certo tempo, adquiriu nacionalidade helvética. Diplomado pela faculdade de Teologia de Zurique (1954), é hoje pastor protestante na cidade de Gstaad.

Dedicou toda a sua vida ao problema armênio e faz atualmente numerosas pesquisas sobre a diáspora do seu povo para melhor conhecer a real situação dos seus compatriotas nos diferentes países de asilo, particularmente no Oriente Médio, França e Estados Unidos.

Em 1976, publicou uma obra intitulada “Regresso ao planalto de Ararat” que, além de desejar a recuperação das terras armênias da Turquia e o regresso dos exilados, preconiza a constituição de um movimento de libertação panarmeniano dotado de uma infra-estrutura política (congresso) e financeira (fundo nacional).

As suas idéias fizeram adeptos e o “araratismo” (movimento que ele desencadeou espontaneamente com base nas suas reflexões), passou à ação durante o 1º Congresso Mundial Armênio, em 1979, na capital francesa.

Atualmente, depois do 2º Congresso Mundial de Lausanne (20/24 de julho de 1983), esse movimento parece, de fato, tornar-se uma verdadeira força política alternativa.

Num momento em que os ex-

tremistas armênios intensificam os seus cegos ataques um pouco por toda parte da Europa e ameaçam intensificá-los dentro de pouco tempo, que significado tem o 2º Congresso Mundial Armênio de Lausanne?



James Karnusian (à dir.), sendo entrevistado por A. Marantoni em Lausanne

— É a nossa mensagem alternativa! Os armênios, em geral, não gostam da violência. Se atualmente existem grupos que se insurgem, é porque ninguém lhes propõe uma solução aceitável para o problema armênio.

Quanto a nós, esperamos levantar uma plataforma política e diplomática, estruturar a diáspora, dar-lhe meios para se transformar numa força política ativa, com o objetivo de obter da comunidade internacional um estatuto legal e o reconhecimento diplomático dos nossos representantes, como a obtida por uma entidade não-governamental.

E isso, com o objetivo de abrir finalmente um diálogo de igual para igual com a Turquia e tentar sair deste impasse que já dura mais de 60 anos.

E quais seriam as etapas a seguir?

— Primeiro, estruturar a nossa organização à semelhança do Conselho Nacional Palestino. Ou seja, constituir um Congresso Nacional Armênio com delegados de todas as tendências políticas e de todos os continentes onde se instalou a diáspora.

Depois, atuar ao nível político e diplomático para que os Estados da comunidade internacional façam pressão sobre a Turquia para que reconheça o genocídio armênio de 1915.

Fazer com que, por exemplo, os membros das Nações Unidas compreendam que é indispensável que a ONU aprove o parágrafo 30 do relatório da subcomissão dos direitos humanos relativo a essa terrível página da história. Por fim, pressionar o governo de Ancara para que encontre em conjunto uma solução pacífica e construtiva.

*Não lhe parece que esse pro-
terceiro mundo - 69*

reto está quase nos limites da utopia?

— Eu não tenho falsas ilusões. Sei que a nossa tarefa é difícil. Mas, o que é que você quer? Será necessário passar por tudo isso se pretendermos que um dia a causa armênia seja reconhecida!

A que representatividade pode aspirar esse movimento?

— As pessoas que participaram do 2º Congresso Mundial Armênio, mesmo que não representem oficialmente os nossos partidos tradicionais, encarnam simbolicamente todas as comunidades da diáspora. É verdade que houve muitas deserções, mas é igualmente necessário considerar a extrema tensão que existe neste momento, em todo o mundo, devido à causa armênia.

Houve problemas de deslocamento, problemas de segurança, de vistos etc. Mas nós pudemos, assim mesmo, concluir os nossos trabalhos.

Passaram 60 anos desde a data em que se deu o genocídio e nada de concreto foi feito pelos partidos tradicionais armênios no exílio... O que deveríamos fazer? Continuar a esperar,

ou tentar, com a ajuda dos armênios de boa vontade, outros caminhos?

O "Araratismo" não se fecha a qualquer partido político. É acessível a todas as organizações bem como a todas as pessoas de ascendência armênia, cujas opiniões e convicções correspondam ao nosso programa.

Onde se situa exatamente essa organização?

— Ela não se situa nem à esquerda nem à direita do xadrez político. As suas bases ideológicas são nacionais e democráticas e inscrevem-se na mesma linha dos movimentos de libertação nacional do século 20.

Como lhe disse, nós não queremos fazer concorrência a ninguém. O que nós queremos é ultrapassar as disputas partidárias e estêreis que marcam a história dos nossos partidos políticos. E a nossa mensagem é suficientemente clara: unamo-nos primeiro, para que a identidade armênia ameaçada sobreviva, e quando a nossa organização se tornar forte, encontraremos um caminho!

Ouvindo-o, identifico-o mais com a figura de um chefe político do que com a de um pastor... Como é que na vida de todos os dias consegue conciliar as duas coisas?

— Não é difícil... Não esqueça que sou um pastor protestante. É algo completamente diferente de ser um padre católico... Na nossa missão, o protesto contra a injustiça é automático. Como não protestar, quando um povo, como o meu, é injuriado dessa maneira?

Não existe, então, qualquer contradição entre a vida religiosa e a sua vida política?

— De forma alguma! Lembre-se dos profetas do Antigo Testamento: a ação por eles desenvolvida não era política? Como os primeiros cristãos da história, eu também obedeço às leis e às instituições terrenas. Mas, ao mesmo tempo, e sempre como cristão, por acaso poderei calar sobre a questão humana? E não é por coisas que eu luto: o problema armênio, antes de ser uma questão política, é uma questão humana. (A. B. Mariantoni) ●

FUNDADO EM LAUSANNE CONSELHO NACIONAL ARMÊNIO

□ Acontecendo quase ao mesmo tempo que os atentados de Bruxelas (14 de julho: assassinato de um diplomata turco) e do aeroporto de Orly, na França (15 de julho: atentado à bomba nos balcões de recepção da *Turkish Air Lines*, que provocou seis mortos e uma dezena de feridos graves), ambos reivindicados pela *Asala* e pelos "Justicheiros do Genocídio Armênio", o Congresso Mundial Armênio levou a Lausanne mais jornalistas que propriamente congressistas.

Todo o resto, com exceção de alguns incidentes com representantes da imprensa turca, se desenrolou segundo o previsto.

Finalmente, após quatro dias de trabalho (de 21 a 25 de julho) foi redigida uma "declaração solene" (vivamente contestada pelos ausentes, particularmente pelo Comitê de Defesa da causa



armênia) que ratifica a fundação de um Conselho Nacional Armênio, como uma alternativa às ações terroristas e à passividade dos partidos políticos tradicionais.

A maioria silenciosa da diáspora armênia, mesmo que não tenha estado fisicamente presente na reunião de Lausanne, observa essa experiência com muito interesse.

Uma ilha em chamas

Os distúrbios inter-raciais servem de pretexto para o regime se manter e reprimir seus adversários

Narinder Kosbla

Uma nova onda de violência étnica se abateu sobre o Sri Lanka. O fenômeno é cíclico, pois em sua origem se encontra a secular contradição entre a maioria cingalesa (72% da população) e a minoria *tamil* (12,6%). Porém, o choque que sacudiu a ilha em fins de julho passado, prolongando-se nas semanas seguintes por causa de duras medidas repressivas, não só foi de extrema gravidade, como também serviu de pretexto para acentuar o autoritarismo governamental.

A farsca que explodiu a pólvora foi acesa por um grupo de guerrilheiros tamis que matou 13 soldados. As "batidas" das forças policiais levaram às prisões de Colombo numerosos suspeitos de participação no atentado. Estes foram massacrados no próprio presídio por detentos cingaleses. Na capital, numerosas casas comerciais e moradias tamis são arrasadas e incendiadas. Há choques no norte, onde reside a maior parte da minoria étnica de origem indiana assim como na zona das plantações de chá, onde o grosso dos trabalhadores são tamis. Alguns calculam serem 300 as vítimas fatais; outros, dão números muito superiores.

Embora tenha sido imediatamente imposto o toque de recolher e fossem adotadas medidas de emergência, o aparato policial-militar foi incapaz de frear os desmandos, saques e crimes que



Bandaranaike: a oposição censurada



Jayewardene: abuso do poder

se propagaram na ilha nos primeiros momentos. E surgem denúncias sobre um comportamento permissivo das forças de

segurança que não teriam intervindo — podendo fazê-lo — em diversos saques e ataques.

Como as forças armadas e a polícia são corpos nos quais a população *tamil* é abertamente discriminada em favor dos cingaleses, e como é indiscutível a brutalidade com que os soldados executam as ordens de reprimir os tamis, pode-se prever que o ressentimento que deixarão esses tristes acontecimentos fará ainda mais difícil a já tensa convivência.

Um abuso sem precedentes

Nessas condições, é compreensível que o governo do presidente Junius Jayewardene tenha imposto medidas de exceção, porém a perseguição simultânea de todos os seus adversários políticos, relacionados ou não com a causa *tamil*, constitui um abuso autoritário sem precedentes. O governo declarou fora da lei três pequenos partidos opositores de esquerda, prendendo seus dirigentes; pôs em vigor uma censura total proibindo o órgão do Partido da Liberdade da ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike, que constitui a principal oposição, e virtualmente privou de seus mandatos os 16 deputados da Frente Unida de Libertação Tamil (Tulf), que eram os únicos parlamentares de oposição na Assembléia cingalesa de 160 cadeiras. Essa proibição atinge a todos os grupos que advoguem pelo separatismo.

O Tulf favorece o separatismo, expressando assim os desejos unânimes da minoria étnica, porém o faz por via legal, ao contrário dos responsáveis pelos atentados e atos terroristas, os "tigres tamis", assim chamados para fazerem o contraste com o símbolo do leão de Sri Lanka. Esses grupos guerrilheiros não creem que pela via democrática se chegue a uma organização estatal autônoma e se lançaram à luta armada. O Tulf e seus par-

terceiro mundo - 71



A onda de violência inter-racial deu ao regime o pretexto para a repressão generalizada



lamentares constituíam o único interlocutor institucional do regime para debater os problemas inter-raciais. E ao exigir dos 16 deputados que renunciem ao separatismo como condição para poderem regressar ao Parlamento, o governo os está empurrando a um beco-sem-saída.

Se antes dos sangrentos fatos já se notavam sintomas de que o Tulf estava sendo suplantado pelos "tigres" na simpatia da população *tamil*, essa tendência seguramente se agravará nesse contexto e portanto cabe aguardar que o círculo vicioso da violência continue girando com seu rastro de morte e destruição.

No campo econômico-social, o saldo é lastimável. Tirando os multimilionários danos diretos causados pelos saques e incêndios, calculam-se em 150 mil as possibilidades de trabalho perdidas. E o golpe sobre o turismo, uma das principais fontes de receita da bela ilha, será fatal a curto prazo, e de uma lenta e difícil recuperação.

Um golpe de estado

No plano institucional, o Partido Nacional de Jayewardene já se tornou na prática uma ditadura. Obteve um resultado limpo nas eleições de 1977 e, como na

ilha está em vigência o sistema parlamentar do tipo britânico, de maioria simples em cada circunscrição, a simples vitória implica que a nível nacional quase todas as cadeiras podem ser ocupadas pelo partido vitorioso.

Apesar de o Partido da Liberdade ter obtido uma porcentagem importante da votação, não ganhou uma só cadeira parlamentar. Por sua vez, o Tulf ganhou os 16 lugares exclusivamente em áreas de maioria *tamil*. Porém, Jayewardene aproveitou essa maioria de mais de dois-terços no Parlamento, para impor um sistema autoritário e evitar o recurso às eleições. Sua fórmula consiste em utilizar a maioria para a auto-renovação do mandato dos parlamentares atuais, uma vez concluído seu período. Esse temor às eleições revela que após sete anos de um governo de direita, as forças progressistas e de oposição em geral, estão capitalizando o descontentamento e poderiam infligir ao Partido Nacional uma derrota semelhante à que sofreu em 1977.

Se o projeto de se manter indefinidamente no poder sem convocar a população a votar já era seguido implacavelmente pelo regime, a onda de violência deu-lhe outro pretexto, que será empregado com a mesma falta de escrúpulos demonstrada em sua trajetória política.

Por enquanto, não se divisa a menor esperança de uma solução ao problema inter-racial. Este foi criado durante o domínio britânico no Sri Lanka. Os ingleses atraíram camponeses tamis do sul da Índia para as plantações de chá, introduzindo uma discórdia que deitou raízes nesse país de 15 milhões de habitantes. Nada há em comum entre cingaleses e tamis. Seus idiomas, suas religiões e suas tradições são diferentes e os tamis são objeto de distintas formas de discriminação. Foi cavado um fosso que parece destinado a se perpetuar. ●

“Lutar até o fim”

O ex-administrador apostólico de Dili denuncia a repressão indonésia sobre o povo maubere

Baptista da Silva/Carlos Pinto Santos

O monsenhor Martinho Lopes é, inegavelmente, uma das testemunhas mais bem informadas e melhor colocadas para falar sobre a situação vivida em Timor Leste desde que aquela antiga colônia portuguesa foi invadida pela Indonésia, a 7 de dezembro de 1975. Vigário-geral na época, o monsenhor Martinho Lopes é nomeado administrador da Diocese, em 1977, após a saída do seu antecessor, d. José Joaquim Ribeiro, de nacionalidade portuguesa, que regressou ao seu país.

De lá para cá, d. Martinho Lopes torna-se porta-voz de uma igreja que vive e sofre com seu povo, que não se submete às pressões e desígnios dos invasores. Pelo contrário, denuncia as suas barbaridades e injustiças, e, corajosamente, rompe o bloqueio a que a ilha está sujeita, fazendo chegar ao exterior o ideal de independência pelo qual os mauberes aspiram, lutam e morrem.

No princípio do corrente ano, monsenhor Martinho Lopes pede o afastamento do cargo que exercia — a “conselho do Vaticano”, como nos diz —, ato que foi encarado com preocupação por todos aqueles, católicos ou não católicos, que acompanham atentamente a esquecida resistência em Timor Leste. Preocupação acrescida pelo fato do seu sucessor — monsenhor Ximenes —, embora de nacionalidade maubere, se encontrar há longos anos



D. Martinho: agora, no exílio

ausente do território, desde antes da invasão pelas tropas do regime de Suharto.

Com sessenta e poucos anos, de baixa estatura, monsenhor Martinho Lopes mostra-se um homem simples e de grande humanidade. O seu relato não é de um comentador distante das situações e dos intervenientes, é antes o testemunho sincero de quem lá esteve, viu, ouviu e falou.

A entrevista que nos concedeu e que transcrevemos a seguir, foi realizada em Lisboa (na redação de cadernos do terceiro mundo), capital do exílio a partir de agora para d. Martinho Lopes.

Quando saiu de Dili?

— A 17 de maio passado. De lá, segui para Jacarta, onde estive

nove dias, após o quê parti para Roma, onde me avistei com o papa, com monsenhor Casaroli e outros altos dignatários da igreja.

A minha ida a Roma, além de constituir um pretexto, tinha por objetivo avistar-me com o Santo Padre a fim de esclarecê-lo acerca da situação eclesiástica em Timor Leste.

Porque razão afirma ter sido um “pretexto”?

— Se eu dissesse que ia diretamente para Portugal não me deixariam vir, ficaria indefinidamente em Jacarta. Ora, como o objetivo da minha saída era ir a Roma para me entrevistar com o Santo Padre, pude abandonar a Indonésia coberto de uma certa imunidade diplomática. As minhas malas não foram revistas, e, em geral, as revistas são muito rigorosas, pois têm medo que saia algum documento ou qualquer coisa parecida.

Quais os motivos da sua renúncia à frente da Diocese de Dili?

— A renúncia foi-me aconselhada. E como o conselho veio lá do alto — da Cúria Romana — achei oportuno segui-lo. Um conselho nessas condições passa a ser uma ordem.

Como interpreta esse conselho?

— Talvez porque nessa altura corriam rumores de que os indonésios pretenderiam liquidar-me. Eu não me importava de continuar, pois se morresse, morria no meu posto.

Além de lhe salvaguardar a vida, pensa que o Vaticano poderá ter sido levado a tomar essa atitude como reflexo de pressões exercidas pela Indonésia?

— Talvez ambas as coisas. Ao mesmo tempo, talvez quisessem poupar a minha saúde, abalada por oito anos de permanente tensão nervosa.

“Um direito transcendental”

Como encara a posição que a comunidade internacional tem tido em relação ao drama vivido pelo povo de Timor Leste durante estes oito anos de guerra?

— Tenho refletido muito sobre esse assunto. Penso que tanto as nações européias como os Estados Unidos da América não estão sendo muito coerentes com as posições que defendem ou dizem defender.

As nações européias, cristianizadas há séculos, sabem muito bem o que são direitos humanos violados em Timor. Mas essas nações olham para a Indonésia e ficam hipnotizadas por aquela riqueza toda, todo aquele poderio econômico, todo aquele vasto mercado. E, em virtude desses interesses econômicos, põem então em segundo lugar os direitos legítimos do povo de Timor Leste. Ora isso não pode ser!

O direito do povo maubere é um direito transcendental. Não

há aqui respeito por uma hierarquia de valores!

Todos eles dizem defender os direitos humanos — os Estados Unidos da América também —, mas quando chega o caso de Timor, parece que se esquecem desses princípios...

Veladamente, porém, essas nações, como que se desculpando das suas posições, invocam o fato de a Fretilin “ser comunista”...?

— Ao longo desses oito anos de guerra, o que eu constatei é a ânsia dessa gente ser independente. O povo, o povo católico, não pensava em comunismo ou não comunismo.

Pouco tempo antes de eu vir embora, os que estão no mato — os próprios guerrilheiros — pediram à igreja dois padres a fim de receber assistência religiosa. Eu pensei e autorizei, pois também eles são filhos de Deus.

Antes da invasão indonésia,

que idéia tinha a Fretilin?

— Após a guerra civil, a Fretilin dominou todos os restantes partidos políticos. O movimento tomava conta de praticamente todo o Timor Leste. Evidentemente que os homens são sempre homens, com as suas qualidades e os seus defeitos. De início, houve alguns excessos, massacres e prisões indiscriminadas que suscitaram o temor e a apreensão de muita gente. Mas era o início, e eles próprios não estavam preparados para o que se aproximava. Naquela altura, já sabíamos que a Indonésia ia atacar Timor. O que não sabíamos era o dia e a hora em que iriam desencadear esse ataque. A Fretilin também o sabia, pois transportava todo o armamento para a montanha.

A Fretilin contava com uma grande adesão popular...

— Sim, sim. Como movimento político, eles queriam a independência e nesse sentido procuravam organizar a vida.

OS INDONÉSIOS PREPARAM UMA NOVA INVASÃO

No início de agosto foi confirmada uma denúncia que a Fretilin vinha fazendo há algum tempo: o governo indonésio já começou os preparativos para uma invasão em larga escala de Timor Leste. A confirmação partiu do próprio comandante-chefe das forças armadas indonésias, general Benny Murdani, que declarou que “desta vez, não haverá misericórdia. As forças armadas utilizarão todos os meios que possuem numa operação de limpeza para varrer os rebeldes que restam da Fretilin”.

Oitenta mil homens estariam prontos para participar da nova invasão, além dos 35 mil que já estão a caminho de Timor em substituição às tropas que ali estão estacionadas e que se recusam a combater.

O primeiro-ministro de Vanuatu, Walter Lini, reagiu à notícia estabelecendo contatos com os países do Pacífico para que forcem a Indonésia a esclarecer o que pretende fazer em Timor Leste.



Diante da possibilidade de uma nova invasão, a Fretilin se mobiliza para resistir às tropas indonésias

Eu, pessoalmente, não tinha nada contra eles. A maior parte dos seus dirigentes tinham sido meus alunos no Seminário, conhecia-os bem.

Após a invasão dos indonésios foi o terror, a guerra e a fome...

— Foi terrível. No princípio, a maior parte da população fugiu para o mato e os que ficaram na cidade estavam em situações muito precárias.

A ajuda humanitária internacional não chegava a Timor Leste?

— Sabem, muitos países e organizações mandavam para lá comida, roupas e medicamentos — isso não é para falar mal, mas é a realidade — mas só 10/20% é que eram dados à população; 80 ou 90% ficavam nos bolsos dos indonésios. Os indonésios querem ser eles próprios a distribuir essa ajuda. Criaram até uma organização sua para isso. Dão a quem eles querem, e o resto trocam por dinheiro...

E a Cruz Vermelha Internacional?

— As organizações humanitárias não podiam fazer mais porque não podiam. Se comessem a exigir muito, os indonésios logo lhes diriam: “menino... vai embora!” Eram expulsas.

Só para dar um exemplo: o milho que a Austrália deu, em vez de ser distribuído, não senhor, foi armazenado. Só quando estava verdadeiramente intragável é que o distribuíram. Havia gente que pensava que aquilo fazia parte de um plano para matar todo mundo.

Internacionalmente afirma-se que, nesses últimos oito anos, te-rão morrido 200 mil mauberes?

— É muito difícil contar os mortos. Ninguém os contou. São os indonésios que não querem que eles sejam contados. Mas terão morrido entre 150 e 200 mil em virtude da guerra e suas con-



Uma das consequências da guerra é a fome, que causa muitas vítimas

sequências. A fome é uma consequência da guerra.

Os timorenses alimentam um sentimento de rejeição pelo indonésio invasor do seu território?

— Os timorenses sentem cada vez mais uma certa relutância pelos indonésios.

“Vocês dizem que são nossos irmãos, que vêm para nos ajudar. Então, não entendemos. Se são nossos irmãos, por que nos roubam? Por que razão violentam nossas mulheres e filhas? Que raio de fraternidade é essa?”

Antigamente, ai daquele que se metesse com a mulher de um timorense. Hoje em dia, ele tem medo de protestar, mas a ferida está lá dentro e não vai sarar. Quando ele se sentir com forças novamente, ai do indonésio!

A sua casa também era revistada?

— Sim, muitas vezes.

“Xanana tem tudo nas mãos!”

Sabemos que o senhor teve um encontro secreto com Xanana Gusmão, o dirigente máximo da Fretilin. Pode nos contar alguns pormenores desse encontro?

— Evidentemente, foi um encontro secreto. Se os *bapas* soubessem, podíamos muito bem ir para a prisão. Ele mandou-me um contato pedindo-me esse encontro e eu não disse nada a ninguém. Queria se encontrar comigo na própria sede do Conselho...

O quê? Em Dili?

— Não. Em Lospalos, na ponta leste da ilha. Eu disse que não, pois os indonésios aí tinham muitos espíões, muitas polícias secretas, e que ele não fosse ser apanhado, ficando eu também em maus lençóis e com a consciência pouco tranquila.

Que impressão lhe ficou desse homem, conhecido internacionalmente?

— Ele é o motor e o impulsor da resistência. Por acaso, esse rapaz é da minha terra, conheço-o bem. Teve muito tempo no seminário, é um autodidata. É um rapaz bastante moderado. Os que passaram pelo seminário, geralmente são mais moderados. Como o Nicolau Lobato, que foi de fato um grande herói.

Agora, o Xanana tem tudo nas mãos. As Falintil (Forças Armadas de Libertação do Timor Leste, braço armado da Fretilin), que são as forças da guerrilha,

constituídas na sua maioria pelos timorenses que serviram no exército português, os sargentos etc..., obedecem-lhe cegamente.

Segundo afirma a Fretilin — o que é indesmentível, dada a enorme documentação fotográfica que conseguiu chegar ao exterior — foram entabuladas conversações com os indonésios, em março passado. O senhor estava a par dessas conversações?

— Eu soube logo, em março. As conversações aconteceram entre 21 e 23 desse mesmo mês.

Conhece, pois, os seus dois principais interlocutores?

— Sim. O coronel Purwanto, comandante supremo das forças indonésias estacionadas em Timor, e Xanana.

Apesar de inicialmente terem confirmado as conversações — e implicitamente o cessar-fogo —, os indonésios viriam posteriormente a negar a assinatura de qualquer acordo com a Fretilin. Numa aparente manobra de contra-informação, o regime de Suharto divulgou uma versão segundo a qual o que aconteceu foi a rendição das forças da guerrilha.

— Isso é inteiramente falso. Eu estava lá e sei que não houve nenhuma rendição. Eu próprio cheguei a falar com o mensageiro da Fretilin que trazia os recados de Xanana e levava para o mato os recadinhos dos indonésios. Ele mesmo me disse: "Rendição? Não, não. Estamos dispostos a lutar até a morte, até o último homem, até a última bala".

Principalmente agora que a Fretilin se mostra melhor organizada depois da reestruturação de 1981. Pareceria, no mínimo, contraditório...

— Exatamente. Dizia-se que eram uns cento e tanto, mas em 80, os indonésios mobilizaram mais de 30 batalhões, arrastando

velhos, crianças e mulheres timorenses naquilo que chamaram de operação "Cerco e Aniquilamento" e mesmo assim não conseguiram dar cabo deles.

O próprio ministro da Defesa indonésio me mandou chamar a Baocao e eu lhe disse que não havia o direito de arrastarem a população para essa operação. E até crianças. Foi um grande trauma.

"Só quem não conhece os indonésios..."

Mas como então interpretar essas afirmações e desmentidos por parte dos indonésios?

— Só quem não conhece os indonésios poderá se admirar. Eu os conheço há muito tempo e sei que são assim: vão sempre mentir, mentir, mentir... Até existe um ditado que circula em Timor e que diz assim: "Quem não mente nem rouba não é indonésio".

Há muita gente que pensa: "como é que a Indonésia, sendo um país poderoso e muito rico, tendo uma população enorme e um exército gigantesco e bem armado, gozando do apoio declarado dos Estados Unidos da América, é levado a assinar um acordo com um movimento de guerrilha que conta com sete mil homens armados. O que levará esse gigante a negociar com um pigmeu"?

— Não sei se, de fato, o acordo foi assinado. Sei, isso sim, que esse papel que Xanana mostra ao coronel Purwanto são as condições postas pela Fretilin. As fotografias mostram isso, mas não sei se houve assinatura.

Os indonésios, porém, podem ter sido levados a fazê-lo por muitas razões. A primeira das quais reside no fato de deverem estar cansados da guerra. Têm baixas e depois há muitos deles que não concordam com a guerra em Timor. E haverá muitos que estarão do lado da Fretilin.

Em 1981, um batalhão inteiro entregou as armas à Fretilin e veio embora. Eu não estava presente, mas sei que foi realizado um tribunal militar em Jacarta que condenou todos os soldados.

Um batalhão tem 700 homens...

— Sim, é isso. Além disso, o "pigmeu" tem um ideal, e por isso sente o moral muito alto, ao passo que os indonésios vão porque são obrigados a ir.

A Fretilin afirma que já morreram em Timor 40 mil indonésios, isso sem contar com os feridos e os inválidos. Poderá confirmar a veracidade desse número?

— Não, não tenho qualquer número. E, evidentemente, os indonésios também não o dão. Pretendem a todo custo que isso não cause alarme entre a tropa. Alguns são enterrados em Dili, mas depois de exumados são enviados para Jacarta.

Mesmo no cemitério chegam a trocar os nomes. Em vez de um nome indonésio põem um nome católico...

Não acha que se não houver um referendo de auto-determinação ao povo, sob a supervisão da ONU, a guerra irá prosseguir?

— O primeiro passo foi dado e penso que foi positivo. Agora o segundo e o terceiro é um ponto de interrogação. Se chegarem a acordo quanto aos passos que se deverão seguir, muito bem. Senão, estou convencido de que a guerra irá continuar, pois a Fretilin não está disposta a transigir.

Acha que será possível a Indonésia liquidar a Fretilin?

— Possível pode ser, mas será muito difícil. Sabem, quando um povo está determinado — e eles já têm oito anos de guerra — é muito difícil.

Eles têm táticas que os europeus certamente não conhecem. Esses oito anos deram-lhes uma

experiência tática enorme, o que é reconhecido pelos indonésios. O timorense tem de fato um sexto sentido para a guerra.

Qual era o moral da população de Dili quando o senhor veio embora?

— Já recebi cartas depois disso — e o Santo Padre também — em que me pediam que eu voltasse para lá. O mesmo disseram ao senhor Nuncio.

Eu, por mim, tinha ficado, mas a ordem veio de cima...

Gostaria de voltar?

— Sim, mas eu obedeco à Santa Sé.

Pensa que, apesar da sua vinda, a igreja continuará a desempenhar o papel de testemunho de verdade como até aqui?

— Estou certo que sim, muito embora, talvez, com menos intensidade. Mas penso que sim, pois os padres estão prontos a dar esse testemunho. Com a vida se for necessário.

Chegaram a ser assassinados padres?

— Não, felizmente nunca.

Como os indonésios vêem a ação desempenhada pela igreja em Timor?

— Têm medo de ouvir a verdade.

Não receia que algumas forças de opinião, ou mesmo setores da igreja, possam acusá-lo de ser um simpatizante da Fretilin?

— Se sou simpatizante da Fretilin é na medida que eles defendem a independência e eu sou timorense.

A missão que me dei é tentar sensibilizar as nações européias e os Estados Unidos da América que se afirmam empenhados em defender os direitos humanos. Se estão empenhados, então que sejam coerentes.



Purwanto (à esq.) e Xanana Gusmão: as primeiras conversações

Falou disso ao papa?

— Sim, disse-lhe que o povo timorense está determinado a lutar até o fim. O mesmo disse ao

monsenhor Casaroli.

A igreja está a par do que se passa lá, não pode invocar ingnorância. ●

A batalha diplomática

Alberto C. Alves

O embaixador maubere junto às Nações Unidas e membro do Comitê Central da Fretilin, José Ramos Horta, analisa as consequências das conversações entre a Frente de Libertação e a Indonésia. “É o primeiro grande reconhecimento da Fretilin”, assinala.

De 21 a 23 de março realizaram-se conversações entre o comando da Fretilin e responsáveis militares indonésios. Qual a evolução? Há mesmo cessar-fogo?

— Temos conhecimento de que há, de fato, um cessar-fogo. Tem havido, inclusive, trocas de informações e, mesmo livre trânsito entre as áreas controladas por ambas as partes. Os guerrilheiros da Fretilin têm-se movi-

mentado muito.

A Indonésia deu algumas garantias quanto à retirada das suas tropas de Timor Leste?

— O coronel Purwanto enviou para o presidente Suharto da Indonésia as exigências do Conselho Revolucionário de Resistência Nacional. Estamos à espera de sinais do governo indonésio quanto à exigência da Fretilin de o secretário-geral da ONU ser formalmente avisado acerca da existência de conversações.

De qualquer maneira, estamos em presença de informações contraditórias. Recentemente os indonésios negavam qualquer espécie de conversação. Agora acabam de confirmá-las na ONU.

— Ainda não podemos chegar



Nas áreas libertadas, os mauberes mantêm sua unidade. Acima, eles dançam num acampamento

a conclusões definitivas. As declarações e contra-declarações vão continuar. Na certeza de que o cessar-fogo visa atingir determinados objetivos a certo prazo. Teremos paciência.

Preparados para o pior

A Fretilin não receia estar na presença de uma manobra concebida pela Indonésia para aliviar a pressão e tentar virar os acontecimentos a seu favor, aproveitando o cessar-fogo?

— Não. Nós encaramos as conversações preliminares com uma grande abertura. Temos um grande empenho no sentido de que essas conversações tenham resultados frutíferos. É claro que os combatentes estão bem avisados. Desejamos o melhor, mas estamos preparados para o pior.

E o trabalho a nível da ONU?

— A diplomacia indonésia continua a dar tudo para eliminar a questão das agendas da ONU. Por exemplo, no momento atual está empenhada no Comitê Geral em evitar que a questão entre na agenda definitiva da 39ª Sessão.

Mas não é um pouco contra-

78 - terceiro mundo

ditório com o que se passa em Timor Leste decorrente do processo aberto com as conversações de março?

— Em todos os processos diplomáticos há muitos truques. Bombardeiam num lugar para obterem margem de manobra. São contradições normais em processos de negociação. Ao mesmo tempo que iniciam conversações, intensificam o seu esforço diplomático para possuírem trunfos nas negociações com a Fretilin. É muito complexo e estamos cientes disso.

Não se vislumbra muito bem como é que os últimos acontecimentos permitam que a Indonésia derrote a moção que a tem condenado sistematicamente...

— Bom, nós já tínhamos iniciado o estudo das várias alternativas em função dos resultados da última Assembleia-Geral, inclusive o recurso ao Tribunal Internacional de Haia.

Quando da minha visita à Suécia e Finlândia, fiz várias sondagens nesse sentido abarcando, também, as perspectivas que se abrem com a posse do governo trabalhista na Austrália. Vimos, por exemplo que se adotássemos outro ângulo de ação, po-

deriam votar conosco.

E esse novo ângulo poderia ser precisamente o recurso a um órgão judiciário internacional ao qual os países podem recorrer quando há posições conflituosas. Seria difícil a Indonésia fugir às consequências políticas geradas por uma resposta inequívoca a uma consulta ao Tribunal Internacional de Haia.

No entanto, o fato de a Indonésia ter iniciado os contatos com a Fretilin implica, em primeiro lugar, o reconhecimento da Fretilin, o que sempre negou. Tudo isso é encorajador. Toda a documentação, as fotografias sobre os encontros e a vida nas zonas libertadas vão dar-nos imensa força na ONU.

E ações para sensibilizar o mundo?

— Claro. Desenvolvemos esforços nesse sentido. Por exemplo, o interesse continua no Congresso do EUA. No ano passado, quando Suharto visitou Washington, houve duas cartas de apoio à causa do nosso povo por parte de 84 membros do Congresso e de 23 do Senado. Durante a recente visita do primeiro-ministro australiano, Bob Hawke, 72 membros do Congresso, tanto republicanos como democratas, escreveram-lhe uma carta bastante forte que refletia as posições que temos defendido.

Neste momento, estamos em fase de constituição de uma comissão internacional composta por personalidades dos meios artístico e literário, incluindo alguns prêmios Nobel, que vão emprestar a sua força moral à causa do povo maubere. Entre eles figura, por exemplo, d. Hélder Câmara, bispo do Recife.

Temos também em perspectiva uma grande Conferência a ser realizada em Boston, na Universidade de Harvard, com a colaboração do MIT e Yale. Durará uma semana, e haverá exposições de poesia e literatura timorense. ●

Opep

A tempestade passou

Algumas divergências ainda sem solução não impediram que a unidade fosse alcançada

Pablo Piacentini

Depois de ter conhecido a crise mais grave de sua história, a Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep) cerrou fileiras e está recuperando lentamente o controle do mercado de sua matéria-prima.

O efeito mais palpável dessa evolução pode ser percebido na estabilidade do preço oficial do óleo cru, que entre 1982 e princípios deste ano experimentou a primeira série de baixas desde 1973.

As causas desse descenso são várias, porém as de maior peso foram a profunda recessão sofrida pelas economias capitalistas das metrópoles e o aparecimento de novos exportadores, que, competindo com o cru da Opep, tiraram-lhe uma importante fatia do mercado. Em consequência, os 13 países membros da Opep, que em 1979 venderam uma média de quase 30 milhões de barris diários, só colocavam 16,5 milhões em meados deste ano.

Ao longo do ano passado, os países membros realizaram diversas reuniões com a finalidade de manter o preço, que foi estabele-

cido em 34 dólares por barril de referência (tipo árabe leve). Ao mesmo tempo, fixaram um teto de 17,5 milhões de barris diários para a produção conjunta, quantidade julgada suficiente para ajustar-se à oferta, hoje retraída.

Mas as divisões internas da Organização e as graves dificuldades econômicas de alguns membros frustraram o cumprimento dessa meta.

Essa situação deu a oportuni-

dade que os adversários da Opep esperavam, e eles se apressaram em declará-la definitivamente dividida, liquidada e sepultada. A primeira organização de exportadores de matérias-primas do Terceiro Mundo que tinha conseguido controlar o mercado para o seu produto, fixando o preço e invertendo o tradicional domínio do mercado por parte das potências consumidoras, deixaria de ser — segundo aqueles ardentes desejos — o pesadelo do *establishment* econômico.

O poder da unidade

No entanto, o alarme vivido em todos os países membros da Opep, levou-os finalmente a adotar medidas extraordinárias na conferência realizada a 15 de março passado, em Londres. Foi aí que efetuaram a primeira baixa oficial do preço, situando-o em 29 dólares e, principalmente, se comprometeram a respeitar as cotas atribuídas então a cada país, depois de fazerem alguns ajustes.

O respeito a esses compromi-



A atual estabilidade do preço do petróleo reflete a recuperação do mercado desse recurso energético

os conseguiu o efeito esperado e demonstrou mais uma vez que só a unidade permite enfrentar os poderosos interesses dos grandes consumidores.

Um certo equilíbrio no mercado ficou estabelecido. E quando os 13 países fizeram a conferência seguinte, em Helsinque, acharam que o preço oficial estava firme e que a produção conjunta era de quase um milhão de barris diários, abaixo do teto.

Era um bom presságio para os exportadores do óleo cru, porque a ocasião em que aconteceu

Mais difícil de calcular é a influência que teria a evolução das potências industriais. A economia norte-americana está se recuperando da recessão, enquanto os demais países do Norte se reanimam muito lentamente e continuam em crise. Não se consegue precisar, portanto, em que medida essa recuperação mundial poderá incidir no mercado internacional de hidrocarbonetos.

O certo é que o pior período experimentado pela Organização, desde que, em 1973, assumiu a

ficar o nível da demanda, é que se procederá a um novo rateio das cotas nacionais.

Em relação ao preço em geral, os analistas não acreditam que possam aparecer novidades nos próximos meses. Entende-se que, tirando o aumento temporário da procura devido à reconstituição das reservas (até que não se comprove um período de expansão real e geral das economias capitalistas), não haverá um mercado "tenso", que tenda para a alta.

Nesse quadro, discute-se uma iniciativa da Arábia Saudita cujo ministro do petróleo, o xêque Ahmed Zaqui Yamani, preside o Comitê de Estratégia de Longo Prazo da Opep. Yamani queria que o atual preço oficial da Organização fosse mantido até 1985, mas ao mesmo tempo desejaria que se determinasse uma cotação real e estável.

Seria o caso de acertar um determinado preço e ajustá-lo periodicamente só em proporção à inflação dos Estados Unidos, já que a quase totalidade do comércio internacional do cru se realiza em dólares.

Teoricamente, essa seria a forma de se conseguir um equilíbrio entre os interesses de produtores e consumidores por meio de uma cotação liberada das oscilações que tornam os efeitos do preço do petróleo incertos para todos os interessados.

Mas a determinação do preço justo ou apropriado do petróleo foi um tema de discórdia dentro da Organização, onde as realidades, objetivamente, são diferentes.

A Arábia Saudita, primeiríssimo exportador mundial, sempre se inclinou para um preço relativamente baixo, não apenas para ficar bem com os Estados Unidos — dos quais depende, em termos estratégicos — nem tampouco por ter alocado grandes capitais nas potências capitalistas. Os sauditas, assim como os emirados do golfo Árabe, também têm



Yamani (à esq.), ministro do petróleo saudita: e quando o combustível se esgotar?

a conferência (concluída a 19 de julho) coincide com o período da menor procura anual, isto é, com a temporada de veraneio nos países do Norte.

Em compensação, o último trimestre de cada ano, época em que as empresas transnacionais petrolíferas e os governos das potências capitalistas reconstituem suas reservas, é o momento de maior procura. Calculou-se que, para essa época, a demanda do petróleo da Opep teria subido para cerca de 19 milhões de barris diários.

faculdade de decidir sobre seus preços, foi superado; e agora, com base nessa experiência, os países membros deveriam planejar o futuro.

Uma cotação estável

Em Helsinque, a prudência foi dominante e tanto os preços oficiais quanto as cotas definidas em Londres foram mantidos. Só no decorrer da conferência seguinte, marcada para dezembro em Genebra, e depois de se veri-

reservas incalculáveis, de uma duração estimada em mais de meio século. O que eles temem, pois, é que uma cotação elevada torne rentáveis os investimentos em substitutos do óleo cru e, quando isso acontecer, não consigam vender o petróleo que têm em seu subsolo.

O outro grupo de países da Organização — que são a maioria — conta com reservas estimadas entre 15 e 30 anos. Para eles, é uma questão de sobrevivência a obtenção de um preço alto, graças ao qual poderiam financiar os programas de desenvolvimento que permitam a sua subsistência econômica depois que esse recurso se esgotar, numa verdadeira corrida contra o tempo.

Foi assim que o relatório de Yamani em Helsinque foi recebido, mas ficou decidido que se volte a considerar o assunto em Genebra.

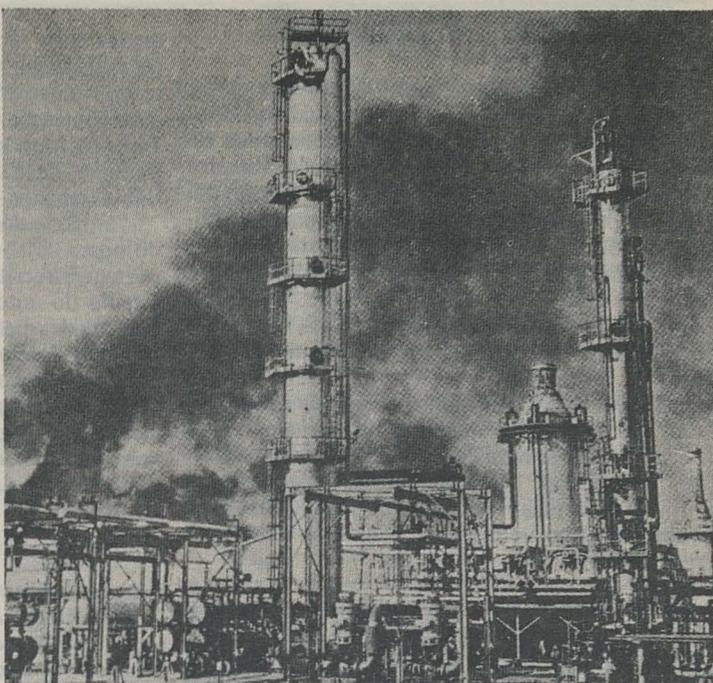
Apesar das dificuldades dessa questão, um dos requisitos para uma unidade firme e duradoura é que a Opep acerte uma política de preços a longo prazo. Poderá ser um preço estável ou de parâmetros de outro tipo para os ajustes, mas enquanto não existir um consenso no assunto, a Organização continuará exposta potencialmente à discórdia.

O problema dos diferenciais

O outro assunto importante ainda não resolvido é o dos diferenciais, isto é, o montante dos prêmios que se dão aos crus de melhor qualidade. Os petróleos mais leves são encontrados nas jazidas dos produtores africanos e são semelhantes aos do mar do Norte. Quando a procura ultrapassa a oferta, os que têm crus leves procuram elevar os diferenciais, e devido à escassez, conseguem fazê-lo sem perder clientes.

O reverso se apresenta quando o mercado está saturado e só baixando os diferenciais é que conseguem colocar sua produção.

Câmara Press



A Opep conseguiu superar os perigos que a ameaçavam

Mas como os petróleos leves têm maior rendimento econômico, a rebaixa do diferencial pode fazer com que os compradores prefiram esses aos mais pesados, ou seja, que a falta de um critério unívoco para dar um preço justo aos diferentes tipos de petróleo possa acarretar um quadro no qual alguns produtores considerem que, mediante as rebaixas, outros produtores da Opep entrem numa competição desleal.

Nesse período de crise passado, por exemplo, a Arábia Saudita quis impor aos produtores africanos um diferencial alto, pois afirmava que eles tiravam seus clientes. A Nigéria, país de densa população e empenhado em grandes projetos, foi a que mais sofreu com a crise e viu-se obrigada a reduzir o preço antes da reunião de Londres.

O problema ainda existia em Helsinque, pois o cru da Nigéria se achava meio dólar abaixo dos demais leves da Opep. Além dessa divergência, a Arábia Saudita insistia em que os diferenciais

deveriam ser aumentados. É possível que essa falta de acordo tenha sido supervalorizada pelo dramático quadro da conjuntura, mas assim como no caso anterior, só quando ficar estabelecido um critério uniforme e aceito por todos para os preços diferenciais dentro da Opep, é que se terá afastado um obstáculo do caminho.

Uma coesão duradoura

Em síntese, a Opep conseguiu manter o rumo num período muito adverso, pôde acertar um preço e cumprir com cotas que implicavam severos sacrifícios para cada um de seus membros. Assim, conseguiu afastar os perigos que a ameaçavam.

Mas, para garantir para si o controle do mercado a longo prazo, falta-lhe ainda acertar uma política de preços que leve em consideração os problemas aqui apontados e prolongue a unidade selada nesta emergência, numa coesão duradoura. ●

cultura

Três livros da Tricontinental Editora

Três lançamentos marcaram a atividade editorial da nossa equipe de Lisboa durante o mês de julho. Para começar a nossa "Coleção Terceiro Mundo", que irá abranger um vasto campo temático de perspectiva terceiro-mundista, publicamos "Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral", de Sérgio Ribeiro, e "El Salvador: o caminho dos guerrilheiros", de Carlos Gil. O terceiro lançamento foi a edição de 1983 do "Guia do Terceiro Mundo", suplemento anual de cadernos.

O livro de Sérgio Ribeiro teve a sua apresentação, a 8 de julho, enquadrada nas comemorações do 8º aniversário da independência de Cabo Verde, organizadas em Lisboa pela Associação da Amizade Portugal-Cabo Verde (AAPCV), Associação de Cabo-Verdianos e pela embaixada desse país africano.



Finalmente, num evento muito concorrido, foi apresentado a 26 de julho o "Guia do Terceiro Mundo - 1983". São 500 páginas, com 400 mapas, 500 fotos, 200 quadros e gráficos e um mapa-mundi a cores. A edição do "Guia" deste ano inclui, pela primeira vez, fichas estatísticas e mapas dos chamados "países do Norte" e novas

seções onde são abordados temas como o direito do mar, breve história da Terra e do aparecimento do homem, fatos da década de 80, histórias da descolonização, novas biografias de líderes do Terceiro Mundo e um relato pormenorizado da Reunião de Cúpula do Movimento dos Países Não-Alinhados, realizada em Nova Déli (Índia).

"El Salvador: o caminho dos guerrilheiros", do nosso colaborador Carlos Gil, é uma longa reportagem escrita e fotográfica, resultado de uma estadia do autor durante três semanas nas zonas controladas pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Completam o livro uma cronologia da história de El Salvador (1932-1982), dados gerais sobre o país, mapas das regiões político-militares e uma parte final de anexos que possibilitam ao leitor ter uma visão bastante correta da situação vivida na América Central.

Angola: seminário sobre línguas nacionais

O Instituto Angolano de Línguas, em colaboração com a secretaria de Estado para a Cultura, realizou no início de agosto, em Luanda, um importante seminário sobre as seis línguas nacionais que são utilizadas por vastos setores da população desse país.

A reunião procurou unificar e regulamentar os sistemas fonéticos e fonológicos das línguas *kicongo*, *kimbundo*, *tchokwe*, *umbundo*, *mbunda*, e *kwanyama*, assim como apresentar projetos para a sistematização dos respectivos alfabetos.

O material elaborado para o seminário foi recolhido a partir da linguagem oral, graças à qual essas línguas sobreviveram depois de séculos de colonialismo.

O material ouvido e estudado no seminário foi submetido a uma análise prévia, que deu como resultado sua transcrição fonética, tendo como ponto referencial o alfabeto fonético internacional. Os sistemas gráficos das seis línguas foram elaborados com base na ortografia internacional para a transcrição de línguas, especialmente as africanas, do Instituto Africano Internacional de Londres.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Angolano de Línguas levaram os especialistas não só a recolher material *in loco*, como também ampliaram a participação nos debates e na aprovação dos alfabetos a todas as províncias do país.

Entidades culturais do governo assim como religiosas e os radialistas da Rádio Nacional Angolana que estão à frente dos programas em línguas autóctones, participaram dos trabalhos de pesquisa.

Peru: filme "Túpac Amaru"

A partir de 25 de agosto e por um período de três meses e meio, aproximadamente, será filmado na cidade de Cuzco, ao sudeste do Peru, e nas províncias altas do departamento, o filme "Túpac Amaru", sob a direção de Federico García.

A filmagem, que está sendo coordenada em Lima pela produtora cinematográfica "Kuntur" em co-produção com o Instituto Cubano de Cinema, conta com o apoio do Conselho Provincial de Cuzco.

Os trabalhos de pré-produção do filme são resultado de um esforço de quatro anos e contam com o assessoramento dos historiadores Atilio Sivirichi, Carlos Daniel Valcárcel e Manuel Jesús, entre outros. Como se sabe, Túpac Amaru, ou José Gabriel Condorcanqui, foi o impulsionador de um importante levante independentista que colocou em xeque o colonialismo espanhol, quase um século antes da proclamação da independência. Ele foi esquartejado entre quatro cavalos na praça central de Cuzco, depois de derrotado militarmente.

México: Prêmio "Juan Rulfo" a escritor uruguaio

Amílcar Leis Márquez, um jovem escritor uruguaio residente no México, foi laureado com o prêmio "Juan Rulfo" 1983 na categoria de romance.

O júri selecionou a sua obra *Las ventanas del silencio* ("As janelas do silêncio") entre 28 trabalhos apresentados no concurso e assinalou que esse prêmio tinha sido concedido pelo "seu rigor narrativo, pela verdade de seus personagens e pela capacidade de refletir a realidade de sua época".

O concurso é organizado, desde 1980, pelo Instituto Nacional de Belas Artes para estimular os jovens escritores mexicanos ou estrangeiros residentes no México.

O escritor uruguaio já havia sido laureado, anteriormente, há três anos, com um prêmio (conto) concedido pela Universidade de Veracruz.

Quênia: reaberta a universidade

A Universidade de Nairóbi, fechada desde 19 de agosto de 1982 depois de um fracassado golpe de estado, iniciou um acelerado plano de admissão de professores e catedráticos para reiniciar as aulas em outubro próximo. O vice-chanceler da Nigéria, Joseph Mungai, disse que até o final de julho haviam sido contratados 30 professores e que "logo serão contratados muitos mais".

Depois da tentativa de golpe de estado do ano passado, 22 catedráticos abandonaram a Universidade e foram para o exílio, enquanto outros seis

foram presos. Atualmente, o número do pessoal acadêmico da Universidade é de 940, dos quais 574 são quenianos.

Declaração da Alecco

O diretor da Organização Árabe para a Educação, Ciência e Cultura (Alecco), o professor sudanês Mohieddin Saber, enfatizou recentemente a importância do desenvolvimento cultural árabe e da preservação dos manuscritos em língua árabe. Em uma entrevista concedida à agência marroquina *Map*, Mohieddin afirmou que a Alecco participa financeira e tecnicamente do programa para salvaguardar a cidade marroquina de Fez e outras cidades históricas na Mauritânia e Iêmen, acrescentando que essa organização cultural árabe desempenhou um papel determinante no seio da Unesco.

Indagado sobre a estratégia da Alecco no setor da preservação dos documentos e manuscritos, Mohieddin Saber disse que o Instituto de Manuscritos da Organização está formando e aperfeiçoando quadros encarregados da classificação dos documentos.

Cuba: filme de desenho animado

A exibição em cinemas de Cuba do desenho animado "Elpidio Valdés contra dólar e canhão" demonstra a eficácia artística dessa expressão na jovem cinematografia cubana. De personagem secundário em uma historieta criada pelo jovem desenhista Juan Padrón em um semanário para crianças, Elpidio Valdés saltou para as telas de cinema para se tornar ponto obrigatório de referência do cinema de animação cubano.

O desenho animado surgiu em Cuba com o triunfo da revolução de 1959. A criação de um departamento dentro do Instituto de Arte e Indústria Cinematográfica (Icaic), destinado a esse fim, colocou a necessidade de formar um pessoal especializado. A preocupação fundamental desse pessoal esteve, desde o princípio — e ainda está — dirigida às crianças. Tratava-se de fazer filmes fora do falso conceito "recreativo" da produção comercial. Refletir a realidade cubana, tanto do ponto de vista conceitual como formal foi o objetivo que os criadores colocaram para si. Nesse quadro, o personagem de Elpidio Valdés reúne os requisitos básicos para ser qualificado como o de maior aceitação popular. Através de "Elpidio Valdés", as crianças puderam conhecer histórias do passado de sua pátria, as armas utilizadas na luta contra a Espanha, a hierarquia militar e a tática da cavalaria cubana.

Jean Solari



Brasil-África do sul

As relações não declaradas

Minucioso levantamento da crescente ingerência de capitais sul-africanos na economia brasileira traz à tona o estreito relacionamento entre os dois países

David Sig*

A principal companhia sul-africana interessada em expandir suas atividades ao território brasileiro foi a gigantesca *Anglo American Corporation of South Africa Limited* (Anglo). Fundada em 1917 por Ernest Oppenheimer, um avaliador de diamantes, com o suporte financeiro de J. P. Morgan e de interesses britânicos, a companhia tornou-se a maior firma de mineração de ouro do mundo, além de engolir a *De Beers Consolidated Mines*, uma grande produtora de diamantes que controlava o monopólio do comércio de diamantes do mundo. Entre 1957 e 1982, a Anglo foi presidida pelo filho de Ernest, Harry Oppenheimer¹.

A atividade básica da Anglo é a mineração. Além de ouro e diamantes, produz carvão mineral, urânio, cobre, níquel, estanho, asbestos, minério

* Pesquisador e jornalista sul-africano do Grupo de Informação e Pesquisa (International Labor Research and Information Group) da Universidade da Cidade do Cabo. Esta pesquisa foi apresentada no 1º Colóquio da Afro-Latinidade, da Aladaa, realizado no Rio de Janeiro, 1-5 agosto, 1983, porém não foi discutida.

¹ Este trabalho é parte de um projeto pessoal iniciado em 1977 visando fiscalizar as relações da África do Sul com a América Latina. Suplementa e expande outro artigo já publicado anteriormente, "The South Atlantic connection: growing links between South Africa and Latin America", in *Britain and Latin America 1979*, Latin America Bureau, Londres, 1979. Sou particularmente grato àqueles que me prestaram assistência no Brasil: Ari Gomes de Souza Júnior, Bernardo Kucinski, Carlos Castilho, Chris Whitehouse, David Hathaway, Douglas Libby, Fábio Martins, Jan Rocha, Janice Monte Mór, Jean Benet, José Maria Nunes Pereira, Marcos Arruda, Margret Dick, Maria Clara Soares, Militão Ferreira Dias, Nikolas Makay Júnior, Roberto Pereira de Andrade, Sérgio Danilo, Sônia Carvalho, Waldemar Rossi e os mineradores de Nova Lima.



de ferro, chumbo, zinco, potassa, volfrâmio (tungstênio), nióbio e platina. Ao mesmo tempo, diversificou suas atividades, passando para os campos de siderurgia, produtos químicos, engenharia pesada, produção de veículos, construção, papel, produtos têxteis, seguro e bancos. Adquiriu experiência e especializou-se em explosivos, equipamentos de perfuração, sondagem e serviços geológicos.

Em sua totalidade, as atividades da Anglo na África do Sul fazem dela a companhia privada mais poderosa do país. As ações das companhias e socie-

dades anônimas por ela controladas constituem metade do total de ações negociadas na Bolsa de Valores de Joanesburgo.² Mas a Anglo jamais se limitou exclusivamente à África do Sul, e tem interesses consideráveis em todos os seis continentes. Um exemplo: através de sua associada Minorco, com sede nas Bermudas, ela é hoje o maior investidor estrangeiro nos Estados Unidos da América.

O ímpeto de diversificação da Anglo foi estimulado por vários fatores. O principal deles foi o preço constante do ouro (1934-69), que limitava os lucros potenciais e reduzia drasticamente a vida econômica em potencial de suas minas de ouro. Isso levou a uma diversificação para outros campos que não o ouro, a partir da década de 60. Outro fator foi a situação política instável no país sede da firma, a África do Sul.

As duas últimas décadas foram marcadas por uma violenta repressão estatal, greves importantes, além da rebelião de Soweto e suas consequências. Oppenheimer, fundador do Partido Progressista (hoje parte do Partido Federal Progressista, que é a "oposição oficial"), de orientação liberal pró-capitalista, sempre defendeu a necessidade de transformação social como garantia da sobrevivência do capital monopolista na África do Sul. Contudo, como as mudanças ocorriam com demasiada lentidão, a companhia tomou medidas estratégicas no sentido de usar outras regiões do mundo como base para um número crescente de suas operações.

Desembarque no Brasil

O Brasil foi ignorado até 1973, quando a firma criou uma subsidiária no Rio de Janeiro, a Anglo American Corporation do Brasil - Administração, Participação e Comércio em Empreendimentos Mineiros Limitada (Ambrás), que iria tornar-se a *holding* para a maioria dos ativos do grupo neste país. Oppenheimer procurou tirar o máximo proveito da política do governo brasileiro de desnacionalização do setor mineiro. Além disso, se beneficiou de um privilégio legal, através do qual os cidadãos portugueses gozavam dos mesmos direitos que os brasileiros para atuar no comércio, e colocou o dr. Mário Ferreira, cidadão português, na presidência da Ambrás.

Ferreira chefiara anteriormente as operações da Anglo na então colônia portuguesa de Moçambique, na época em que a firma participara de um consórcio internacional para construir a represa de Cabora Bassa, no rio Zambeze, em fins da década de 1960. Na ocasião, o projeto foi criticado como parte de um plano estratégico de colonização promovido pelo governo português a fim de atrair imigrantes brancos.³ Constava ainda que Ferreira tinha íntima ligação com Jorge Jardim, comerciante de Moçambique e agente da Pide, a famosa polícia se-



Harry Oppenheimer: estendendo suas atividades para o Brasil

creta portuguesa, que, até sua morte recente, financiou e coordenou, sob o comando da África do Sul, operações de guerrilha contra o regime daquele país africano.

A mina de Morro Velho

Em sua preocupação com o ouro e diamantes, a Ambrás demonstrou interesse na exploração e aquisição de investimentos mineiros. Na época, a mineração de ouro no Brasil atravessava uma fase de depressão. A principal mina de ouro, Morro Velho, localizada em Nova Lima, próximo à capital de Minas Gerais, tivera uma história turbulenta sob o controle inglês, entre 1830 e 1960, quando foi adquirida por três brasileiros pela quantia simbólica de um dólar.⁴

A figura principal dessa operação foi Walter Moreira Salles, dono da União dos Bancos (hoje Unibanco), ex-embaixador e ex-ministro.

O investimento causou enormes problemas a Moreira Salles e seus sócios. A mina estava em péssimas condições, com equipamento obsoleto, um extenso contingente de mão-de-obra e graves problemas técnicos. Era a mais profunda da América Latina, atingindo 2.450 metros, e seus níveis inferiores, superaquecidos, tornavam impossível a perfuração. O preço constante do ouro tornava proibitivo qualquer novo investimento substancial. Moreira Salles contava com generosos subsídios do go-

² *New York Times*, 2 junho 1982.

³ Keith Middlemass, *Cabora Bassa: engineering and politics in Africa*, Londres, 1975.

⁴ Quanto à história de Morro Velho, veja-se Marshall Eakin, *Nova Lima: life, labour and technology in an Anglo-Brazilian mining community, 1882-1934*, doutorado em História, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1982; Douglas C. Libby, *O trabalho escravo na mina de Morro Velho*, tese de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979; e o excelente relato de organização trabalhista, de Yonne de Souza Grossi, *Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

verno a fim de manter a operação, cuja produção e produtividade eram mínimas, e cuja mão-de-obra sofria de condições de trabalho perigosas e insalubres, sendo objeto de frequentes denúncias na imprensa local.

O ex-superintendente de Morro Velho, Guido Jacques Penido, mencionou a seriedade da situação em setembro de 1968, ao declarar durante a 20ª Semana de Estudos de Mineração e Metalurgia: "A recuperação é o primeiro passo para garantir a manutenção da contribuição da mina, que é de 25% da atual produção brasileira (de ouro). O problema é tão grave que requer medidas agora, uma vez que, nos quatro anos necessários à reconstrução, a mina ficou virtualmente paralisada do ponto de vista econômico, e é humanamente impossível continuar a explorá-la"⁵.

Assim, a oferta do grupo Oppenheimer — de comprar a substancial minoria de 49% do capital da Morro Velho — foi bem recebida por Moreira Salles, que nela viu a oportunidade de utilizar a capacidade tecnológica da Anglo, seu vasto acesso ao

capital e seu desejo de diversificar-se geograficamente, estendendo-se para fora da África do Sul.

A transação conquistou o apoio do então ministro Mário Henrique Simonsen, a tal ponto que sua Companhia Bozzano Simonsen esteve inicialmente muito interessada em comprar metade das ações da Oppenheimer. Contudo, o grupo Simonsen nada fez até que Mário Henrique Simonsen houvesse deixado o cargo de ministro já há algum tempo. (Ele tinha sido acusado, quando ainda no cargo, de fazer concessões fiscais à Souza Cruz, uma empresa de tabacos de propriedade inglesa, e constava que tinha sido recompensado com ações da companhia.)⁶

O depoimento sumido

Mas o entusiasmo do governo em relação ao advento da Anglo em território brasileiro era contrabalançado pela apreensão de um bom número de políticos. Duas comissões parlamentares de inquérito foram criadas na Câmara dos Deputados,

QUADRO I
PLANOS DE EXPANSÃO DE MORRO VELHO EM TERMOS DE INVESTIMENTOS

Projeto/Área	Investimentos em US\$ milhões			
	Passado		Futuro	
	Período	Valor	Período	Valor
A. Projeto de Pesquisa Geológica	1978/82	4,9	1983/85	6,3
B. Reequipamento e Modernização				
B.1 Mineração	1978/82	6,2	1983/85	1,6
B.2 Metalurgia	1978/82	2,3	1983/85	0,6
B.3 Engenharia	1978/82	4,0	1983/85	1,7
B.4 Administração	1978/82	2,9	1983/85	1,1
C. Projeto de Defesa Ecológica	1978/82	5,9		
D. Projetos de Propriedades e Habitação	1978/82	0,8	1983/85	0,3
E. Projeto Jacobina (Bahia)	1980/82	70,0		
F. Projeto Cuiabá-Raposos				
F.1 Engenharia de processos e estudo de viabilidade	1981/82	1,2		
F.2 Implementação — Fase 1			1983/85	124,6
F.3 Implementação — Fase 2			1985/88	73,0
Totais	1978/82	98,2	1983/88	208,6
Total Geral		US\$ 306.800.000		

Fonte: Juvenil T. Félix, "Ouro: um bem mineral que se confunde com a história do Brasil. Os 150 anos de Mineração Morro Velho — estágio atual e programa de expansão em curso", maio, 1983.

uma para examinar a política brasileira de mineração e, a outra, o papel do capital estrangeiro no país.⁷

Ambas eram competentes para examinar a transação de Morro Velho, e a comissão da política de mineração convocou Moreira Salles para prestar declarações. Estranhamente — e infelizmente para os historiadores —, a parte contendo os seus depoimentos referentes especificamente à transação, foi omitida, talvez por lapso, do relatório final publicado.⁸ O resultado é que não houve nenhuma crítica séria contra a transação, apesar das intenções de alguns deputados nacionalistas que constituíam a comissão.

De forma semelhante, a despeito do cerrado interrogatório de testemunhas, a comissão sobre as transnacionais não conseguiu esclarecer totalmente a questão da entrada de capital sul-africano no Brasil.

O então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, foi inquirido a respeito da transação, tendo apresentado o imperativo tecnológico como argumento para aceitar a nova presença sul-africana: "Na verdade, só a Anglo American tem o melhor *know-how* para a exploração do ouro a tal profundidade(...), de sorte que este grupo nacional (Moreira Salles e sócios) achou conveniente a associação. Esperamos que, com esta associação, aumente a produção de ouro. O negócio foi fechado há um ano (1975). Acho que o grupo nacional fechou a transação em condições excelentes, pois, de lá para cá, o preço do ouro caiu de 200 para 130 dólares"⁹

O depoimento de Ueki, ao invés de ser inteiramente questionado, foi incluído, aos pedaços, no relatório final da comissão por seu presidente Herbert Levy, como parte do seu resumo geral da situação e como se fosse a opinião ponderada de toda a comissão.¹⁰

⁷ Sérgio Danilo, "A Venda da mina de Morro Velho", *Opinião*, 11 abril 1975, p. 9.

⁸ *Diário do Congresso Nacional* (Seção I — Suplemento), 1 julho 1976, pp. 1098-1102.

⁹ Brasil, Congresso, Câmara dos Deputados, Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o comportamento e as influências das empresas multinacionais e do capital estrangeiro (CPI/Multinacionais), *Diário do Congresso Nacional* (Seção I — Suplemento), 1 julho 1976; e Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar e avaliar a política mineral brasileira (CPI/Mineração), *op. cit.* (Seção I — Suplemento), 7 março 1978.

¹⁰ CPI/Mineração, pp. 703 et seq.

¹¹ CPI/Multinacionais, pp. 989-990.

Harry Redi/Camera Press



Para se adaptar às duras condições da mina, o trabalhador passa antes — por um período de aclimação, a altas temperaturas

Por que isto aconteceu? Em primeiro lugar, havia no Brasil considerável ignorância a respeito da natureza da Anglo American e do papel que a firma desempenhava nas economias sul-africana e mundial. Os deputados, embora criticassem a situação, recuaram facilmente ante o pretexto tecnológico aprovando a admissão da Anglo nas áreas mais promissoras da mineração brasileira e deixando de lado as implicações políticas. Em segundo lugar, Harry Oppenheimer tinha visitado o Brasil, sendo recebido pelo então presidente Geisel!¹¹ A importância dessa audiência num Brasil totalitário significava aceitação da transação.

Ela iria constituir o trampolim para novos investimentos da Anglo no Brasil. A firma conseguira ainda comprar, do senador Nelson Carneiro, do antigo MDB, uma vasta extensão de terras no interior da Bahia, próximo à cidade de Jacobina. Essa propriedade foi mais tarde incorporada à companhia Morro Velho, uma vez que era rica em ouro. O capital investido em ambas as explorações de ouro (Morro Velho e Jacobina) alcançará o total de 306 milhões de dólares, em fins de 1988 (ver Quadro I).

¹⁰ CPI/Multinacionais, p. 6.

¹¹ Sérgio Danilo, *op. cit.*

Simonsen por dentro

Em março de 1980, a Ambrás adquiriu 49% da Companhia Siderúrgica Hime S/A, que pertencia ao grupo Bozzano Simonsen. O órgão informativo interno da Anglo, *Optima*, publicou um candente elogio a Mário Henrique Simonsen em suas páginas e a firma passou a declarar em seus relatórios anuais uma crescente participação acionária no banco de Simonsen e em seu grupo industrial. Os dividendos pagos à Ambrás atingiram 0,7 milhão (março 1982) e 1,6 milhão de dólares (março de 1983).

O objetivo alegado para a aquisição da Hime era estender os interesses da Ambrás na área da metalurgia e possuir uma base de pesquisas para a exploração de metais não-ferrosos. Mas a Hime era dona de 1% do capital da Morro Velho e, no mesmo ano, comprou a Companhia Valença de Participações, de Moreira Salles, que detinha os restantes 50% do capital do grupo Morro Velho.

A nova distribuição de acionistas reforçou o controle da Anglo sobre Morro Velho, com uma participação direta de 49% e uma participação indireta de mais 25% (49% de 51%). A participação do grupo Bozzano Simonsen foi reduzida para 25% (51% de 51%). Subsequentemente, a Valença foi absorvida e deixou de existir.

As objeções práticas a essa situação que, de fato, equivalia à completa desnacionalização, forçaram a associação Simonsen-Anglo a disfarçar ainda mais a natureza da propriedade do seu capital. Em novembro de 1982, anunciou-se que a Morro Velho estava procurando financiamento

para cobrir 60% dos seus gastos com engenharia básica, tecnologia e compra de equipamentos junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), Finame (órgão do BDNES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e Finep (Financiamento de Estudos e Projetos, órgão do ministério do Planejamento).¹²

O anúncio foi rapidamente negado pelo Finep, que alegou que, a 14 de outubro de 1982, tinha unanimemente rejeitado a solicitação da companhia porque o BDMG havia informado que, embora 51% do capital da Morro Velho fosse propriedade de cidadãos brasileiros, o controle efetivo da firma estava nas mãos de uma companhia estrangeira. Por este motivo, a Morro Velho deixou de receber financiamento oficial.¹³

De lá para cá, a propriedade do capital da firma sofreu certas mudanças em sua estrutura, a fim de parecer, pelo menos no papel, mais claramente sob controle nacional. A estrutura atual parece reduzir ainda mais a participação da Ambrás, mas as participações cruzadas equivalem a um percentual de 45,4% no papel. Isso, porém, deixa de levar em conta o fato de que a Minorco, *holding* da Anglo para as Américas, através de outras subsidiárias na Libéria, é dona de significativas e crescentes percentagens do capital da Bozzano Simonsen e do seu banco.

De onde sai o ouro

A partir de estatísticas oficiais, fica evidente que o grupo Morro Velho é, de longe, a fonte mais importante de ouro extraído do subsolo no Brasil,

DIAGRAMA 1

ACIONISTAS DA MINERAÇÃO MORRO VELHO, FINS DE 1980

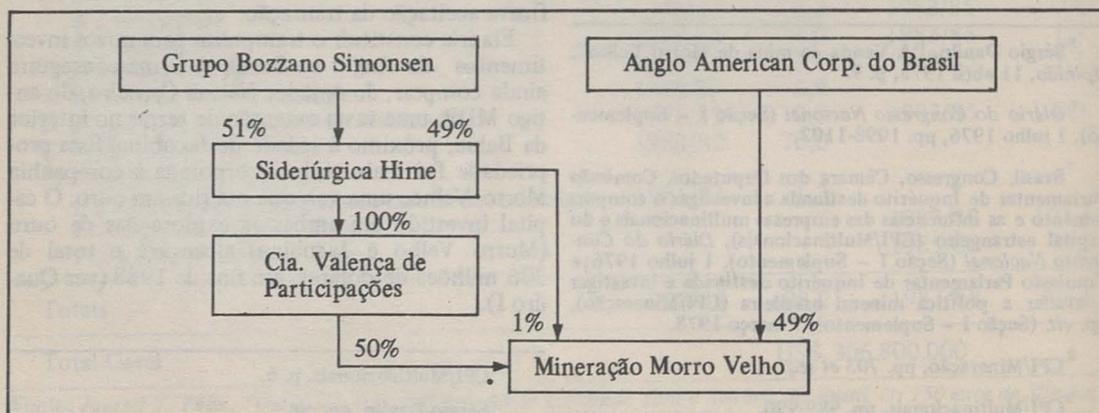
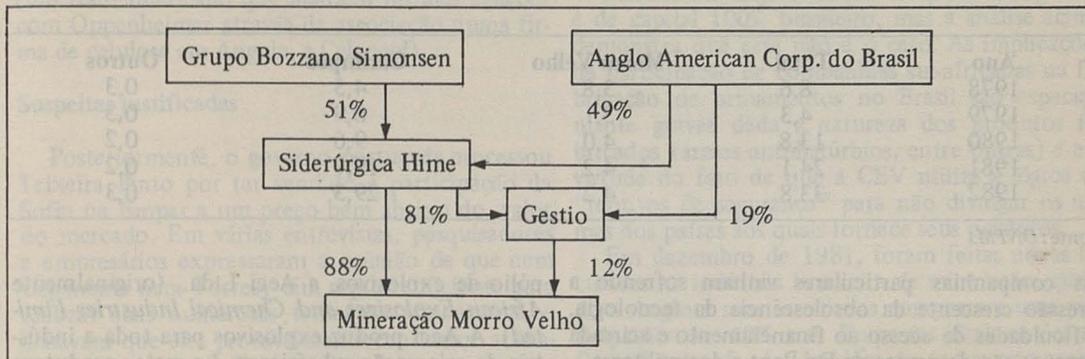


DIAGRAMA 2

ACIONISTAS DA MINERAÇÃO MORRO VELHO, 1983



fornecendo 97% do ouro extraído, o que equivale a 17,4% da produção brasileira total de ouro em 1981. Na década de 1980, a produção dos garimpos começou a ganhar terreno sobre a produção do subsolo como fonte principal de ouro no Brasil.

Não obstante, embora a importância relativa da Morro Velho tenha declinado, a questão do ouro assumiu importância estratégica para a economia do país. O governo brasileiro, disposto a adquirir ouro e a evitar que este seja contrabandeado, está pagando aos produtores preços superiores dos cotados no mercado oficial de Londres. O debate sobre a necessidade de se ter uma política nacional do ouro foi reaberto, sendo o assunto trazido à baila no Senado brasileiro por Gabriel Hermes, (PMDB-Pará) presidente da Comissão de Minas e Energia, e ventilado na imprensa nacional.¹⁴ O teor do debate é de crítica à participação e controle estrangeiros sobre a produção de ouro (que provavelmente aumentará substancialmente quando for iniciado o projeto na Serra dos Carajás), e favorável à criação de um Instituto Brasileiro do Ouro. Há também substancial interesse na criação de um órgão nacional de regulamentação do ouro – a Ourobrás. Caso essas sugestões venham a tornar-se realidade, a expansão da Anglo em novas áreas de produção no Brasil provavelmente será detida.

Por causa disso, a Anglo vem procurando disseminar seus investimentos em outras áreas da mineração e da indústria, bem como no setor bancário, como já mencionamos acima.

Também nos explosivos

Uma de suas principais aquisições foi a obtenção de significativa participação no setor de explosivos no Brasil, área de evidente interesse para a segurança nacional.

Em fins da década de 1960, o perfil do setor de explosivos no Brasil, por participação no mercado, era o seguinte:

Indústria bélica brasileira (Imbel), estatal	30%
Du Pont e outras firmas estrangeiras	mais de 40%
Companhias particulares brasileiras	menos de 30%

Mina de Morro Velho: agora com capital da África do Sul



Célio Apolinário

¹²Relatório Reservado 836, 22 novembro 1982, p. 3.

¹³Relatório Reservado 837, 29 novembro 1982, p. 3.

¹⁴Veja-se, por exemplo, Aloysio Biondi, *Folha de S. Paulo*, 15 maio 1983, e Edson Suzszynski, *Jornal do Comércio*, 21 maio 1983.

QUADRO II

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE OURO, 1978-1982 (toneladas)

Ano	Total	Morro Velho	Garimpos	Outros
1978	8,6	3,8	4,5	0,3
1979	4,3	3,1	0,9	0,3
1980	13,8	4,0	9,6	0,2
1981	24,1	4,2	19,7	0,2
1982	33,8	4,2	29,3	0,3

Fonte: DNPM.

As companhias particulares vinham sofrendo a pressão crescente da obsolescência da tecnologia, dificuldades de acesso ao financiamento e acirrada competição de preços da Du Pont e dos militares.

Além disso, os militares estavam ansiosos por controlar melhor a produção de explosivos e tinham meios de proibir quaisquer novas incursões no mercado mediante o sistema de licenciamento. Devido a essas pressões, várias companhias nacionais produtoras de explosivos foram vendidas a quem lhes pagasse o melhor preço, ou venderam suas instalações de fabricação de explosivos de modo a financiar a diversificação em outras áreas da produção de produtos químicos.

Um dos principais compradores era a Sociedade Financeira Portuguesa (Sofin), chefiada pelo professor Teixeira Pinto, ex-ministro das finanças no governo salazarista de Portugal. Através de sua subsidiária brasileira, Empar, a Sofin adquiriu várias companhias brasileiras em má situação, inclusive três fabricantes de explosivos: a Cobrex, a Rupturita e a Broca Meirelles, todas as quais pertenciam a capitais particulares brasileiros e estavam em decadência ou em dificuldades financeiras.

Outro importante fabricante de explosivos, a Indústria Química Mantiqueira (IQM), desejava também encontrar uma fórmula de receber participação estrangeira, num esforço de sobreviver à concorrência representada pela Du Pont e pela Imbel. Em 1973, entrou em contato com a ICI América, subsidiária norte-americana da *Imperial Chemical Industries Limited*, a maior companhia de capital privado do Reino Unido. Na ocasião, porém, a ICI América estava tendo seus próprios problemas na administração de seus investimentos nos Estados Unidos, México e Brasil.

A matriz inglesa da companhia envolvera-se, há muitos anos, numa *joint venture* com a *De Beers*, da África do Sul, com a qual participava equitativamente (43%) na companhia que detinha o mono-

pólio de explosivos, a Aeci Ltda., (originalmente *African Explosives and Chemical Industries Limited*). A Aeci produz explosivos para toda a indústria de mineração sul-africana, é a maior produtora comercial de explosivos do mundo e contribui com uma parcela substancial dos lucros da ICI (UK)¹⁵. Assim, quando Oppenheimer soube da possibilidade de uma transação entre a ICI América e a IQM, pressionou a ICI (UK) no sentido de permitir que a Aeci assumisse o papel da ICI América no negócio.

Além disso, porém, existiam vínculos entre o império de Oppenheimer e a Sofin, que datavam dos tempos da associação mútua de ambos no consórcio de Cabora Bassa. Na ocasião, as duas partes haviam chegado a um acordo formal no sentido de que qualquer *joint venture* entre as duas companhias seria realizada numa base de 50/50%. A Anglo, através da Aeci, pensou que podia ingressar no setor brasileiro de explosivos expandindo a sua associação com a Sofin. Foi assim que a Aeci iniciou uma *joint venture* com a Empar. Constituíram uma companhia, a Explo, que comprou a IQM em março de 1974, consolidando-a com outras firmas de explosivos que a Empar havia adquirido anteriormente. A participação da Aeci foi inicialmente limitada a 30%, sendo que somente em maio de 1979 a Empar honrou o compromisso de 50/50%, presumivelmente vendendo os 20% adicionais à Aeci pelo valor declarado de cinco milhões de dólares.

Enquanto isso, a revolução portuguesa de 25 de abril de 1974 criou uma ameaça a Teixeira Pinto. Antes que o novo governo pudesse nacionalizar a Sofin, ele transferiu suas operações para Luxemburgo e para a Suíça. A Empar, formalmente, passou para o controle de seus diretores brasileiros, mas continua a ter um importante e misterioso aliado suíço sob a forma de uma companhia conhecida pelo nome de *Dex Holdings*, que se acredita seja nada mais que um acobertamento para as operações de Teixeira Pinto.

Entre os diretores da Empar estão Gustavo Ca-

¹⁵ICI (UK) = ICI (United Kingdom), inglesa.



panema (advogado de Teixeira Pinto e filho do ex-ministro da Educação do Brasil) e Franco Torresy (um ítalo-americano que mantém íntimas ligações com Oppenheimer através da associação numa firma de celulose em Angola, a Celangol).

Suspeitas justificadas

Posteriormente, o governo português processou Teixeira Pinto por ter vendido a participação da Sofin na Empar a um preço bem abaixo do valor do mercado. Em várias entrevistas, pesquisadores e empresários expressaram a opinião de que nem Capanema nem Torresy têm capital suficiente para realizar suas numerosas transações financeiras, e achavam que eles provavelmente continuam atuando em benefício de Teixeira Pinto.

Essa opinião foi compartilhada pelo governo brasileiro, que se recusou a vender, durante a fase de desnacionalização, sua Companhia Federal de Seguros ao grupo de Capanema, alegando que este último estava comprometido com financiadores estrangeiros. Depois que Capanema fez vários reajustes para eliminar a aparência de apoio financeiro estrangeiro, sua companhia, a Carmo (que detém 21% do capital da Empar) conseguiu adquirir a Federal de Seguros numa segunda concorrência.

Assim, no setor de explosivos, os aliados da Anglo são vistos com muita suspeita por vários setores da comunidade comercial brasileira, bem como pelo governo português. Nem a Anglo nem a Aeci jamais mencionaram sua associação com a Empar nos relatórios anuais, e os acionistas permanecem ignorantes no tocante às atividades da empresa conjunta, a Ibex Participações S. A., que possui um capital de 1,4 bilhão de cruzeiros.¹⁶

Além de seu ativo consolidado no setor de explosivos (Explo), a sociedade Ibex detém ainda 100% do capital de um dos mais importantes fabricantes de armamentos do Brasil, a Companhia de Explosivos Valparaíba (CEV), que antes fazia parte da IQM. Segundo a imprensa brasileira especializada em assuntos de defesa, a CEV, sediada em Lorena, São Paulo, é fornecedora das forças armadas do Brasil e de inúmeros clientes exportadores. Produz "vários tipos de granadas de mão, granadas de fumaça, marcadores de fumaça, granadas de gás e fumaça para reprimir distúrbios de rua, espoletas para vários tipos de munição pesada, foguetes para lançadores do tipo bazuca, fo-

guetes antiaéreos de diferentes tipos", além da submetralhadora M1 a ser lançada brevemente.¹⁷

Persiste até hoje a ilusão de que a companhia é de capital 100% brasileiro, mas a análise acima demonstra que este não é o caso. As implicações da participação de companhias sul-africanas na fabricação de armamentos no Brasil são especialmente graves dada a natureza dos produtos fabricados (armas antidistúrbios, entre outras) e em virtude do fato de que a CEV utiliza a lógica de "motivos de segurança" para não divulgar os nomes dos países aos quais fornece seus produtos.

Em dezembro de 1981, foram feitas novas incursões na indústria brasileira de mineração, quando a Anglo e suas associadas compraram uma participação de 40% nas Empresas Sudamericanas Consolidadas S. A., *holding* de todos os haveres sul-americanos do grupo *Hochschild*, sediado no Panamá. Somente no Brasil, as operações da ESC incluem o projeto ferro-níquel da Codemin em Goiás (no qual a Ambrás já tem uma participação de 35%), produção de nióbio e tungstênio e fabricação de fornos industriais. Recentemente, a ESC adquiriu 69,7% das ações da Copebrás, importante produtor brasileiro de fertilizantes, fosfatos industriais e gesso.

Até castanha-de-caju

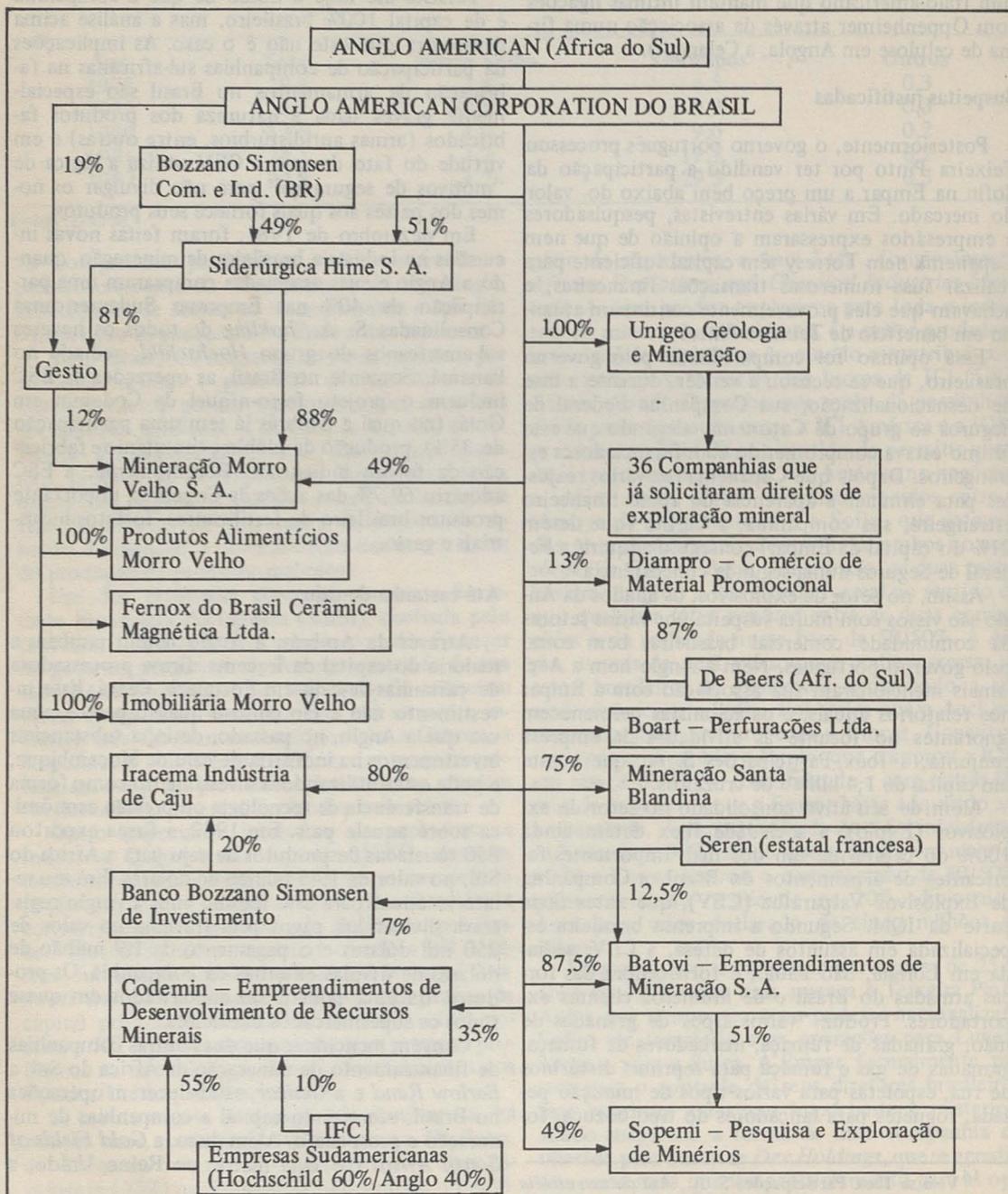
Através da Ambrás, a Anglo detém também a maioria do capital da Iracema, firma processadora de castanhas-de-caju em Fortaleza, Ceará. Esse investimento não é tão curioso quanto parece, uma vez que a Anglo, no passado, detinha substanciais investimentos na indústria de caju de Moçambique, e pode estar utilizando o investimento como forma de transferência de tecnologia ou pressão econômica sobre aquele país. Em 1982, a firma exportou 350 toneladas de produtos de caju para a África do Sul, no valor de 1,45 milhão de dólares. Em seu relatório anual para esse mesmo ano, a Anglo registrava dividendos pagos pela Iracema no valor de 250 mil dólares e o pagamento de 1,9 milhão de dólares de dívidas externas da companhia. Os produtos Iracema podem ser encontrados em quase todos os supermercados brasileiros.

Convém mencionar que duas outras companhias de financiamento de mineração da África do Sul, a *Barlow Rand* e a *Gencor*, estabeleceram operações no Brasil, oferecendo capital a companhias de mineração e prospecção. Além disso, a *Gold Fields of South Africa* (de cuja matriz no Reino Unido, a

¹⁶Veia-se Ibex Participações S. A., *Ata da assembléa geral extraordinária realizada em 23 de dezembro de 1982 na sede social, Praia do Flamengo, 200/209 and., Rio de Janeiro, 1982.*

¹⁷*Tecnologia e Defesa*, 3, maio 1983, pp. 15-17; *O Estado de S. Paulo*, 8 maio 1983.

DIAGRAMA 3
ESTRUTURA DA AMBRÁS, 1983



Fonte: O diagrama acima baseia-se no organograma encontrado em Francisco R. Chaves (coordenador), Os maiores mineradores do Brasil: Perfil empresarial do setor mineral brasileiro, CNPq/Coordenação Editorial, Brasília, 1982, p. 505.



Consolidated Gold Fields PLC, a Anglo detém 28,9% do capital) também marcou sua presença no Brasil. Essas três companhias não parecem ver o Brasil do mesmo ponto de vista estratégico que a Anglo American, nem contam com o mesmo grau de aprovação oficial ou acesso a interesses bancários brasileiros. É provável que os seus investimentos se mantenham numa escala modesta.

A Anglo, ao contrário, está extremamente ansiosa de manter e expandir seus investimentos no Brasil. Num curto período de tempo, transformou-se num dos principais grupos de mineração do Brasil, com participações substanciais e interesses muito diversificados. Tem fornecido insumos técnicos, recuperando as agonizantes minas de ouro de Morro Velho, tornando-as novamente produtivas, e investindo na abertura de várias outras minas. Vinculou suas operações ao poderoso grupo Bozzano Simonsen e multinacionais como a *Hochschild*, a *Schlenk AG*, da Alemanha Ocidental, e a *Banque de l'Indochine*. Com isso, conseguiu neutralizar qualquer possível hostilidade por parte do governo brasileiro, garantindo assim para si mesma um papel permanente e estratégico na economia brasileira e, além disso, assegurando a durabilidade das conexões comerciais sul-africanas com o Brasil.

No tocante ao comércio exterior, a vantagem esteve, de modo geral, ao lado da África do Sul nos últimos dez anos, passando a favorecer o Brasil somente em 1975 e nos últimos dois anos. O Quadro 3, abaixo, mostra a tendência geral.

O comércio com a África do Sul

O rápido declínio das importações do Brasil a partir de 1980 se deve a limitações impostas pela crise da dívida externa do país, e não são específicas ao comércio do Brasil com a África do Sul. Esse declínio tem poucos fundamentos políticos, refletindo principalmente a queda da procura de



Herbert Levy: sem aprofundar as denúncias

ácido fosfórico importado, que constituía a principal exportação da África do Sul para o Brasil em fins da década de 1970. A indústria brasileira de fertilizantes atualmente produz seu próprio ácido fosfórico em quantidades suficientes para eliminar grande parte da procura de importações, sendo outro fator do declínio o excesso de capacidade da indústria local de fertilizantes.

Ao mesmo tempo, o comércio brasileiro com o resto da África tende a registrar forte declínio em vista da atual crise, e a queda dos preços do petróleo significa que mesmo os melhores clientes têm menores condições para absorver as exportações brasileiras.¹⁸ Devido ao fato de que a África do Sul tende a oferecer ao Brasil produtos mais sofisticados e matérias-primas estratégicas, Pretória provavelmente manterá sua posição relativa como parceiro comercial.

QUADRO 3

COMÉRCIO BRASILEIRO COM A ÁFRICA DO SUL, 1973-1982 (US\$ 10⁶ FOB)

Ano	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Importações	55,7	88,8	26,6	34,2	109,8	102,1	149,6	200,2	90,0	76,4
Exportações	33,9	45,4	36,3	33,4	27,5	37,3	53,5	103,1	131,9	102,8
Total	89,6	134,2	62,9	67,6	137,3	139,4	203,1	303,3	211,9	179,2
Saldo	-21,7	-43,4	+ 9,7	- 0,8	-82,3	-64,8	-96,1	-97,1	+39,9	+26,4

Fonte: Banco do Brasil, Cacex.

Desde meados da década de 1970, a África independente, como um todo, vem-se tornando significativamente mais importante para o Brasil em termos absolutos como mercado de exportação¹⁹. Contudo, dada a estrutura do comércio, é difícil demonstrar que a instituição de sanções contra Pretória traria alguma vantagem econômica relativa para o Brasil. Trata-se de um assunto que terá de ser discutido politicamente e, até o momento, não há suficiente pressão interna ou externa em Brasília para levar a cabo a implementação de sanções.

A Nigéria, o melhor cliente do Brasil na África subsaariana, já tentou duas vezes desafiar as firmas britânicas possuidoras de grandes interesses na própria Nigéria e na África do Sul (*Barclays Bank*, desde que foi nacionalizado, e a *British Petroleum*). Contudo, essas firmas preferiram não se desfazer dos seus interesses na África do Sul.

Os países africanos têm ainda menos influência sobre as firmas brasileiras. Destas, a maioria são as grandes produtoras de veículos (Fiat, Ford, Massey Ferguson, Mercedes Benz, Volkswagen e Volvo) e outras transnacionais (H. Stern, J. I. Case, Singer, Sharp, Swift Armour e Toshiba). As firmas de capital nacional brasileiro limitam-se à Editora Abril, grande importadora de produtos de papel sul-africanos, e as companhias de transporte, Varig e Lloyd Brasileiro.

Todas as firmas acima mencionadas fazem parte da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, uma espécie de *lobby* favorável às exportações para a África independente.²⁰ Uma análise do conteúdo de suas transações com a África do Sul indica que o comércio dessas firmas com este país é pequeno em termos absolutos.²¹ Caso o Brasil impusesse sanções, as transnacionais que fazem parte desse gru-

po de firmas poderiam facilmente suprir a África do Sul a partir de fábricas em outras partes do mundo. Portanto, são remotas as possibilidades da imposição unilateral de sanções, que teriam de ser coordenadas de forma global e levadas a efeito com rigor para terem alguma eficácia. Enquanto isso, não existem quase impedimentos de nenhuma ordem para que as companhias sediadas no Brasil continuem a comerciar com a África do Sul.

Exportação de armas leves

Há uma área desse comércio exterior que suscita preocupações, qual seja, a exportação brasileira de pequenas quantidades de armas leves para a África do Sul. Apesar das afirmações feitas à comunidade internacional de que não existe tal comércio de armamentos, o Itamarati deve certamente estar informado dessas exportações, uma vez que são abertamente divulgadas pelas estatísticas da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil. Aparentemente, os revólveres, as armas de caça e respectivas munições estão isentas dos severos controles impostos sobre a exportação de outras armas. Uma vez que as armas leves também servem como instrumento de repressão, não há motivo para que se permita a continuação desse tipo de comércio. De fato, tal comércio levanta a questão de se o Brasil não estaria fornecendo outros tipos de armamentos a Pretória, dado o *boom* atual da produção de armamentos e a vasta campanha de vendas lançada pelo Brasil no exterior em maio de 1983.²²

Um conjunto de exportadores, parlamentares e setores da imprensa formam o que se poderia chamar, a grosso modo, de *lobby* sul-africano no Brasil, endossando e apoiando os esforços de representantes diplomáticos sul-africanos.

O "lobby" parlamentar

Em 1982, designado pelas Nações Unidas como Ano Internacional para a Mobilização de Sanções contra a África do Sul, uma delegação de parla-

¹⁸Essas conclusões são extraídas de uma excelente análise do comércio brasileiro com a África, contida em Wayne A. Selcher, "Brazil - Black Africa economic relations in a South-South context", a ser publicada em *Managing International Development*, número de setembro de 1983 ou janeiro de 1984.

¹⁹Trata-se de um processo documentado por Selcher, *ibid.*; Jacques d'Adesky, in "Brasil-África: convergência para uma cooperação privilegiada", *Estudos Afro-Asiáticos* 4, 1980, pp. 5-20, e "Une analyse des relations économiques Brésil-Afrique Australe", (mimeografado), Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro, maio 1982; e Helga Hoffman, "Towards Africa? Brazil and the South-South trade", in Jerker Carlsson (ed.), *South-South relations in a changing world order*, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos, Upsala, 1982.

²⁰Veja-se a lista completa em *Afrochamber* 6, fevereiro 1981, pp. 38-39.

²¹Para maiores detalhes, consulte-se Banco do Brasil, Cacex, Depec, *Mapa País-Firma-Mercadoria 1980-1982*, impressão de computador abrangendo países africanos selecionados, 24 março 1983.

²²Já foi divulgado pela imprensa (veja-se, p.ex., *Folha de S. Paulo*, 15 novembro 1980) que o Brasil permite que o Paraguai exporte componentes de armamentos através do porto de Paranaguá, o qual, nos termos do Tratado de Itaipu, é porto livre. Quanto ao *boom* da indústria brasileira de armamentos, consultem-se as referências na nota 17.



EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ARMAS LEVES PARA A ÁFRICA DO SUL, (1982, em US\$ FOB)

Firma	Armas	Valor
<i>Amadeo Rossi S. A.</i> Rua Epifânio Fogaça, 143 São Leopoldo, RS	Carabinas de caça	11.690
<i>E. R. Amantino e Companhia Ltda.</i> Rua Fiorindo della Coletta, 140 Veranópolis, RS	Carabinas de caça	12.120
<i>Forjas Taurus S. A.</i> Avenida Forte, 511 Porto Alegre, RS	Carabinas de caça Peças de carabina e de pistolas	311.304 1.101
<i>Taurus S. A.</i> Avenida Vitor Manzino, 450 Santo Amaro, São Paulo, SP	Carabinas de caça	17.636
Total para 1982		353.851

mentares brasileiros visitou esse último país. Chefiada por Júlio Martins, a delegação incluía ainda Pinheiro Machado, Angelino Rosa, Antônio Muzarek, Antônio Anibelli, Cláudio Strassburger Adhemar Ghisi, Igo Lossi e Ítalo Conti. A maioria desses deputados pertence ao PDS, representando estados sulinos. Ao regressar, Martins elogiou a África do Sul e pediu compreensão para o sistema de *apartheid* na tribuna da Câmara dos Deputados. A reação do Itamarati foi ignorar seu discurso: "As palavras do vice-líder do PDS, deputado Júlio Martins, em defesa do regime racista da África do Sul, não merecem comentários".²³

Em 1980 e 1981, a Volkswagen do Brasil recebeu delegações de dirigentes e técnicos da companhia, vindos da África do Sul. O diretor comercial brasileiro da companhia, Bernhard Elland, anunciou que a fábrica de São Bernardo iria produzir 15 mil veículos a álcool especialmente adaptados às condições sul-africanas. "Creio que existem condições para darmos toda atenção ao mercado sul-africano", disse ele à imprensa.²⁴ Esta transação é indicativa do papel das transnacionais na solução dos problemas derivados da escassez energética da África do Sul.

Nos meios de comunicação

A imprensa e certas editoras são especialmente valiosas para a África do Sul na defesa de sua imagem perante os brasileiros. O "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, frequentemente defende os interesses sul-africanos como, por exemplo, a 31 de janeiro de 1982, quando recomendava que se deixassem de lado as questões morais ao aceitar uma possível assistência sul-africana ao Brasil na área de extração de petróleo do carvão mineral. O mesmo

O regime do "apartheid" sul-africano mantém fortes interesses econômicos com empresários brasileiros



²³ *Folha de S. Paulo*, 12 março 1982.

²⁴ *Jornal do Brasil*, 11 fevereiro 1981. Quanto à visita anterior, em 1980, veja-se *O Globo*, 29 outubro 1980.

IMPORTAÇÕES DE PAPEL DE JORNAL E OUTROS PRODUTOS DE PAPEL SUL-AFRICANOS, POR FIRMA, 1982

Companhias	Quantidade (tons.)	Valor (US\$ FOB)
Editora Abril Ltda.	2.017	949.306
Diário de Pernambuco	2.000	954.305
O Globo	1.390	826.306

Fonte: Banco do Brasil, Cacex, Mapa Pats/Firma/Mercadoria, Importação, 1982.

jornal cede suas colunas para que o embaixador sul-africano refute críticas à política do seu governo.²⁵ O diretor do jornal, J. A. Nascimento Brito, passa suas férias anuais na África do Sul e mantém íntimas relações com autoridades sul-africanas.

O império da Bloch Editores S. A., é um instrumento de propaganda para o Departamento de Informações da África do Sul, que conseguiu colocar matéria colorida de 24 páginas na revista semanal "Manchete", pertencente ao grupo.²⁶ A expansão dos investimentos da Bloch na área da televisão, com uma nova rede nacional, pode resultar em um novo veículo para a expressão de opiniões a favor do *apartheid*.

Jornais como "O Globo" (Rio) e "Diário de Pernambuco" (Recife) fizeram em 1982 substanciais importações de produtos de papel sul-africanos, como também foi o caso da Editora Abril Limitada. Embora isto não implique necessariamente um comprometimento de suas opiniões editoriais, é pouco provável que seus proprietários viessem a estimular a crítica editorial contra um país de cujas importações dependem. De fato, a própria existência desse comércio implica, pelo menos, uma posição política de oportunismo econômico ou, na pior das hipóteses, de franco apoio.

Os militares não se incluem nesse *lobby*, embora existam certamente setores poucos significativos que seriam favoráveis a uma aproximação com a África do Sul. Não obstante, os adversários de qualquer tipo de pacto militar no Atlântico Sul sempre levaram a melhor no Brasil, especialmente nos escalões mais altos. O chefe do estado maior das forças armadas, durante um período de intensa especulação na imprensa mundial sobre a formação de tal pacto, declarou: "A situação mundial, tal como se afigura no momento, não justifica a criação de uma aliança naval em defesa do Atlântico Sul, e não há possibilidade de participação brasileira, caso tal aliança venha a concretizar-se".²⁷

Durante toda a primeira guerra de independência angolana, a hierarquia militar absteve-se do uso da retórica da Guerra Fria e insistiu em que o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), assinado no Rio em 1947, era instrumento

suficiente para garantir a defesa do Brasil no Atlântico Sul. É pouco provável que o Brasil venha a participar da Organização do Tratado do Atlântico Sul (Otas) e não é provável que tal organização venha a ser criada sem a participação do Brasil.

Não obstante, o *lobby* continua a funcionar. Recentemente, fez uma tentativa de consolidar os seus interesses estabelecendo uma Câmara de Comércio Brasil-África do Sul. Liderados pelo presidente da Mesbla (cujas exportações para a África do Sul atingiram 531.713 dólares em 1982), Jacques de Butom, entre os membros da Câmara estavam os diretores de companhias tais como Acesita, Ciminias, Mercaplan e Metal Sales Schlenk (esta última já associada à Anglo no projeto Codamin). Cerca de trinta industriais estiveram presentes à fundação da Câmara, mas muitos já se retiraram devido à oposição, à sua criação, da Confederação de Associações Comerciais e da Federação das Câmaras de Comércio Exterior.

Em vista do entusiasmo e do apoio dados a tal iniciativa pelo adido comercial da África do Sul, Theodorus van de Merwe, que se preparava para se retirar do país, o chefe do departamento comercial do Itamarati, Paulo Tarso Flexa de Lima, exprimiu-se inteiramente contrário à fundação da Câmara, que contrariava a política governamental de reduzir suas relações com a África do Sul.²⁸

²⁵ Por exemplo, 150 centímetros de coluna foram dedicados ao embaixador no dia 17 de setembro de 1978, e 92 centímetros de coluna a 29 de outubro de 1979; *press releases* da embaixada são também reproduzidos frequentemente pelo Jornal do Brasil.

²⁶ *Manchete* 1562, 27 março 1982, "África do Sul: assim cresce uma potência". Jornalistas que trabalham para a revista alegam que a matéria não foi solicitada, foi pré-redigida e paga como publicidade.

²⁷ *Jornal do Brasil*, 9 outubro 1977, citado em Amílcar Alencastro, *América Latina, África e Atlântico Sul*, Paralelo, Rio de Janeiro, 1980, p.12. Veja-se também o estudo de Paul Horowitz e Holly Sklar, "The South Atlantic triangle", *Nacla Report on the Americas* XVI, 3, maio-junho 1982, pp. 2-43.

²⁸ *Relatório Reservado* 867, 11 julho 1983, p. 3.

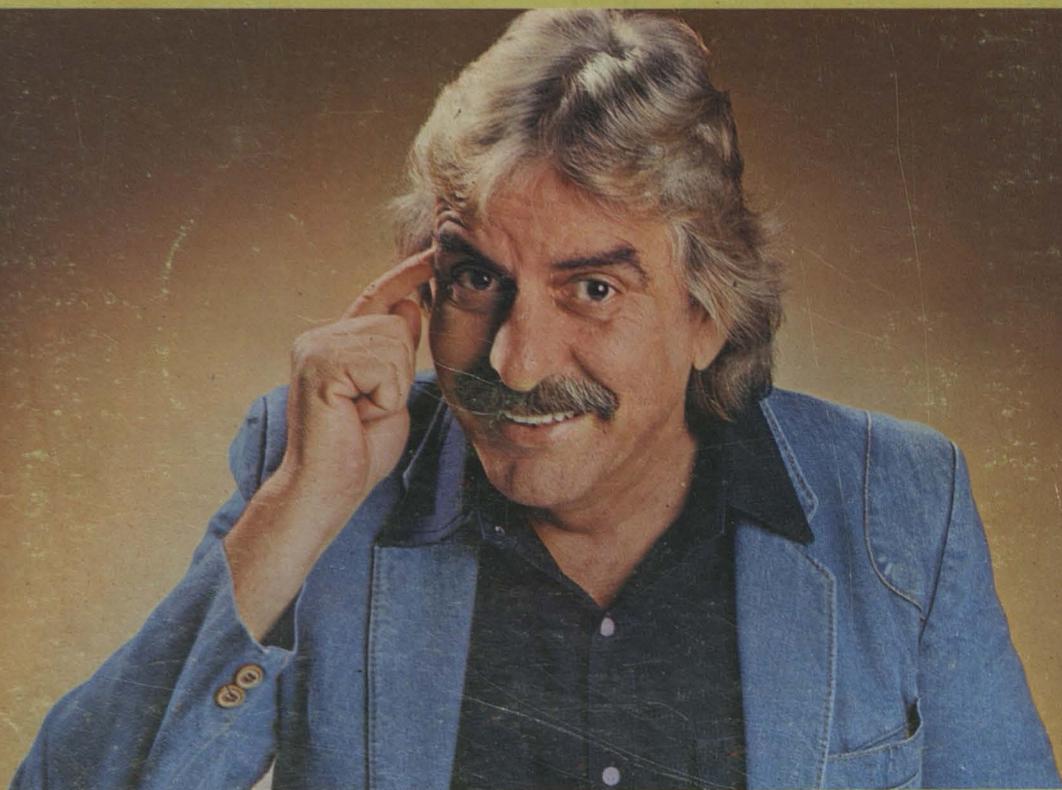
*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*



*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

AS COISAS ESTÃO MUDANDO.



CADERNETA BANERJ

GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL,
DO GOVERNO ESTADUAL E DO BANERJ.

